Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura **Número: 8**

I Sessão Legislativa **Horta, quinta-feira, 19 de janeiro 2017**

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Entrando diretamente na Agenda da Reunião foi a apresentado o relatório da Subcomissão de Assuntos Sociais sobre a Petição n.º 43/X – "Pela recuperação do campo de jogos da Mãe de Deus em Vila Franca do Campo", apresentada por Armando dos Santos Rodrigues, na qualidade de primeiro subscritor.

A leitura do relatório coube ao Sr. Deputado João Paulo Ávila relator da Comissão, tendo usado ainda da palavra os/as Srs./as Deputados/as António Viveiros, Zuraida Soares *(BE)*, Graça Silveira *(CDS-PP)* e Paulo Estêvão *(PPM)*.

Seguiu-se a votação dos Representantes da Região no Conselho Nacional de Educação, no Conselho de Opinião da RTP, SA e no Conselho Económico e Social.

Após uma interpelação à Mesa pelo Sr. Paulo Estêvão *(PPM)*, seguiu-se a votação. Foram eleitos os cidadãos Álvaro António Gancho Borralho, José Manuel Monteiro Lourenço, Gilberta Rocha, José Manuel Nunes, António Frederico Maciel e José Mancebo Soares.

De seguida foi aprovado por unanimidade o relatório da CAPAT referente ao pedido de autorização para que o Deputado Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo de inibição e limitação ao exercício das responsabilidades parentais (Processo n.º 1752/13.3TMLSB-C, proveniente da Comarca de Lisboa – Inst. Central – 1.ª Sec. F. Men. – J6, de Lisboa)**;**

Posteriormente e sobre o relatório da CAPAT sobre o pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Luís Miguel Forjaz Rendeiro, a fim de ser constituído e interrogado na qualidade de arguido no âmbito do processo n.º 508/13.8TAAGH, proveniente da Comarca dos Açores – Ministério Público – DIAP – Secção Única, de Angra do Heroísmo, usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Rendeiro *(PSD)*, Paulo Estêvão *(PPM)* e Francisco Coelho *(PS)*.

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Carlos Ferreira *(PSD)*.

Novamente por unanimidade foi aprovado o relatório da CAPAT sobre o pedido de autorização para inquirição, como testemunha, do Deputado José António Vieira da Silva Contente, no âmbito do processo n.º 56.05/2015/1, da Inspeção Regional da Administração Pública**.**

Seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 6/XI – "Recomenda ao Governo Regional o pagamento dos valores em atraso do Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos (COMPAMID)"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, o qual foi aprovado por unanimidade, após a justificação da urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Paulo Mendes *(BE)*.

Após a intervenção do Sr. Deputados Paulo Mendes *(BE)* o Projeto de Resolução n.º 6/XI – "Recomenda ao Governo Regional o pagamento dos

valores em atraso do Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos (COMPAMID)" foi retirado.

Justificado o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 8/XI – "Apoio financeiro a pescadores e armadores durante a cessação temporária de atividades de pesca - captura de goraz (Pagellus bogaraveo) - em vigor de 15 de janeiro a 29 de fevereiro de 2017"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, pela Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE)*, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o debate do Projeto de Resolução n.º 8/XI – "Apoio financeiro a pescadores e armadores durante a cessação temporária de atividades de pesca - captura de goraz (Pagellus bogaraveo) - em vigor de 15 de janeiro a 29 de fevereiro de 2017", no qual participaram as Sras. Deputadas Zuraida Soares *(BE)*, Graça Silveira *(CDS-PP)*, os Srs. Deputados Jaime Vieira *(PSD)*, Mário Tomé *(PS)*, João Corvelo *(PCP)*, José Ávila *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, Luís Garcia *(PSD)* e ainda o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes)*.

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão *(PPM)*, José Ávila *(PS)* e Jaime Vieira *(PSD)*.

Seguiu-se a justificação do **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 9/XI – "Definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, tendo para o efeito usado da palavra a Sra. Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)*.

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

No debate do Projeto de Resolução n.º 9/XI – "Definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas

Portuguesas", participaram as Sras. Deputadas Graça Silveira *(CDS-PP)*, Zuraida Soares *(BE)*, os Srs. Deputados José Contente *(PS)*, João Corvelo *(PCP)*, Luís Garcia *(PSD)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, Artur Lima *(CDS-PP)*, Francisco Coelho *(PS)* e André Bradford *(PS)*.

O Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Posteriormente interpelaram a Mesa a Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE)* e o Sr. Deputado Artur Lima *(CDS-PP)*.

Proferiu uma declaração de voto a Sra. Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)*.

Seguiu-se a aprovação por unanimidade do **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 10/XI – "Recomenda a realização de um estudo sobre a abstenção eleitoral nos Açores - Abstenção técnica e abstenção consciente: Evolução, causas e formas de combate"**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e Representação Parlamentar do PPM.

Por fim, seguiu-se o debate do Projeto de Resolução n.º 10/XI – "Recomenda a realização de um estudo sobre a abstenção eleitoral nos Açores - Abstenção técnica e abstenção consciente: Evolução, causas e formas de combate".

Para o efeito usaram da palavra os Srs. Deputados André Bradford *(PS)*, António Marinho *(PSD)*, Paulo Mendes *(BE)*, Artur Lima *(CDS-PP)*, João Corvelo *(PCP)*, Paulo Estêvão *(PPM)* e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias)*.

O diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 08 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

André Cláudio Gambão **Rodrigues**

André Jorge Dionísio **Bradford**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

Isabel Maria Rodrigues Almeida **Correia**

João Paulo Lopes Araújo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silv**a

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Conforme foi deliberado ontem pela Conferência de Líderes, adiantámos o ponto 11 na Agenda, e será ele que será debatido de imediato.

É a **Petição n.º 43/X – "Pela recuperação do campo de jogos da Mãe de Deus em Vila Franca do Campo"**. Esta Petição foi apresentada por Armando dos Santos Rodrigues, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento, mas a praxe parlamentar diz-nos que cada partido com assento neste Parlamento dispõe de 10 minutos para intervir de uma só vez.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila, relator da Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIAÇÃO DA PETIÇÃO N.º 43/X

"PELA RECUPERAÇÃO DO CAMPO DE JOGOS DA MÃE DE DEUS EM VILA FRANCA DO CAMPO"

PONTA DELGADA, 07 DE JULHO DE 2016

CAPÍTULO I
Introdução

A 25 de janeiro de 2016 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o nº 43/X, intitulada "Pela recuperação do Campo de Jogos da Mãe de Deus em Vila Franca do Campo", que reúne um total de 680 (seiscentas e oitenta) assinaturas, tendo como primeiro signatário, Armando dos Santos Rodrigues.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 28 de janeiro de 2016, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer – o que veio a acontecer a 07 de julho de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel.

CAPÍTULO II
Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de dezembro, as matérias relativas a "Desporto", onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III
Apreciação da Petição

a) **ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 03 de março de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) **OBJETO DA PETIÇÃO**

Os peticionários requerem ao Governo Regional e à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo que promovam a recuperação do Campo de Jogos da Mãe de Deus, permitindo a continuidade desportiva do único clube de futebol sediado no centro urbano de Vila Franca do Campo - o Clube de Futebol Vasco da Gama-, e dotando o espaço de condições mínimas para a prática de desporto, nomeadamente futebol, voleibol, futsal, ténis de campo, entre outros.

Para justificar essa pretensão invocam, nomeadamente:

1 - Que a história do futebol em Vila Franca do Campo remonta ao início dos anos 40 do século XX e prolongou-se "até uma altura em que a edilidade, nos últimos três mandatos, deixou de prestar atenção à manutenção ao Campo Municipal da Mãe de Deus, com consequências financeiras para os clubes locais, resultando na extinção de alguns clubes e, a continuar assim, poderá contribuir para o «fecho» de […] o Vasco da Gama";

2 – A Câmara Municipal tem no atual compromisso eleitoral a construção, no mesmo terreno, "oficinas anexas à Escola Profissional e um campo de «futebol de sete»";

3 – A construir esse campo, só servirá os escalões de formação até aos 12 anos, impossibilitando a continuidade a escalões superiores;

4 – Não se compreender a insistência pela construção desse referido campo, uma vez que já existem vários espaços no concelho onde praticar «futebol de sete», além de não ser uma modalidade com história significativa em Vila Franca do Campo;

5 – Porque a deslocação dos atuais jogadores do Clube Vasco da Gama para os treinos e jogos em Ponta Garça compromete a sustentabilidade financeira do clube;

6 – A prática dos treinos e jogos no coração da Vila, além de mais económica, é de fácil acesso a crianças e pais;

7- "Porque historicamente o Campo de Jogos da Mãe de Deus constitui um lugar de encontro social e desportivo, […] que a ser eliminado, […]" desrespeita a continuidade desejada de um património que é público;
8 – "Porque a situação atual do Município não deve permitir obras desportivas megalómanas [...], à custa do endividamento público";
9 – "Porque não devemos corrigir um erro com outro erro";
10- "Porque um Campo de Futebol no coração da Vila incentivará a criação de mais escalões permitindo a integração de mais crianças e jovens na prática desportiva para além de servir de apoio à atividade escolar, […] clubes locais […], e a população em geral";
11- Porque não existe atualmente "outro espaço que melhor substitua o atual recinto desportivo que requer, não uma construção, mas simplesmente uma reconstrução".

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Na reunião do dia 03 de março de 2016, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:
- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro signatário da presente petição, Senhor Armando dos Santos Rodrigues, do Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, do Presidente da Direção do Grupo Desportivo Vasco da Gama e do membro do Governo Regional com competência em matéria de desporto.
- A audição do primeiro peticionário ocorreu no dia 01 de junho de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel. Esta audição dispensou a audição do Presidente do Grupo Desportivo Vasco da Gama, com a concordância deste, evitando duplicidade de audições, visto ser a mesma pessoa.

- A audição do Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo ocorreu no dia 05 de maio de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel;
- A audição do Secretário Regional da Educação e Cultura ocorreu no dia 30 de junho de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel.

1) AUDIÇÃO DO PRIMEIRO PETICIONÁRIO, SENHOR ARMANDO DOS SANTOS RODRIGUES

O primeiro peticionário começou por explicar que o facto de ser o primeiro subscritor da petição não tem qualquer conotação política, nem relação direta com o cargo que assume como atual Presidente do Clube de Futebol Vasco da Gama, desde logo porque a petição foi iniciada em 2013 e só assumiu funções de Vice-Presidente do Clube em 2014, e a função de Presidente na época 2015/2016. O intuito dos peticionários é apenas que a população de Vila Franca do Campo, em particular as crianças e jovens, tenham um espaço condigno para a prática de futebol. Como tal, concordou que é desnecessário a audição na qualidade de presidente do clube, pois dirá o que se lhe apraz nesta audição, mas na qualidade de cidadão.

O peticionário explicou, assim, que a recuperação do campo de jogos é um desejo da grande maioria da população; que neste momento o clube não tem muitas crianças inscritas (apenas 21), seja pela dificuldade que sentem em transportá-las para Ponta Garça para os treinos e jogos, seja pelo inconveniente que isso causa às crianças, sobretudo no Inverno, quando estão em aulas e anoitece cedo. Tal situação também faz com que, apesar do clube ter escalão de iniciados, ter intenção de criar os escalões de infantis e juniores, não se torna fácil criar equipa no escalão de Séniores.

Acrescentou que dada a excelente localização que tem e a proximidade à escola, o campo pode ser rentabilizado durante o dia por esta e depois do horário escolar e fins-de-semana pelo clube.

Finda a apresentação da petição, o peticionário disponibilizou-se para responder às questões que os deputados entendessem colocar, momento que foi utilizado pelos deputados Joaquim Machado, Paulo Estêvão, Cecília Pavão, Ana Espínola.

O deputado Joaquim Machado, após o cumprimento inicial ao peticionário, informou-o que o Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo já foi ouvido em sede de comissão sobre o mesmo assunto e disse que irá proceder à reabilitação daquele campo de jogos. Nessa sequência, questionou o peticionário se o Clube de Futebol Vasco da Gama foi consultado pela autarquia nesse processo de pretensão de reabilitação.

O peticionário respondeu que o clube reuniu por duas vezes com a edilidade, a última das quais em novembro de 2015, e que a autarquia foi perentória ao afirmar que não pretendia fazer campo de futebol de onze. Informaram que a intenção da Câmara seria recuperar o espaço, construindo na parte sul as oficinas da Escola Profissional, e na parte norte um campo de futebol de sete. Esta notícia preocupou o clube, pois um campo com estas dimensões servirá apenas para os escalões de iniciados e juvenis, decapitando a continuidade do futebol de Vila Franca do Campo. A reconstrução do campo de futebol de onze permitirá a prática de todos os escalões, concluiu o peticionário.

O deputado Paulo Estêvão questionou desde quando o campo de jogos se encontra desativado, e a deputada Cecília Pavão questionou se o Clube Vasco da Gama efetivamente se encontra “bem de saúde”, necessitando apenas do campo de futebol para garantir longevidade desportiva.

O peticionário respondeu que o campo de jogos encontra-se abandonado desde 2001, aquando da retirada do funcionário da edilidade, tutora daquele espaço.

Quanto às dificuldades do clube, o peticionário explicou que a maior preocupação financeira do clube é pagar o combustível necessário para o transporte dos jogadores. Porque, de resto, o clube existe desde 1951 e apesar dos "sobressaltos" a que tem sido sujeito ao longo dos tempos, tem conseguido manter-se "vivo" e com pretensões de evoluir sempre mais.

A deputada Ana Espínola felicitou o peticionário pela iniciativa, salientando a importância da prática desportiva por todas as faixas etárias e desde cedo, aliás como foi verificado no trabalho de análise às políticas de infância recentemente concluído pelo grupo de trabalho desta comissão.

A Presidente da Comissão questionou o peticionário se considera pertinente prosseguir com a diligência da comissão que deliberou a audição do membro do Governo Regional com competência em matéria de desporto, uma vez que o terreno em causa é propriedade do Município, e este já assumiu nesta Comissão o compromisso que está a trabalhar no sentido da recuperação do Campo de Jogos em causa, para além de que o Governo não tem qualquer tutela sobre aquele espaço.

O peticionário respondeu que não se opõe a ouvir o Secretário Regional com competência na matéria, até porque seria positivo se no futuro existir um protocolo de cooperação entre o Governo Regional, a Câmara Municipal e o Clube de Futebol Vasco da Gama, numa interligação de papéis que poderá beneficiar todos e toda a população.

O deputado Paulo Estêvão disse entender a pertinência da dúvida colocada pela Senhora Presidente da Comissão porque, de facto a propriedade do espaço é da edilidade, mas o Governo Regional pode ser ouvido no sentido de percebermos a disponibilidade deste para a celebração de protocolo de cooperação futuro, nomeadamente para contribuir com o equipamento desportivo necessário.

2) AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO, DR. RICARDO RODRIGUES

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo começou por saudar a Comissão Permanente de Assuntos Sociais pela cooperação institucional promovida entre o poder legislativo e o poder autárquico, e que está bem patente na análise desta situação em particular. E, sendo certo que a competência desta matéria é da autarquia, manifestou o gosto em estar presente e esclarecer quer a Assembleia, quer os peticionários que subscreveram a petição em análise.

Assim, disse ser importante recuar um pouco no tempo, concretamente à altura em que o Campo de Jogos da Mãe de Deus foi encerrado por opção política de um ex-autarca. De seguida, foi construído um Campo de Futebol em Ponta Garça e criaram-se também outras infraestruturas desportivas como é o caso do Pavilhão Açor Arena com reconhecida funcionalidade desportiva apreciável.

Quando o atual Presidente da Câmara iniciou funções, tinha como compromisso eleitoral a construção de uma Escola Profissional com algumas áreas desportivas no local em questão; por outro lado, o Plano Diretor Municipal previu para aquele espaço a construção de um parque.

Face aos condicionalismos já identificados e tendo em conta que este projeto também não se encontrava enquadrado nas candidaturas aos Fundos Comunitários e a autarquia não dispunha de meios financeiros suficientes para suportar por inteiro um investimento deste valor, o Presidente da Edilidade informou ter reunido com o Clube Desportivo Vasco da Gama, ter dado também conhecimento aos peticionários que subscreveram a petição em análise, e ter exposto o assunto à Câmara e à Assembleia Municipal, sendo este último o órgão com competência para acompanhar e fiscalizar a ação do executivo camarário. Assim, na última revisão orçamental apresentada consta a criação de um parque recreativo no espaço do Campo de Jogos da Mãe de Deus. O valor

previsto nesta revisão prevê o arrelvamento sintético do Campo de Jogos, permitindo a realização de jogos de 11, educação física, caminhadas e estações de desporto individual. O projeto para esta obra está em fase de elaboração, prevendo-se a sua conclusão para finais de junho e espera-se que a obra possa ter início durante o segundo semestre deste ano.

Por sua vez, a antiga Escola dos Centenários, na Ribeira Seca, e já desativada, reúne condições para ser reaproveitada e transformada em Escola Profissional, respeitando assim o compromisso eleitoral assumido.

O deputado Joaquim Machado questionou quais as razões que inviabilizaram a construção do campo de futebol previsto no PDM e se estão salvaguardados todos os requisitos à realização de provas oficiais no campo que irá ser construído, nomeadamente quanto a normas de segurança e logística necessárias à realização de provas oficiais.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo explicou que a construção do campo de futebol de 11 previsto no PDM implicaria um custo financeiro que a autarquia não tem autonomia financeira para suportar atualmente. Como tal, relembrou a autarquia tem uma dívida de 40 milhões de euros, cuja amortização anual, somando o setor empresarial local, ronda os 2,4 milhões de euros, não permitindo perspetivas mais otimistas nos próximos anos.

Quanto à segunda questão, o Presidente da autarquia respondeu que, não sendo perito na matéria, deu ordem para que a construção a projetar e realizar permita a prática de jogos de futebol de 11 da série Açores. A definição legal tem sido interpretada de forma flexível e tem permitido a realização deste tipo de jogos em campo de dimensões idênticas, bastando para tal requerer a devida autorização à Federação Portuguesa de Futebol, e que em todos os casos tem sido deferida. O parque recreativo que inclui a construção desse campo de futebol de 11 prevê a realização de todos os jogos da série Açores dessa

modalidade e desafios nacionais, mediante a autorização especial a requerer para esse efeito.

O deputado Joaquim Machado questionou se já existe uma estimativa de custos para esse investimento, ao que lhe foi respondido que a revisão orçamental realizada no ano 2016 inclui a dotação de 70 mil euros e para o ano de 2017, de 280 mil euros.

Terminando as questões, o Presidente da Câmara agradeceu ter sido recebido, realçando que, pese embora as competências de cada órgão, a transparência é a garantia da democracia. A Presidente da Comissão explicou que a Assembleia diligenciou no sentido de responder aos cidadãos, facto sublinhado também pelo deputado Joaquim Machado, que acrescentou estar explicito no objeto da petição a intenção de chamar as duas entidades a resolver a situação. Facto que a estar já assegurado pela autarquia, liberta a Assembleia para a resolução de outros problemas.

3) AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA (SREC), PROFESSOR DOUTOR AVELINO DE FREITAS DE MENESES

O SREC iniciou a audição desejando que a iniciativa culmine na recuperação do campo de jogos do Vasco da Gama.

A sua audição pode resumir-se a informar que o Serviço de Desporto de São Miguel foi, a pedido da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, em janeiro do corrente ano, foi convidado a pronunciar-se sobre a recuperação do campo de futebol de onze, conjuntamente com a possibilidade de proceder a um aproveitamento do espaço para criação de mais valências, em benefício dos atletas e da generalidade da população.

De resto, o Serviço de Desporto de São Miguel mantém uma função e papel de aconselhamento no que respeita à construção e aquisição de materiais e equipamentos para o espaço em questão.

Concluindo a sua audição, o SREC disse que o complexo da Mãe de Deus localiza-se muito próximo da Escola de Vila Franca do Campo, que possui instalações próprias, mas não obstante essa realidade, informou considerar viável a possibilidade de futuramente esse espaço poder ser utilizado pela escola, mediante autorização da edilidade.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 680 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;

2) Os peticionários requerem ao Governo Regional e à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo que promovam a recuperação do Campo de Jogos da Mãe de Deus, dotando-o de condições mínimas para prática de desporto, nomeadamente futebol, voleibol, futsal, ténis de campo, entre outros;

3) A entidade proprietária do Campo de Jogos da Mãe de Deus, o Município de Vila Franca do Campo, informou que está em fase de elaboração um projeto para a criação de um parque recreativo no espaço do Campo de Jogos da Mãe de Deus, obra que permitirá a realização de jogos de futebol de onze, com o arrelvamento sintético do Campo de Jogos, e mediante autorização da Federação Portuguesa de Futebol para esse efeito; a prática de educação física, caminhadas e com estações de desporto individual.

4) Em face das diligências efetuadas e das afirmações proferidas nas mesmas pode esta comissão concluir que as pretensões dos peticionários ficarão asseguradas no decorrer do ano de 2017;

5) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, por ser a entidade proprietária do espaço, bem ainda como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência em matéria de Desporto.

A Representação Parlamentar do PCP, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, não se pronunciou quanto ao parecer emitido pela Comissão.

A Relatora: Arlinda Nunes

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente: Catarina Moniz Furtado

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado António Viveiros a quem dou a palavra.

Deputado António Vasco Viveiros *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por na pessoa do seu primeiro signatário, Sr. Armando dos Santos Rodrigues, saudar todos os peticionários da iniciativa pela recuperação do campo de jogos da Mãe de Deus, quer pelo seu significado e importância em termos de participação cívica e livre da vontade das populações na defesa dos seus interesses locais, quer pelo seu objeto com o qual concordamos e apoiamos, com efeito manter através da sua recuperação a atividade do campo de jogos da Mãe de Deus, não só por móvel prática desportiva como certamente proporcionará a valorização da qualidade urbana do Centro de Vila Franca do Campo, preservando a memória de um espaço que durante muitas décadas foi palco da prática desportiva e de outras modalidades quando poucas eram as

alternativas de diversão e ocupação dos seus tempos livres por uma larga faixa da população.

Dessa iniciativa foi possível, em sede do trabalho da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais, através da audição do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca, ter a garantia de que aquela autarquia iria concretizar a pretensão apresentada, tendo para o efeito contemplado no Orçamento de 2016 a verba de 70 mil euros.

Foi pelo mesmo autarca adicionalmente dada a garantia de que a finalidade da alternativa que havia sido inicialmente considerada para aquele local, a Escola Profissional, e que inviabilizaria a recuperação daquele espaço nas condições em que os peticionários defendem, já teria um terreno alternativo, sendo assim possível compatibilizar um e outro objetivo.

Igualmente registamos como positivo, na sequência da audição do Sr. Secretário Regional da Educação de Cultura o reconhecimento do interesse na recuperação daquele espaço e a mais-valia que representa, considerando ainda como viável a possibilidade futura da sua utilização pela Escola de Vila Franca do Campo, mediante autorização da edilidade.

Não tendo, contudo, aquela autarquia socialista, em 2006, concretizado qualquer investimento neste projeto, ao contrário do que o Sr. Presidente da Câmara havia transmitido à Comissão na respetiva audição, porém, no orçamento já aprovado para 2017, foi inscrita a verba de 436 mil euros, pelo que acreditamos que 2007 será concretizado o objeto da presente petição.

Ainda assim o Grupo Parlamentar do PSD estará atento à concretização dos compromissos assumidos pela autarquia correspondendo às pretensões dos peticionários.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila** *(PS):* Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar a minha intervenção (aliás, não queria realçar esse ponto, mas não queria deixar de o dizer) por dizer que efetivamente este campo tem uma importância enorme em Vila Franca do Campo, por ser central, por ser histórico e por envolver uma prática desportiva que envolve e sempre envolveu muitos jovens naquele concelho, mas a verdade é que alguém o abandonou. Alguém começou por o abandonar há uns anos atrás.

A verdade é que esta autarquia tinha como objetivo a construção de um campo de futebol de sete, aproveitando também aquele espaço para dar melhores condições e condições mais condignas à própria escola, a Escola Profissional daquele concelho.

A verdade é que esta petição vem numa altura em que ficaram reunidas as condições que permitiriam e que permitiu à própria Câmara Municipal arranjar um outro espaço para a construção da Escola Profissional, ficando assim com melhores condições para a concretização daquilo que foi pedido pelos peticionários, ou seja, a construção de um campo de jogos de futebol de 11 e que sobretudo servisse aquele que é o maior clube daquele concelho, o Vasco da Gama.

O Grupo Parlamentar do PS fica satisfeito porque aquilo que foi solicitado e pedido nesta petição será satisfeito e por aquilo que é a informação de todos, será em breve.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* A Deputada de S. Miguel… Eleita por S. Miguel! Não fique maldisposta!

A Oradora: Eu?! Estou bem-disposta! Ainda agora começou a manhã!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda não tem a mínima dúvida em saudar os 680 peticionários que se dirigiram a esta Casa no sentido de podermos pronunciarmo-nos e de alguma maneira também exercemos a nossa magistratura de influência no sentido de que o campo de jogos da Mãe de Deus em Vila Franca do Campo pudesse ter condições para a prática desportiva, nomeadamente o futebol de 11.

Portanto, saudamos os peticionários e também ficamos satisfeitos que a sua pretensão tenha sido correspondida, após as audições e as diligências feitas em sede de Comissão de Assuntos Sociais.

Contudo, não podemos deixar também de confessar alguma estranheza e alguma confusão relativamente às decisões, nomeadamente do Sr. Presidente da Câmara de Vila Franca do Campo.

O Bloco de Esquerda não compreende como é que se diz que não há dinheiro, incompreensivelmente porque a Câmara tem uma dívida conhecida que está a bater todos os anos, para recuperar, (era essa a intenção e o pedido inicial dos peticionários, era recuperar) para fazer obras de recuperação do campo da Mãe de Deus, mas tem dinheiro para criar de raiz um parque recreativo no espaço do campo de jogos da Mãe de Deus, o qual, além de outras valências, incluirá o futebol de 11. Isto causa-nos estranheza.

Apetece dizer como o parecer que nós aqui há dias lemos nesta câmara que quem pode o mais, pode o menos.

Aqui apetece dizer que quem não pode o menos, também não pode o mais.

De qualquer modo, expressa esta perplexidade e confusão de não se ter dinheiro para o menos, mas ter-se dinheiro para o mais. Congratulamo-nos que as pretensões dos peticionários tenham sido respondidas, pelo menos em termos de intenção e de boa-vontade e esperamos que tudo acabe bem.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de, em primeiro lugar, saudar os peticionários pela sua coragem e sentido de dever cívico ao trazer a esta Assembleia a preocupação legítima para que se realizem os investimentos necessários à reabilitação e requalificação do campo de jogos da Mãe de Deus em Vila Franca do Campo.

Estamos aqui perante uma reivindicação modesta, se comparada com os milhões de euros investidos por ano pela Região no apoio à prática desportiva e até na vertente da promoção turística dos Açores através das equipas açorianas que participam em competições de caráter nacional e internacional.

Estamos a falar de uma comunidade que nos pede apenas uma solução para uma infraestrutura já existente, mas que foi abandonada pelas autoridades competentes e que carece de um investimento tendo em vista não só o seu funcionamento de um clube desportivo já existente, com importante relevo ao nível da prática desportiva de crianças e jovens, mas que depois de reabilitado se tornará numa infraestrutura de apoio a toda a comunidade de Vila Franca do Campo.

O campo é municipal. A autarquia parece querer dar uma nova finalidade àquele recinto.

Com as condições atuais os atletas do centro de Vila Franca estão obrigados a deslocações diárias para a freguesia de Ponta Garça para efeitos de realização de treinos e de jogos oficiais.

Acontece que o campo de Ponta Garça, devido à sobreutilização já necessita, também ele, de obras de manutenção, além de que as deslocações encarem em muito o funcionamento das coletividades que estas crianças e jovens representam.

A reabilitação desta infraestrutura permitiria, por outro lado, estimular pessoas de diferentes idades à prática desportiva regular, bem como possibilitaria o surgimento de outros clubes e outros escalões etários de competição.

Os vila-franquenses já estão hoje sujeitos a pagar megalomanias de antigos autarcas. Não há necessidade de os colocar a pagar outros erros.

Se é um campo de futebol reabilitado que a população reivindica, porque precisa, então apelamos ao Governo Regional, se necessário for, que se sente com a Câmara Municipal de Vila Franca, também ela de maioria socialista, e demonstre disponibilidade para apoiar a autarquia a reabilitar e a requalificar aquele recinto desportivo eventualmente até através da celebração de um contrato Aral.

Só dando ouvidos à população, só percebendo a razoabilidade das suas pretensões, só manifestando vontade política para resolver as suas preocupações, dando sinais claros de que os políticos servem para servir e não para criar obstáculos à resolução de problemas, é que podemos voltar a dizer aos açorianos que vale a pena reivindicar, que vale a pena recorrer a quem os representa e que a política, nobre missão de serviço causa pública, vale a pena.

Somos assim solidários com os peticionários, somos, aliás, dada a razoabilidade da pretensão, reivindicativos com os peticionários.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Talvez seja casualidade, mas ainda ontem estávamos a discutir uma petição em que após a concretização da mesma junto deste Parlamento se registaram avanços muito importantes, eu diria mesmo, na resolução do problema.

Estamos hoje a discutir uma outra petição em que o Parlamento voltou a ter um papel absolutamente decisivo em relação à questão que os peticionários aqui

trazem, que é a recuperação do campo de jogos municipal de Mãe de Deus, de Vila Franca do Campo.

Mais uma vez o Parlamento, e a Comissão que eu integrei na Legislatura passada, teve oportunidade de ouvir os vários protagonistas, os vários responsáveis e também os peticionários.

Constatámos que era possível construir uma solução que respondesse de forma muito positiva àquilo que os peticionários estavam a solicitar.

Nesse sentido, mais uma vez penso que neste assunto, de forma específica, o Parlamento desenvolveu uma atividade muito importante, quiçá decisiva, para o desenvolvimento e para a concretização das preocupações que os peticionários aqui manifestam.

Eu conheço aquele campo de futebol. Tive oportunidade de visitar aquelas instalações. Está num estado muito degradado, mas também conheço, neste momento, a firme concretização por parte da Câmara Municipal no sentido de desenvolver a atividade, de desenvolver e criar um projeto ambicioso que permita o ressurgimento do futebol de 11 em Vila Franca do Campo, que permita o ressurgimento de alguns dos clubes que entretanto foram extintos devido ao facto desta infraestrutura ter entrado num processo de decadência e de degradação e também melhorar a formação dos jovens em todo o concelho.

Portanto, penso que aqui, neste caso específico, temos novamente um bom desenvolvimento desta questão, desde o momento em que entrou a petição.

Mais uma vez posso congratular as diversas forçar políticas representadas neste Parlamento por termos tido uma ação decisiva para que o futebol de 11 possa ressurgir em Vila Franca do Campo, que estas infraestruturas sejam construídas, recuperadas e que possam permitir aumentar o período de formação e integrar muitos mais jovens na formação desportiva em diversas modalidades.

Portanto, eu penso que os peticionários ficarão contentes com o desenvolvimento e os resultados que a sua petição alcançou desde que entrou no Parlamento dos Açores.

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos então dar continuidade à nossa Agenda. Passamos agora para os três pontos referentes à eleição de representantes da Região Autónoma dos Açores em diferentes organismos, nomeadamente no Conselho Nacional de Educação, no Conselho de Opinião da RTP e no Conselho Económico e Social.

Deu entrada na Mesa uma proposta subscrita pelo Partido Socialista, que vem acompanhada dos requisitos formais, designadamente as declarações de aceitação das pessoas que iremos eleger ou em quem iremos votar.

Estas eleições sendo nominais terão que ser por voto secreto e serão feitas de uma única vez, ou seja, vou pedir aos funcionários da Assembleia que possam distribuir. Serão distribuídos três boletins de voto, um para cada um dos Conselhos, e à chamada agradecia que se levantasse e se deslocassem à urna para depositarem o seu voto.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, da análise que faço ao nosso Regimento cheguei à conclusão que não é possível manifestar opinião, neste momento regimental, em relação aos candidatos que vão ser votados por este plenário.

Nesse sentido temos uma profunda discordância com alguns dos nomes indicados, mas não temos nenhum momento regimental para o poder manifestar.

Eu pergunto-lhe se é de facto essa também a sua interpretação.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado, é uma eleição. Está prevista no artigo 175.º do Regimento.
O único requisito formal é a proposta que tem que ser subscrita por deputados desta Casa. Não há nenhum momento nem para avaliar as propostas, nem declarações de voto, nem outro tipo de argumentação, por isso não pode exprimir a sua opinião neste fórum, naturalmente.

(Pausa)

Srs. Deputados, os boletins estão praticamente distribuídos pelo que vamos começar pela chamada.

(Seguiu-se a chamada dos Srs. Deputados)

Presidente: Srs. Deputados, já foi feita a chamada. Todos os Srs. Deputados depositaram os seus votos na urna.
Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, vamos fazer o nosso intervalo de 30 minutos, para a Mesa (e aqueles que quiserem assistir e acompanhar) fazer a contagem dos votos. Regressamos posteriormente com a Agenda.
O nosso intervalo será até às 11H05.
O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra?
(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Eu penso que é da maior conveniência que os nomes que acabaram de ser votados sejam enumerados por V. Exa., no sentido de quem acompanha os trabalhos desta Assembleia saber qual é o sufrágio que aqui estamos a realizar e quais são os sujeitos (as pessoas) que estão a ser votados.

Presidente: Eu já indiquei os conselhos para quem estamos a votar e naturalmente que os nomes vão ser anunciados aquando da votação, como aliás já é habitual.

Os nomes foram distribuídos por todas as Sras. e os Srs. Deputados. Portanto, vão ser anunciados aquando da votação, como aliás é habitualmente feito sempre que há este tipo de eleição.

Estamos a manter o mesmo procedimento, Sr. Deputado.

Vamos então proceder à votação. Quem quiser acompanhar a contagem dos votos pode fazê-lo.

Eram 10 horas e 55 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 26 minutos.

Vamos então proceder ao anúncio da votação.

Tem a palavra a Sra. Secretária.

Secretária: Foram presentes à chamada 56 Sras. e Srs. Deputados.

Relativamente ao **Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação**, foi proposto pelo Partido Socialista a personalidade Álvaro António Gancho Borralho, que teve a seguinte votação: 29 votos sim, 23 votos não, 3 abstenções e 1 voto branco;

Relativamente ao **Representante no Conselho de Opinião da RTP,SA**, foi proposto pelo Partido Socialista a personalidade José Manuel Monteiro Lourenço, que teve a seguinte votação: 46 votos sim, 2 votos não e 6 abstenções;

Por último, relativamente aos **Representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social**, foram propostos pelo Partido Socialista as seguintes personalidades: Gilberta Pavão Nunes Rocha (efetiva), José Manuel Rosa Nunes (efetivo), José Mancebo Soares (suplente) e António Frederico Correia Maciel (suplente).

A votação foi a seguinte:

Gilberta Pavão Nunes Rocha – 35 votos sim, 13 votos não, 8 abstenções;

José Manuel Rosa Nunes – 35 votos sim, 14 votos não, 7 abstenções;

José Mancebo Soares (1.º suplente) – 34 votos sim, 14 votos não e 8 abstenções;

António Frederico Correia Maciel – 36 votos sim, 9 votos não e 11 abstenções.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 12 da nossa Agenda: **Pedido de autorização para que o Deputado Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha.**

O relatório foi distribuído por todos. Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 13 da nossa Agenda é o **Pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Luís Miguel Forjaz Rendeiro, a fim de ser constituído e interrogado na qualidade de arguido.**

O relatório também foi distribuído por todos. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu fui acusado de alegadamente ter difamado uma pessoa. Um empresário sentiu-se atingido por uma afirmação proferida por mim em contexto público e político.

Uma acusação deste tipo é um direito de quem se sente ofendido, tal como é um direito de quem é acusado poder defender-se e preservar o seu bom nome.

A situação em causa é pública e os factos, circunstâncias e enquadramento estão registados em ata, que não é nem mais, nem menos, do que a transcrição integral da gravação sonora dos trabalhos da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo que está disponível para consulta de quem o desejar fazer, sejam os jornalistas, políticos, ou quaisquer outros cidadãos.

Os factos em questão ocorreram há cerca de cinco anos.

O pedido do levantamento da minha imunidade parlamentar entrou nesta Casa, pela primeira vez, há cerca de quatro anos. Esta é a segunda vez.

Entendi há quatro anos que a acusação de que fui alvo era injusta e sem fundamento. Entendo o mesmo agora.

Todos os partidos desta Casa, em Comissão e no plenário, por unanimidade, entenderam que os factos que estavam em causa não justificavam o levantamento da minha imunidade parlamentar e a consequente suspensão do meu mandato, porque a consequência seria essa, impedindo-me de realizar o trabalho para que fui eleito, representando aqueles que, com o seu voto, também em mim depositaram a sua confiança.

Agora, mais uma vez a mesma unanimidade de todos os partidos voltou a acontecer na Comissão Parlamentar competente para analisar estas matérias, por de novo serem os mesmos factos.

Nada mudou e continua a achar-se que esta acusação pode esperar e pode ir a tribunal quando eu deixar de ser Deputado, não se justificando o levantamento da imunidade e a suspensão do mandato.

Daqui a pouco, aquando da votação, cada um votará em consciência e eu estou aqui a dar a cara.

É isto que está em causa.

O mandato político de que todos dispomos confere-nos o dever de representar os açorianos, o interesse público e muitas vezes afrontar outros interesses, fazer denúncias, expor-nos à crítica e também ao julgamento público dos atos, também públicos, em que somos protagonistas.

Podemos ser bem ou mal acusados de tudo um pouco e o único problema reside apenas no julgamento público e entendo que o meu julgamento público não foi justo.

Não culpo jornalistas ou quaisquer outros agentes da notícia, mas falo aqui no lugar certo.

Deverá um deputado, por via desse julgamento público a que todos estamos sujeitos perder o direito à presunção de inocência?

Deverá um deputado perder o direito ao contraditório?

Deverá um deputado ser notícia em todos os órgãos de comunicação social de dimensão regional dos Açores, bem como alguns de dimensão local, alvo de editoriais, artigos de opinião, notícias em redes sociais e mais sei lá o quê…

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Como é uma questão pessoal, peço-lhe alguma tolerância, Sra. Presidente.

… sem que nenhum jornalista lhe telefone ou contacte de qualquer outra forma para ouvir a sua versão dos factos?

Honrosa foi a exceção da Antena 1.

Bastava a consulta da ata, e ainda bem para minha defesa que está tudo lá!

Tudo o que aconteceu naquela Assembleia Municipal está lá! Está lá quem disse o quê e quem verdadeiramente difamou alguém.

Os deputados não estão acima da lei, nem dos outros cidadãos, mas também não deverão estar abaixo da lei, nem deixar de ter direitos, à honra, ao bom nome, a não serem expostos ao enxovalho gratuito, apenas porque há falta de notícias melhores ou apenas porque sim.

Desta vez fui eu; noutra qualquer altura poderá acontecer a qualquer outro deputado desta Casa.

Não me escondo atrás da imunidade, mas também não acho que deva abdicar de direitos.

Aqui todos temos dignidade, família e muitos de nós filhos.

Ser deputado nesta Casa não é, nem pode ser uma coisa como outra qualquer. E para mim não é!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tendo em conta o impacto público que esta questão teve, sinto-me na obrigação de transmitir aquela que é a minha opinião em relação ao regime de imunidades.

Devo dizer que quando se trata de crimes de corrupção, quando se trata de processos desse tipo, evidentemente não dura e aquilo que tem que acontecer é que tem que responder perante a justiça o mais depressa possível e com a maior eficácia possível. Nenhuma dúvida!

Questão de opinião, de opiniões que são veiculadas pelos deputados…

Eu compreendo que em todos os Parlamentos do mundo tenha sido criado um regime de imunidades. A questão é esta: se fossemos confrontados com processos sucessivos pelas nossas opiniões, pelas opiniões que livremente emitimos, a nossa atividade seria um inferno, seria impossível. Teríamos que

responder a 40, 50, 70, 80, 100 processos. A nossa atividade poderia ser, por gente que tivesse um bom gabinete de advogados e dinheiro para o pagar, completamente destruída do ponto de vista do tempo que teríamos para responder a todo o grande conjunto de acusações que teríamos e além disse sairíamos da atividade parlamentar completamente arruinados para nos defendermos do conjunto enorme de processos que nos poderiam ser levantados.

Por isso é que desde o séc. XVIII foi estabelecido o regime de imunidades para todos os parlamentares em questões de opinião, porque senão poderíamos ser esmagados pelas multinacionais, podíamos ser esmagados por um grande conjunto de sujeitos a quem as nossas opiniões de alguma forma podem beliscar um conjunto grande de interesses.

Eu tenho a convicção que nós, neste Parlamento, veiculamos a nossa opinião, o nosso voto, a nossa decisão, e que muitas vezes há um conjunto de interesses que se sentem, legitimamente ou não, prejudicados.

Mas a verdade é que se não tivéssemos esta proteção em relação à opinião que transmitimos, podíamos ser completamente inundados de processos e a nossa atividade seria completamente impossível, além de sairmos completamente arruinados de processos deste tipo.

Por isso existe um momento certo para que os Deputados possam defender-se, responder perante a justiça, se for esse o caso, mas em relação à liberdade de opinião, de emitir a nossa opinião nos locais próprios, como neste Parlamento, neste plenário e noutros locais onde transmitimos aquela que é a nossa opinião sobre os assuntos públicos, aqui, de facto, o regime de imunidades é algo que eu considero absolutamente fundamental para que a democracia possa funcionar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Creio que é meu dever na qualidade de Presidente da CAPAT, que aliás também cumpro gostosamente, de dizer alguma coisa sobre esta questão.

Em primeiro lugar, e fundamentalmente como já foi aqui referido, convém conhecer a lei e essa lei, desde logo, é uma lei nacional, porque corresponde e está incita no nosso Estatuto Político-Administrativo e é também exatamente igual. Aliás, nos chamados direitos, prorrogativas e imunidades dos Deputados da Região, temos exatamente, por remissão material e opção política, desde sempre que considero feliz, o mesmo regime material que os deputados à Assembleia da República.

Portanto, não se trata de uma lei, em primeiro lugar, feita por nós, para a gente. Trata-se de uma lei nacional que corresponde, como bem referiu o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a uma tradição das democracias, desde que podemos chamar democracias e desde pelo menos o séc. XVIII.

Convém, no entanto, esclarecer as chamadas imunidades dos Deputados, neste caso. Parece-me que o termo imunidade é verdadeiramente excessivo, porque trata-se mais, em bom rigor, de um encargo.

Ou seja, qualquer deputado que seja acusado de um crime cuja moldura penal abstrata no seu máximo não ultrapasse os 3 anos (em linguagem vulgar estamos a falar de bagatelas penais) pode a respetiva Assembleia entender, e ouvido esse deputado, que o processo deve ser suspenso (e eu repito, *suspenso)* e o deputado continuar a exercer o seu mandato de deputado.

Sim, porque o que está em causa (e por isso é que eu comecei por dizer que o termo imunidade parece-me muito generoso e excessivo) é que a opção é que se o deputado for acusado definitivamente por um crime cuja moldura penal abstrata no seu máximo não ultrapasse os três anos, a verdade é que se não for

suspenso o processo, na prática e em última análise, é suspenso o mandato de deputado conferido livre e democraticamente pelo povo.

No caso em apreço e sendo a liberdade de expressão um valor essencial em democracia, também há de sê-lo necessariamente para os representantes do povo legitmamente eleitos e que efetivamente não podem, nem devem, no exercício dessa representação democrática e soberana, estar constantemente a sopesar o valor daquilo exatamente que dizem. Antes, devem fazê-lo com toda a liberdade em nome da substância e das convicções, por isso mesmo dizia, a opção era esta e esta Assembleia não teve qualquer tipo de dúvida que entre o exercício da liberdade de expressão de um deputado e a eventual perda de um mandato democrático conferido pelos cidadãos, a escolha era simples, a escolha devia ser pela suspensão, naturalmente, do processo, até para que a moda não pegue, até porque seria verdadeiramente perverso que alguém, usando ou abusando da queixa criminal, que felizmente é um direito que qualquer cidadão tem, pudesse no fundo contrariar, pelos seus gostos ou convicções pessoais, aquilo que é um voto soberano conferido pelo povo.

Portanto, é bom que isto fique absolutamente claro, é bom que se perceba todo o enquadramento legal da questão e toda a sua tradição. É fundamental dizer-se que isto afinal não é uma imunidade, é um encargo, e que face aos valores em questão esta Assembleia decidiu bem, e decidiu segundo a sua praxe, excetuando uma ou outra infeliz exceção, que não passou disso mesmo, de exceção.

Portanto, também convém dizer que sempre foi tradição desta Casa, através da sua Comissão Parlamentar competente, desde sempre, que todos os processos que vêm neste sentido, seja por audição como testemunha, ou noutro caráter, ou noutra figura processual, esta Assembleia trata-os sempre com urgência, nunca os meteu na gaveta e assume com clareza as suas decisões como agora aqui

também naturalmente o está fazendo em nome de uma democracia com regras, de uma democracia consolidada.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação do relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O relatório apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Pretendo apenas esclarecer a Assembleia de que o meu sentido de voto não resulta da apreciação do caso em concreto, mas de uma questão de princípio individual.

Entendo que todos os cidadãos devem ter os mesmos direitos e deveres perante a lei e o sistema de justiça e, se tal se mostrar necessário para a salvaguarda do exercício livre do mandato de Deputado, que esta Assembleia deve iniciar então as diligências necessárias para que legalmente sejam salvaguardados esses mesmos direitos das Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos, nomeadamente para o ponto 14: **Pedido de autorização para inquirição, como testemunha, do Deputado José António Vieira da Silva Contente.**

O relatório foi distribuído por todos. Julgo que não há inscrições.

Vamos então passar à votação do relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o ponto 15 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 6/XI – "Recomenda ao Governo Regional o pagamento dos valores em atraso do Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos (COMPAMID)".**

Este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão é apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE e para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo e Senhoras e Senhores do público, quer o presente, quer aquele que nos assiste à distância:

A urgência e dispensa de apreciação em comissão, requerida pelo nosso Grupo Parlamentar, tem fundamento no impacto social positivo, amplamente reconhecido, do COMPAMID na vida de muitos idosos com parcos rendimentos e beneficiários de pensões de invalidez, independentemente da sua idade.

O impacto positivo não se compadece, por isso, com atrasos no pagamento do COMPAMID, o que, infelizmente, começa a ser uma prática corrente, pelo que importa regularizar o seu pagamento atempado.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.
Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, eu volto então a dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes para agora, sim, apresentar este Projeto de Resolução.
Deputado Paulo Mendes *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo e, mais uma vez, Senhoras e Senhores do público, quer aquele que está presente, quer aquele que nos está a assistir à distância:
Os beneficiários do COMPAMID encontram-se numa posição social extremamente fragilizada,…
Deputada Zuraida Soares *(BE):* Muito bem!
O Orador: … com um rendimento tão baixo que os impossibilita de fazer face a acréscimos imprevistos nas suas despesas correntes, o que não se coaduna com a imprevisibilidade associada aos atrasos, infelizmente, cada vez mais comuns, no pagamento do COMPAMID.
Convém recordar e vincar que se trata de um sistema de reembolsos contra a apresentação de comprovativo de despesa realizada, o que implica o adiantamento, pelos beneficiários, ao balcão da farmácia, do pagamento dos medicamentos.

Nós, BE, recebemos no mês passado algumas queixas de beneficiários do COMPAMID que nos deram conta de um atraso de 5 meses no pagamento de despesas realizadas com a aquisição de medicamentos.

A introdução da condição de recursos nos critérios de atribuição, pela alteração introduzida em 2012, resultou numa redução substancial no número de beneficiários e, consequentemente, também uma redução da despesa com o COMPAMID.

Assim, por exemplo, em 2011, e no que diz respeito à despesa que a Região teve com o COMPAMID, a Região tinha como despesa dois milhões, setecentos e vinte um mil, trezentos e noventa e dois euros. Essa despesa foi sendo gradualmente reduzida até ao ano de 2015, ano em que temos o total da despesa realizada de setecentos e oitenta e um mil, novecentos e trinta e seis euros. Portanto, há aqui uma redução considerável na despesa que a Região teve com o COMPAMID desde a introdução de recursos em 2012.

Também registou-se uma evolução no que diz respeito aos beneficiários do COMPAMID. Se em 2011 eram treze mil, oitocentos e sete, em 2015 já eram quatro mil, novecentos e quarenta e sete. Portanto, há uma redução comprovada, não só no número de beneficiários, mas também na despesa feita pela Região no COMPAMID.

Contudo, e paradoxalmente, assistimos incompreensivelmente a atrasos no pagamento aos beneficiários, sem que o Governo Regional dê a conhecer as razões para o sucedido, apesar de mais uma vez, e aqui convém salientar, da redução que a Região tem tido na despesa com o COMPAMID.

Portanto, o COMPAMID para a Região está cada vez mais barato e incompreensivelmente os atrasados são cada vez mais constantes.

Portanto, atualmente, os beneficiários do COMPAMID são os mais pobres dos mais pobres.

Em resposta indireta ao nosso requerimento sobre esta matéria, o Governo Regional avançou finalmente com o pagamento daquilo que devia a quem menos pode nesta Região, e em resposta direta anunciou a sua decisão de agilizar procedimentos administrativos, de modo a reduzir o tempo médio de pagamento que atualmente é de três meses e meio.

Mais uma vez, assumimos o papel, não só de provedor dos cidadãos como também o papel de cobrador de dívidas, desta vez dos beneficiários do COMPAMID.

A intenção de reduzir, e bem, o tempo de pagamento, e tendo em conta a redução verificada na redução da despesa da Região com o COMPAMID, consideramos que estamos perante uma prova da insensibilidade social do Governo Regional que contraria a bondade dos objetivos deste sistema de apoio à aquisição de medicamentos…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Apoiado!

O Orador: … que tanta diferença faz na vida de muitos idosos e inválidos nesta Região.

Tendo em conta que o Governo Regional cumpriu a sua obrigação, e pagou aquilo que devia, retiramos a presente iniciativa, por desatualização do objeto resolutivo.

Contudo, registamos a intenção do Governo Regional para, no futuro – esperemos que muito próximo – reduzir o tempo de pagamento do COMPAMID. Por isso, não só continuaremos atentos, bem como ficamos na expetativa de procederem, a muito breve trecho, ao pagamento da próxima prestação, até porque o COMPAMID foi pago até novembro.

Obrigado.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A isto se chama número de circo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não pode haver. O diploma foi retirado!

Presidente: Eu abri as inscrições, mas, de facto, por lapso não me tinha apercebido de que o Sr. Deputado retirou a iniciativa.

Tendo retirado a iniciativa, portanto, vamos avançar com a nossa Agenda.

Avançamos para o **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 8/XI – "Apoio financeiro a pescadores e armadores durante a cessação temporária de atividades de pesca – captura de goraz (Pagellus bogaraveo) - em vigor de 15 de janeiro a 29 de fevereiro de 2017".**

(Diálogo entre Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor. Eu solicito algum silêncio para que nos possamos todos ouvir.

Este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi também apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A urgência parece-me óbvia, atendendo a que a nossa iniciativa versa sobre uma medida que entra em vigor no dia 15 de janeiro e terá consequências, ou teria consequências, até 28 de fevereiro, agora encurtados, mas isso ficará para a discussão se a urgência for aprovada, mas é o calendário que nos obriga a esta urgência, não perdendo mais tempo no debate sobre o conteúdo da nossa iniciativa.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada esta urgência, tem então novamente a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considerando que cabe ao Governo Regional dos Açores assegurar a exploração sustentável do goraz, garantindo o cumprimento das medidas de conservação das espécies.

Considerando também que o período de defeso desta espécie, estabelecido pela Portaria n.º 74/2015, de 15 de agosto, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 88/2016, de 12 de agosto e pela Portaria 120/2016, de 27 de setembro, vigora de 15 de janeiro a 29 de fevereiro.

Considerando os baixos rendimentos auferidos pelos pescadores, na sua maioria muito inferiores ao salário mínimo regional, e o peso das capturas do goraz no rendimento destes.

Considerando que, durante o período de defeso do goraz, muitos pescadores verão o seu já parco rendimento ainda mais reduzido pela impossibilidade de

capturar esta espécie de elevado valor comercial e que representa, para muitos pescadores, uma fatia muito importante do seu rendimento.

Considerando também que o FEAMP prevê o apoio a medidas destinadas à cessação temporária das atividades de pesca com vista à aplicação de medidas de conservação, entre as quais se incluem obviamente períodos de defeso para a proteção de peixes reprodutores.

Considerando finalmente que a regulamentação específica do PO MAR 2020 aplicável na Região Autónoma dos Açores é da responsabilidade do Governo Regional.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

- Que o Governo Regional conceda apoios financeiros a pescadores e armadores com histórico de captura de goraz durante a cessação temporária por defeso que vigora de 15 de janeiro a 29 de fevereiro a 2017 com recurso a Fundos Comunitários, nomeadamente ao FEAMP.

Para já, Sra. Presidente, ficava-me por aqui.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Jaime Vieira tem a palavra.

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Obrigado, Sra. Presidente.

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo, Excelentíssimos Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É do conhecimento de todos (ou de quase todos) que o setor das pescas nos Açores atravessa uma grande crise e que algumas comunidades piscatórias vivem mesmo uma situação de emergência social face à grande diminuição dos seus rendimentos.

A posição do PSD em relação aos períodos de defeso é simples e objetiva: estamos ao lado dos pescadores para garantir a sustentabilidade das espécies piscícolas, mas simultaneamente defendendo os seus rendimentos.

Deputado José San-Bento *(PS):* Então também estão do lado do Governo!

O Orador: Assim, se estes períodos de defeso são necessários ou inevitáveis, a verdade é que eles impõem, no imediato, mais um forte corte no rendimento dos profissionais de pesca, pois é conhecida a importância que esta espécie tem nos rendimentos do setor.

Portanto, o que o PSD sempre tem defendido nesta matéria é que, se esta ou outras medidas são necessárias para gerir a quota do goraz ou para a recuperação de *stocks* é preciso definir e acionar os mecanismos adequados para compensar os pescadores pelas perdas de rendimentos que estas medidas acarretam.

E mais: entendemos que para essa compensação podem ser utilizados fundos comunitários ou, caso não seja possível ou o Governo não os queira acionar, devem ser alocados meios do orçamento regional para esse fim.

Relembro, com esta filosofia, na legislatura anterior, foi aprovado um Projeto de Resolução, subscrita por todos os partidos da oposição, que recomendava ao Governo a definição e implementação, em parceria com o setor e com a Universidade dos Açores, de planos de salvaguarda para as principais espécies demersais, que procurassem garantir a sua sustentabilidade e estipulava ainda que, na vigência desses planos, se assegurasse os rendimentos dos profissionais da pesca.

Este Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade, ou seja, também pelo PS. É tempo de sabermos o que foi feito com esta Resolução desta Assembleia.

No nosso entendimento, apostar em planos desta natureza para recuperar os *stocks* de algumas espécies piscícolas, reduzindo o esforço de pesca e assegurando os rendimentos da pesca, não pode ser encarado como um gasto,

mas sim, como um investimento que visa garantir o futuro da pesca nos Açores e deve constituir o objetivo central de uma verdadeira política regional das pescas.

Deste modo, é nosso entendimento que o Governo deve compensar os profissionais da pesca, porque:

- Compensar, porque existe uma ferramenta (FEAMP) que foi criada com este objetivo e para estas situações, tal como já se fez e faz com a pesca da sardinha e da pescada.
- Compensar, porque não é possível nem justo pedir ou impor aos nossos pescadores mais cortes nos seus já diminutos rendimentos
- Compensar, porque, ao contrário do que publicamente o atual Diretor Regional das Pescas defendeu num órgão de comunicação social quando foi abordado a falar neste sector, que os pescadores deveriam reorganizar -se para outras artes. Agora pergunto qual arte?
- Compensar, porque mesmo que houvesse outra arte, essa não é tão rentável como a do goraz.
- Compensar anda, porque não podem ser os pescadores a pagar por uma má gestão do Governo em relação às pescas, porque há muito, que muitos incluindo o PSD vão afirmando que a crise na pesca era uma realidade, e que eram precisas novas políticas para este setor, mas os governos socialistas ignoraram esses alertas.
- Compensar, porque ninguém pode ser impedido de trabalhar e consequentemente perder o ordenado, e não ser compensado.
- Compensar, porque sem esta compensação os pescadores vão estar obrigados a prevaricar, e repito obrigados, porque como já referi as famílias têm que ser sustentadas, e têm que ter o pão na mesa.
- Compensar, porque não é possível nem justo pedir ou impor aos nossos pescadores mais cortes nos seus já diminutos rendimentos.

- Compensar, meus senhores e minhas senhoras, porque o que está em causa são pessoas e repito pessoas.

Em suma, há que salvaguardar os *stocks* de algumas espécies demersais, mas paralelamente é preciso garantir os rendimentos dos pescadores e das suas famílias, que em algumas comunidades as famílias estão a atravessar a maior crise social e económica da Autonomia.

Aliás, não se entende como é que a Região ainda não possuí regulamentação própria para estas paragens como acontece, por exemplo, na Região Autónoma da Madeira e noutras regiões do País.

Assim sendo, fazemos um apelo para que o Governo através das ferramentas que existem ou de outras que possam ser criadas, assuma finalmente a sua quota de responsabilidade neste assunto, e compense os pescadores.

E repetimos, se o Governo não quer reconhecer que errou relativamente à questão da sustentabilidade das espécies, acionando os mecanismos europeus, então que o Governo encontre uma solução a nível interno, para não serem sempre os mesmo a serem prejudicados (os pescadores) pelas más políticas neste setor.

A finalizar deixo duas questões ao Secretário:

1) O Governo vai continuar a mesma política adotada na legislatura anterior, que era a não compensação financeira aos pescadores por estes períodos de defeso?

2) Não havendo compensação financeira pela paragem, como vão os pescadores sustentar as suas famílias?

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me confrontar aqui o Deputado Jaime Vieira quando de facto diz que há uma má gestão das pescas, por parte do Governo.

Eu recordo ao Sr. Deputado que há mais de 20 anos atrás não havia qualquer medida de salvaguarda. Toda gente pescava palangre de fundo a 100 e a 200 metros da linha de costa e o Governo não era do Partido Socialista, Sr. Deputado.

Portanto, os recursos piscícolas não se recuperam nem em 5, nem em 6, nem em 10 anos. Levam décadas!

A questão de fundo é que nunca foram tomadas medidas na altura, do ponto de vista da salvaguarda de recursos, que viabilizasse a continuidade desses recursos, especialmente das espécies demersais.

Relativamente ao FEAMP, penso que estamos a falar aqui de uma paragem, e essa foi sempre a intenção do Governo, devidamente assumida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de gestão económica da quota e nunca uma paragem biológica, assumido e proposto na altura pelas associações de pesca e pela Federação das Pescas, até porque todos temos conhecimento o que é que implicaria na Região uma paragem biológica. É que não havia pesca nos Açores e isso obviamente, do ponto de vista económico, traria graves consequências.

Permitam-me congratular o Sr. Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia pela proposta apresentada aos representantes do setor das pescas sobre a repartição e gestão da quota do goraz para os anos 2017 e 2018, tendo sido consensual junto das associações de pesca e da Federação de Pescas.

Só assim, promovendo o diálogo, escutando os parceiros do setor, propondo e recebendo contributos, se consegue obter consensos necessários que visam a sustentabilidade dos recursos piscícolas e essencialmente melhorar os rendimentos dos nossos pescadores.

A proposta de repartição da quota do goraz por um modelo de gestão trimestral irá permitir uma melhor gestão pesqueira, deixando de existir um período de paragem do goraz, o que implica um fornecimento contínuo do mercado e consequentemente um maior rendimento financeiro para os pescadores.

A aplicação desta medida de gestão tem em conta a coesão regional do setor pesqueiro limitando cada embarcação a um limite de captura de 2% da quota global dos Açores, aplicando-se assim o princípio da equidade e da justiça.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional sempre assumiram que o período de paragem proposto pelo setor pesqueiro e acordado com a administração tinha como objetivo razões de sustentabilidade socioeconómica, uma medida de gestão para não capturar goraz num período em que esta espécie tem menor valor comercial na primeira venda em lota, podendo ser potenciada noutros períodos do ano em que a sua procura é mais valorizada economicamente.

Uma melhor gestão pesqueira desta valiosa espécie deve potenciar mais rendimentos ao setor pesqueiro. Assim foi constatado no mês de dezembro de 2016, em que o preço médio de venda em lota atingiu os vinte e um euros e quinze cêntimos, existindo ilhas que já não dispunham quota no referido período.

Todos sabemos que os recursos piscícolas são finitos. Uma exploração desajustada compromete a sustentabilidade do setor, comprovando-se que os nossos pescadores e armadores podem pescar o mesmo e vender melhor, contribuindo assim para uma pesca sustentável e amiga do ambiente, preservando os recursos para as gerações vindouras.

A diminuição de captura das espécies demersais registadas em 2006 comparativamente a 2015, menos quatrocentos e cinquenta e cinco mil quilos, e considerando uma diminuição de quota do goraz em mais de 100 toneladas, correspondeu a um valor superior de ganhos financeiros em cerca de 600 mil

euros, num total de espécies demersais de venda em lota, em 2016, de 18,8 milhões de euros, mais 3% comparativo ao ano de 2015.

O flagelo do não aparecimento dos grandes migradores pelágicos, o atum, no mar dos Açores, compromete o rendimento dos nossos pescadores, sendo de extrema importância para a sustentabilidade do setor e dos subsetores da pesca e da manutenção da cultura artesanal transgeracional específica desta atividade.

Os investimentos realizados na última legislatura em infraestruturas portuárias e equipamentos de frio, assim como na frota, contribuíram para a valorização do pescado em lota, melhorando a operacionalidade das embarcações e a qualidade de pescado desde a captura, manuseamento, venda em lota até ao consumidor final.

Os Açores e cada uma das suas ilhas tem a sua especificidade. No setor das pescas temos comunidades piscatórias numerosas em determinadas ilhas, existindo outras que já têm dificuldades de recrutar homens do mar fruto da idade avançada dos seus profissionais.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

O Orador: São estes desafios importantes que todos s temos pela frente e, conjuntamente, temos que ser capazes de ultrapassar, assegurando continuamente uma das atividades económicas mais importantes da Região, pelo que a proposta agora em apreciação, e no entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é desajustada no tempo face à realidade atual, pelo que votamos contra.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** *(Gui Menezes):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Resolução do Bloco de Esquerda é uma questão antiga e tem a ver com a questão do período de defeso.

Eu devo dizer que foi sempre entendimento do Governo Regional, nesta matéria, que os períodos de defeso que foram impostos para o goraz foram períodos para gestão da quota e não propriamente para gerir, do ponto de vista biológico, o recurso.

Aliás, devo dizer que é muito discutível, e não é só para o goraz, é com outras espécies, que a proteção dos reprodutores, nalguns casos, seja efetiva a longo prazo no recrutamento do goraz, neste caso.

Isto é eficiente para algumas espécies e é eficiente quando as populações são muito baixas. Quando as populações não têm níveis populacionais tão baixos essa relação direta não existe.

Portanto, o objetivo destas paragens (aliás, houve duas paragens) tinha a ver com a gestão mais racional da quota que nos é atribuídas, que é cerca de 507 toneladas, infelizmente, como sabemos.

Por outro lado, convém referir que, do ponto de vista geral, os demersais até aumentaram.

Por outro lado, sabemos, e essa foi uma das argumentações e é uma argumentação científica, não é do Governo Regional, que o *stock* do goraz felizmente está a recuperar.

É claro que nalgumas áreas dos Açores a abundância é diferente, há alguma heterogeneidade, mas do ponto de vista global as abundâncias destas espécies estão a recuperar.

A publicação da Portaria no final de dezembro teve o apoio da Federação das Pescas e foram auscultadas as Associações de Pesca.

Nós precisávamos de ter o balanço completo do ano para verificar aquilo que tinha corrido mal e aquilo que tinha corrido bem e uma das coisas que verificámos foi que o efeito do defeso foi perdido e eu explico porquê. Aliás,

Sra. Presidente, eu tenho aqui alguns documentos que gostava de distribuir pelos grupos parlamentares para vos ajudar a interpretar a gestão da quota em 2016 e para ajudar também a analisar as medidas que nós tomámos.

Se verificarmos, a seguir ao período de defeso do ano passado, houve um *boom* de capturas, houve um aumento excecional de capturas, ou seja, toda a gente foi para o mar apanhar goraz e o efeito que esta medida teria, do ponto de vista económico, perdeu-se bastante. Ou seja, vendeu-se goraz a cerca de 8 euros, em março, logo a seguir. Aliás, o mês de março do ano passado foi o mês que se apanhou mais goraz, cerca de 117 toneladas.

Para ter um ponto de comparação, o preço médio em dezembro foi de 21 euros e em março foi de 8 euros. É disto que estamos a falar, de uma gestão da quota mais racional.

Por isso é que propusemos às associações um outro modelo de gestão, ou seja, na convicção de que os problemas não se resolvem com as soluções que lhes deram origem. Então, o que propusemos foi uma repartição da quota por trimestre. Aliás, devo dizer que na reunião que mantivemos no dia 16 não houve nenhuma associação que discordasse desta metodologia e foi bastante consensual até. Portanto, esta questão julgo que está resolvida.

Em relação aos apoios do FEAMP eu acho que continua a haver muita confusão. Eu verifiquei que tanto nos órgãos de comunicação social, como nesta Assembleia, já houve esta discussão.

Esta situação do goraz não é comparável com a sardinha, nem com o lagostim no continente. Aquelas espécies estão sob um programa de recuperação aprovado pela União Europeia, devia ao estado do *stock* no continente.

Estes planos de recuperação são elaborados pelos países e são submetidos à União Europeia, e a União Europeia aprova-os ou não, e é com base num plano de recuperação que os apoios do FEAMP podem ser dados, porque os próprios apoios do FEAMP também têm que ser aprovados pela Comissão Europeia.

Portanto, quando se diz que o Governo Regional não quer apoiar os pescadores, não, o Governo Regional está a apoiar os pescadores, está a ajudar a gerir esta quota de uma forma mais racional e, no final do ano, de certeza que, com estas novas formas de gestão, vamos conseguir gerir o *stock* e trazer mais rendimento para os pescadores.

Tal como qualquer empresa, qualquer instituição, as contas fazem-se no final do ano e estimamos, com estas medidas, ter um aumento aproximado de cerca de 700 mil euros comparativamente ao ano anterior, se os dados de 2016 se mantiverem relativamente constantes.

Deputados André Bradford e José Ávila *(PS):* Muito bem!

O Orador: Em relação às duas perguntas do Sr. Deputado Jaime Vieira, penso que respondi a elas. Se não respondi diga-me que eu voltarei a responder.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto já foi amplamente discutido aqui neste Parlamento.

O CDS já teve oportunidade de dizer que a questão da gestão dos *stock*s já há muito que deveria ter sido acautelada, que não o foi porque este Governo sempre preferiu adotar medidas assistencialistas em vez de adotar medidas corajosas que levassem à recuperação dos *stocks*.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* É preciso que o poupem entretanto!

A Oradora: Devo lembrar que em 2000, e fazendo uso de dados científicos, já havia dados que indicavam que capturas acima das 1000 toneladas colocaria em causa a sustentabilidade dos *stocks*. O Governo, irresponsavelmente, ignorou,

alimentando aquela ideia de que tínhamos uma enorme e vasta Zona Económica Exclusiva.

Todos sabemos que isso é uma falácia, porque a nossa zona de pesca é muito mais pequena, só é feita em zonas de menor profundidade, portanto nos bancos. Portanto, a nossa zona de captura possível até nem é tão vasta quanto isso.

Passados 10 anos, em 2010, apesar da quota do goraz ser 116 toneladas só foram capturadas 650, praticamente metade do tique, indicando claramente uma rutura do *stock*.

Portanto, penso que hoje, em 2016, é consensual em todas as bancadas e até para o Governo de que é necessário acionar mecanismos que permitam a recuperação dos *stocks*.

Não sei se percebi bem das suas palavras de que a paragem biológica, cientificamente, até não tem grande efeito o facto de se preservar as fêmeas ovadas. Isso foi uma coisa que sempre foi defendida.

Em janeiro, não é só pelo argumento comercial de que efetivamente o goraz tem maior valor, mas a verdade é que sabemos que a desova desta espécie é feita em janeiro, junto à costa (não é?) e onde a captura sistemática do goraz, em fêmeas, em período de desova, levaria uma delapidação do *stock*.

Portanto, isto foi consensual e foi por isso que se fez agora em janeiro e em fevereiro, na altura da desova, não é única e exclusivamente porque nesta altura tem um maior valor comercial.

Aquilo que se coloca aqui é que, de facto, se assumimos que queremos acionar mecanismos que permitam a recuperação dos nossos *stocks*, e estamos a falar do goraz que é uma das espécies de maior valor comercial, eu diria até, a nossa primeira divisão da pesca nos Açores, e atendendo que a divisão de honra, que é a captura do atum, também não tem tido os melhores anos nos dois últimos, é fundamental atuarmos de uma forma consciente.

Verdade é que se vamos colocar os nossos pescadores numa situação em que estão impedidos da sua atividade durante dois meses, sem qualquer remuneração, eu pergunto (e eu percebo o argumento válido), mesmo que quatro ou cinco meses mais tarde, vão recuperar esse rendimento pela via da valorização do goraz, que nessa altura pode ser vendido a um preço muito mais elevado, eu devo lembrar…

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

A Oradora: … (já lá vou, Sra. Deputada), que o rendimento dos nossos pescadores não lhes permite ao longo do ano fazer uma poupançazinha, digamos assim, para poder sobreviver e comer durante os dois meses onde há paragem biológica e onde há defeso.

Portanto, é necessário, é fundamental e é da mais elementar justiça garantir uma compensação financeira aos pescadores.

Eu até percebo que o Governo Regional tenha alguma dificuldade em acionar o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos das Pescas, o FEAMP, que é (e diz lá claramente) "um instrumento financeiro que permite a execução de medidas que visem repor unidades populacionais de peixe para níveis sustentáveis", e o defeso não é mais nem menos do que exatamente isso,…

Deputado André Bradford *(PS):* Não é nada disso!

A Oradora: … mas também percebo que a partir do momento em que o Governo vai se candidatar ao FEAMP é, no fundo, admitir a Bruxelas que a Região afinal não tem uma pesca tão sustentável como o Governo Regional sistematicamente insiste a levar essa informação a Bruxelas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Corvelo tem a palavra.

Deputado João Corvelo *(PCP):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quero dizer, desde já, que o PCP concorda com esta proposta do Bloco de Esquerda. Não só concordamos como esta medida está inscrita, de forma explícita, no Programa Eleitoral da CDU, que apresentámos aos açorianos nas últimas eleições regionais.

Deputado André Bradford *(PS):* Mas é só para as Flores?

O Orador: E se estamos de acordo com a compensação deste período de defeso em concreto, mais defendemos que ela se torne um precedente e que as paragens e outras medidas de conservação dos recursos piscícolas, que tenham efeitos sobre o rendimento dos pescadores, passem a ser compensadas com fundos europeus. Não aceitamos que continuem a ser os nossos pescadores a arcar com os custos de medidas de conservação, por vezes tardias e cientificamente discutíveis e pensamos que é da mais elementar justiça estabelecer processos de indemnização e compensação.

É importante recordar as responsabilidades das imposições europeias na situação das nossas pescas e nas dificuldades dos nossos pescadores.

A frota artesanal tem sido dizimada desde a adesão à União Europeia (de 1947 embarcações passou-se a menos de 600, sendo que muitas delas passam períodos de pesca inteiros paradas por falta de rentabilidade). De 2010 a 2015, as capturas tiveram uma quebra superior a 50% em volume e de quase 30% em valor.

Embora com variações de ilha para ilha, a pobreza assume aspetos preocupantes nas comunidades piscatórias, e a queda dos rendimentos dos pescadores é deveras alarmante.

O modelo de gestão de pesca centralizado imposto pela União Europeia, tão claramente contrário aos interesses de Portugal e das suas Regiões Autónomas, é evidentemente um enorme obstáculo à manutenção e ao desenvolvimento do

sector: apesar das declarações cosméticas de boas intenções, o que prevalece são os interesses dos estados mais poderosos, mas desprovidos de território marítimo significativo, sobre os interesses dos estados costeiros mais pequenos.

A nossa frota, que pelas suas caraterísticas tradicionais (pequenas embarcações, com alta seletividade das artes de pesca) poderia constituir um modelo de boas práticas, encontra-se hoje a pagar o grande esforço de pesca realizado até 2005 em consequência da liberalização no acesso às aguas por embarcações de alto, estrangeiras, que entre 1980 e 2005 (mas ainda hoje, como todos sabem) aplicaram os grandes palangres de fundo no reduzido número de bancos de pesca açorianos, danificando de forma dramática os recursos. Os pescadores açorianos estão entre as camadas mais sacrificadas pelas imposições europeias.

Estas são responsabilidades da Política Comum de Pescas, na qual também não estão isentos os partidos que sempre apoiaram e impuseram o rumo de submissão à UE.

É mais do que justo que seja a União Europeia a arcar com os custos da sua política.

Não aceitamos, nem aceitaremos mais medidas de conservação de recursos piscícolas que não levem em linha de conta e compensem devidamente os seus efeitos económicos no rendimento dos pescadores e nas comunidades ribeirinhas.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** *(Gui Menezes):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que chegados a esta fase estamos a discutir um não assunto, porque o período de defeso vai desaparecer, de acordo com o que foi discutido e acordado na última reunião com as Associações de Pescas e com a Federação.

Chegou-se à conclusão de que o modelo anterior estava a ser prejudicial. Não estávamos a garantir o máximo de rendimento deste recurso.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

O Orador: Desta forma, o que a Sra. Deputada Graça Silveira diz, vamos garantir a continuidade do rendimento dos pescadores fazendo este plano trimestral. Isto é gerir as pescas.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Isso já está acontecendo, não está?

O Orador: Há muitas formas de gerir as pescas.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Então é só para este!

O Orador: Portanto, vamos garantir.

Devo dizer também que foi curioso, porque na reunião com as associações, na segunda-feira, nenhuma das associações falou em compensações.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Disse que ia acabar com o período de defeso!

O Orador: Salvo uma ou outra associação falou, mas nenhuma falou das associações.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* "Nenhuma, salvo uma ou outra". Isso é uma questão!... Salvo uma ou outra, então significa que alguma falou!

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: As associações estão cientes que os apoios vindos do FEAMP já não são possíveis nestes casos (*ok?* Pronto!).

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor diz uma coisa e o seu contrário numa mesma frase, ninguém se entende!

O Orador: Desta forma e com este acordo, vamos garantir com certeza o melhor rendimento para os pescadores e o documento que vos distribuí penso que vos poderá elucidar nesse sentido.

Em relação ao que o Governo Regional tem feito nos últimos anos para recuperação dos *stocks*, têm sido imensas as medidas precaucionárias que têm sido tomadas, nomeadamente no uso do palangre de fundo dentro e junto às ilhas, os tamanhos mínimos que têm sido adotados, os programas de monotorização que têm sido acompanhados.

Em relação às fêmeas ovadas isso é uma discussão muito técnica, mas eu posso explicar. Se fosse uma relação linear, a população do goraz nunca parava de crescer infinitamente.

O que se passa é que estes modelos de recrutamento de fêmeas reprodutoras (não sei se a Sra. Deputada Graça Silveira sabe), chega a um ponto em que o recrutamento começa a diminuir quanto a população é muito elevada.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Nós estamos com excedente de população de goraz!

O Orador: Não estamos, mas o efeito disto, os efeitos calculados em relação ao número de fêmeas e os recrutas é cerca de 5 a 15% do resultado. Os mais importantes são os fatores ambientais nas fases de vidas lavrares.

Portanto, esta questão do período de defeso aplicado a esta espécie, e à maioria das espécies, neste caso dos peixes, pode funcionar para alguns invertebrados, mas para este caso não funciona.

Em relação ainda ao FEAMP, em dezembro, ou em novembro, tivemos em Bruxelas, e mostrámos os dados científicos que o *stock* estava a recuperar e conseguimos garantir a manutenção da quota e agora íamos a Bruxelas dizer que o *stock* está muito mau e temos que ter uma medida aqui de apoio? Que temos que fazer uma paragem?

Deputado José Ávila *(PS):* Isso mesmo! A questão é essa!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* É uma medida precaucionária!

O Orador: É que a paragem implica uma paragem total. A paragem é total. Enquanto agora a paragem era só dirigida ao goraz (não é?), isto sendo uma pescaria muito específica, os pescadores poderiam pescar outras espécies.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Com artes direcionadas, Sr. Secretário!

O Orador: Com estes apoios do FEAMP obriga à paragem total da frota e isto é que seria dramático, isto é que seria uma perda de rendimentos muitíssimo grande.

Aliás, posso dizer-vos também, porque também foi falado de que o Fundo de Pescas poderia apoiar esta situação, que nós já analisámos esse aspeto. O Fundo de Pescas só apoia situações excecionais, aliás foi um Decreto-Lei aprovado aqui nesta Assembleia.

Até agora ainda não se verificam essas condições de excecionalidade para ser acionado o Fundo de Pesca. Ainda hoje recebi os dados. Não há razões. O tempo tem estado bom, o rendimento não caiu o que estava previsto no Fundo de Pesca. Portanto, também neste aspeto não há razões para isso.

Infelizmente, e é verdade, foi um péssimo ano de atum e houve de facto uma quebra global do rendimento, mas também aí o Governo Regional tem estado a analisar formas de apoiar essa frota em particular, que foi uma frota que sofreu bastante com esta baixa de capturas de atum, e estamos a analisar soluções, juntamente com a APASA, inclusive, para ver como podemos ultrapassar esta situação. Só esperemos é que haja atum este ano, mas isso não depende do Governo naturalmente.

Quanto ao Sr. Deputado João Corvelo, penso que não me fez nenhuma pergunta em particular. Penso que com esta minha intervenção já esclareci e fico à disposição para outros esclarecimentos que queiram colocar.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Sra. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e também considerando o nosso horário, regressamos às 15H00 com a Agenda.

Eram 12 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Estamos no ponto 18 da nossa Agenda. A Mesa tinha uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na primeira parte da discussão deste tema cheguei à conclusão que existem pelo menos duas grandes incongruências. Uma delas tem a ver com o facto de esta ser uma proposta para tentar resolver um problema…

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Mal-assumido!

O Orador: Sra. Deputada, sente-se se faz favor e oiça, que só lhe fica bem.

… que afinal já não existe, já foi resolvido. Portanto, em bom rigor, estamos aqui a tratar de um não problema.

A outra grande incongruência que aqui também pude assistir é que o PSD, ao contrário do que diz sempre (não sei se pratica sempre, mas pelo menos diz

sempre), afinal quer atirar dinheiro para os problemas, o que não deixa de ser estranho,…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: … porque em várias ocasiões nesta Casa o PSD teve como mote, digamos, não ir por este caminho. Infelizmente as coisas mudam e parece que o PSD quer seguir afinal outro caminho.

O Sr. Deputado Jaime Vieira também trouxe até aqui uma outra situação: falou na questão da emergência social nas comunidades piscatórias.

Também queria dizer-lhe que infelizmente as questões sociais, as questões nesta área existem em várias comunidades e não só nas piscatórias e acho que é muito mau fazer uma redução só para esta classe profissional.

Se existem problemas, os problemas devem ser resolvidos e todos temos essa responsabilidade, não só por parte do Governo, mas por parte também de quem de perto lida com essas comunidades. Não me posso esquecer das Câmara Municipais e das Juntas de Freguesia.

Deputado Manuel Pereira *(PS):* Muito bem!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Aonde o senhor quer chegar, às Juntas!

O Orador: Também queria reafirmar, e isso já foi dito noutros debates, que connosco não contem para demagogia barata.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* E demagogia cara? Demagogia cara aos açorianos é o que os senhores fazem!

O Orador: Usar o sofrimento de algumas pessoas para beneficio político não contem connosco para isso.

Também queria dizer ao Sr. Deputado Jaime Vieira que comparar a situação da pesca do goraz com a sardinha é o mesmo que comparar a água com o azeite.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* É preciso distinguir o que é que é a água e o que é que é o azeite!

O Orador: Não tem nada, rigorosamente nada, uma coisa a ver com a outra.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

Deputado Francisco César *(PS):* É de Rabo de Peixe, mas não pesca!

O Orador: Estamos aqui para discutir a proposta que o Bloco de Esquerda trouxe. É aquela que conhecemos, nem foi alterada nas suas datas, nomeadamente no seu título da cessação temporária, relativamente aos dias 15 de janeiro a 29 de fevereiro, mas, no entanto, isto só vem confirmar que de facto esta proposta já neste momento não faz qualquer sentido.

Em bom rigor, tenho que dizer que para nós ela já não fazia qualquer sentido.

Aproveito a oportunidade para dar os parabéns ao Senhor Secretário pelo excelente trabalho que fez para chegar a um consenso com todas as Associações deste setor.

Sei que não é fácil.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Não é fácil é tratar das situações difíceis!

O Orador: Sei que foi um trabalho aturado, sei que não é fácil lidar com pessoas que 24% dos seus rendimentos provém da atividade da pesca do goraz.

Costuma-se dizer que "quando não há pão todos ralham e ninguém tem razão".

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* E quando não há peixe, como é?

O Orador: O Sr. Secretário foi acusado de não estar com os pescadores, mas o trabalho que apresentou na reunião do dia 16 prova precisamente o contrário: o senhor esteve desde o princípio com os pescadores e por isso tenho que lhe dar os parabéns.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É verdade que o Sr. Secretário conhece, e conhece como ninguém nesta Casa, a realidade das pescas. Conhece até em duas vertentes: conhece como político (chegou há bem pouco tempo), mas também conhece

tecnicamente o que se passa no setor de pescas e isso tem sido demonstrado não só nas suas intervenções, mas também no trabalho aturado que o senhor fez para conseguir chegar a um consenso alargado com as associações.

Por isso quero dizer-lhe, Sr. Secretário, é verdade que o senhor não precisa de fazer um arraial em cima de um porto de pescas qualquer para ser conhecido, muito menos reconhecido.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, queria dizer à Sra. Deputada Zuraida Soares, primeira subscritora desta proposta, que se este Projeto de Resolução vingasse, pressupunha (e isso já foi dito pelo Sr. Secretário) o reconhecimento de um problema biológico grave no *stock* desta espécie e isso implicaria, também como já foi dito, os Açores ficarem sujeitos a cortes ainda mais drásticos daqueles que temos e como sabemos ninguém quer uma situação dessas.

Recordo que o Governo da República nas negociações que teve e o Governo Regional têm defendido precisamente o contrário, têm defendido que os cortes foram excessivos, precisamente com o argumento suportado por diversos estudos, que esta espécie tem vindo a recuperar francamente com base em medidas importantes que foram tomadas no passado recente. Lembro-me, por exemplo:

- a proibição da utilização do palangre de fundo dentro das seis milhas na maioria das ilhas;
- o aumento do tamanho mínimo (aqui tenho que fazer uma ressalva que algumas associações de ilha, para a sua proteção, conseguiram até ir mais além que os tamanhos que foram impostos);
- a própria criação de várias reservas também foi importante;
- a paragem da pesca do goraz que foi estipulada.

Em terceiro lugar, é de bom tom lembrar o partido proponente desta iniciativa, que as paragens das pescarias desta espécie, verificadas até aqui, tiveram apenas

um intuito, valorizar o pescado, criar mais rendimento para os pescadores. Essa parte é muito importante.

Para dar dois exemplos, em dezembro de 2016, o peixão valia mais 88,5% em média do que valia no mês de março e o goraz, também nesse período, valia mais 164,4% do que valia no mês de março, o que quer dizer que esta paragem que foi feita foi exatamente para proteger o rendimento dos pescadores.

Acho que é por aqui que devemos ir: resolver internamente a questão da gestão da quota que foi atribuída e que é reduzida, como se sabe, são 507 toneladas por nove ilhas e por muitos pescadores, mas é esta a quota que nós temos e temos que pensar sempre na questão que é preciso ganhar mais pescando pelo menos o mesmo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Espero não dar início àquilo que o Sr. Deputado José Ávila poderá chamar um arraial, desta vez não no porto, mas em pleno Parlamento dos Açores, mas há meia dúzia de coisas que são invitáveis que sejam ditas.

Comecemos, até para fazermos o ponto de situação relativamente ao debate até agora, pelo não assunto, o não problema.

É bom que fique claro, para os pescadores e pescadoras desta Região, que os seus parcos, e em muitos casos, miseráveis rendimentos, são um não assunto, são um não problema para o Governo Regional e para o Partido Socialista.

Deputado André Bradford *(PS):* Isso é demagogia!

Deputado Manuel Pereira *(PS):* É demagogia e barata!

A Oradora: Quem defende exatamente o contrário faz uma demagogia barata.

Deputado André Bradford *(PS):* Não, não! Cara!

A Oradora: E quem, portanto, pretende criar condições e apoios para que essa miséria não permaneça, esses sim, fazem demagogia barata.

Muito bem! Vamos continuar!

Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, mas que grande, grande, grande trapalhada.

Tirando a brilhante aula que o Sr. Secretário Regional deu de biologia, e quase que me atrevia…

(Diálogo entre os Deputados André Bradford, Francisco César e Graça Silveira)

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Deputada Zuraida Soares está no uso da palavra.

A Oradora: Vou repetir

(Diálogo entre os Deputados André Bradford, Francisco César e Graça Silveira)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor. Os apartes não podem interferir desta maneira com as intervenções.

Sra. Deputada Zuraida Soares…

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente. Vou repetir, caso o Sr. Secretário se tenha perdido no meio do caminho.

Que grande, grande, grande trapalhada!

Tirando a sua aula brilhante de biologia, quase que me atrevia a dizer, de ginecologia também…

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

… que agradeço, o resto, Sr. Secretário Regional, é uma imensa confusão. Vou tentar explicar-lhe porquê:

Esta confusão, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, não é uma confusão nem involuntária, nem inocente, na medida em que ela tem um objetivo, Sr. Secretário, muito claro. Atrevia-me até a dizer, demasiado claro.

E qual é o objetivo final na opinião do Bloco de Esquerda?

É retirar justiça e razoabilidade. Justiça e razoabilidade, aliás acompanhada ultimamente e finalmente pela opinião pública em geral, de que a reivindicação dos pescadores e armadores, de que eles e as suas famílias não podem ter 45 dias e depois mais 45 dias de paragem da pesca, porque ficam sem rendimentos, não tendo nenhuma compensação, não pode ser.

Portanto, o Sr. Secretário Regional quando reduz esse período já não a 45 dias, mais 45 dias, mas a 15 dias, se já foi difícil conquistar a opinião pública para que 45 dias de uma vez era impossível de ser suportado, como a vida mostra, como a pobreza mostra, como a miséria mostra, como muitas das nossas comunidades mostram, bom, então para 15 dias, diz o Sr. Secretário Regional, que não teve pedidos de compensações.

Que admiração, Sr. Secretário Regional! Pois se já era tão difícil e pouco pacífico para 45 dias, imagine agora para 15!

Portanto, há um objetivo claro: no diz e desdiz, no faz e desfaz, retirar justeza e razoabilidade à reivindicação dos pescadores, que não é de agora, é antiga, como o Sr. Secretário Regional bem sabe.

Agora vamos às trapalhadas que se escondem por trás deste objetivo claríssimo.

Deputado André Bradford *(PS):* Não se esconde nada! Está tudo claro!

A Oradora: Primeira trapalhada, Sr. Secretário, aliás uma trapalhada que já vem do seu antecessor:

A Região não pode dar sinais errados à União Europeia acionando o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Festas (FEAMP), porque, em retaliação, a União Europeia poderia baixar a quota do goraz.

Sr. Secretário Regional, eu tenho aqui o Regulamento relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, que no seu artigo 33.º, sob a epígrafe "Cessação temporária das atividades de pesca", no ponto 1, "O FEAMP pode apoiar medidas destinadas à cessação temporária das atividades de pesca nos seguintes casos:

a) Aplicação de medidas da Comissão ou de medidas de emergência dos Estados-Membros referidas, respetivamente, nos artigos 12.º e 13.º do Regulamento (UE) n.º 1380/2013, ou de medidas de conservação referidas no artigo 7.º desse regulamento, incluindo os períodos de defeso."

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Ah!... Pode ou não pode?

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário Regional, vai ter que fazer o favor de nos explicar como é que acionar o FEAMP é dar o argumento à União Europeia para nos tirar quota, quando é a própria União Europeia que concede que o FEAMP pode e deve ser utilizado, entre outras coisas (poderei ler, se assim o entender) durante o período de defeso?

Ou seja (concluindo), o Governo Regional, entre a União Europeia e o apoio aos pescadores, mais uma vez escolheu o elo mais forte, e deixou desprotegido, como sempre tem feito, o elo mais fraco.

Aliás, Sr. Secretário Regional, devo dizer-lhe uma coisa: este não assunto e este não problema, mereceu do atual Presidente do Governo Regional, enquanto candidato nas eleições de outubro, a promessa de um resgaste a este setor.

Sr. Secretário Regional, vamos lá ver se nos entendemos:

Ninguém faz um resgaste a um setor se ele não estiver a atravessar uma fase horrível, uma fase terrível, do ponto de vista económico, social, etc..

Portanto, este não problema afinal é um magno problema.

Deputado José San-Bento *(PS):* Existe um esgotamento, Sra. Deputada!

A Oradora: Segunda trapalhada, Sr. Secretário Regional:

Defeso e paragem biológicas são coisas diferentes. Este também foi um argumento que tem sido utilizado ainda recentemente pelo Sr. Secretário, pelo Diretor Regional das Pescas.

Eu digo-lhe o seguinte: serão coisas diferentes, mas volto ao FEAMP e volto ao Regulamento: não há nada que diga que a paragem biológica tem apoio, deve ser compensada, mas o defeso não. Pelo contrário, está aqui escrito preto no branco: defeso!

Portanto, essa distinção, esse preciosismo, não responde de maneira nenhuma ao problema dos pescadores por paragem no defeso.

Terceira trapalhada:

O custo deste investimento, um investimento sério na sustentabilidade dos nossos *stocks* píscolas era demasiado elevado e houve até um Membro do Governo Regional que disse que o custo seria de 20 milhões de euros.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes):* Não é verdade!

A Oradora: Sr. Secretário Regional, eu ouvi!

A RTP emitiu uma peça. Portanto, se não é verdade, o Sr. Secretário Regional vai ter que explicar quem é que mentiu (20 milhões!). Não houve nenhum desmentido. Portanto, eu vi e ouvi 20 milhões!

A pergunta que lhe faço é:

O que são estes 20 milhões?

Ajude-nos a somar, porque eu não percebo onde é que o governante vai buscar 20 milhões.

Quarta trapalhada:

Convidar, como o Sr. Secretário Regional fez, algumas (e enfatizo algumas!) associações do setor, no dia 16 deste mês… Outra pergunta direta que lhe faço

é: acha que o assunto não mereceria a convocação de um Conselho Regional das Pescas?

Por que é que só convidou algumas associações?

Não foram todas!... Não foram todas, como Sr. Secretário Regional sabe. Aliás, nem todas concordaram, como o Sr. Secretário ainda agora admitiu, e é uma expressão sua, "foi uma decisão unânime, mas alguns não concordaram", o que afinal já não é tão unânime assim.

Mas esta quarta trapalhada que lhe estou a referir, o senhor convidou algumas associações e acordou com elas que o período de defeso só irá vigorar até ao dia 1 de fevereiro (portanto, 15 dias, digamos assim) e que elas não pediram compensações.

Não vale a pena falar nisto novamente, porque no princípio desta intervenção já lhe disse, que admiração não o tenham pedido.

Quinta trapalhada:

Em dezembro de 2016, disse o Sr. Secretário Regional há poucos dias atrás, tínhamos que aplicar uma Portaria, nós estávamos obrigados a aplicar uma Portaria antes do dia 31 de dezembro.

Agora pergunto-lhe: obrigados por quem? Quem é que nos obriga a publicar uma Portaria? Por que é que tínhamos que publicar esta Portaria?

Mas mais do que isso: é que estávamos a obrigados a aplicar uma Portaria que já sabíamos previamente que 15 depois, que foi o que aconteceu no dia 16 deste mês, iria para o caixote do lixo.

Portanto, fomos obrigados a publicar uma Portaria que criava, estipulava o período de defeso entre 15 de janeiro, 29 de fevereiro, com todas as condicionantes conhecidas, Portaria esta que no dia 16 afinal já não é necessária, bem pelo contrário é prejudicial. Portanto, tem que ser alterada.

Sexta trapalhada, Sr. Secretário Regional:

A anterior argumentação do Governo Regional – e vale a pena lembrá-lo, era a seguinte:

O período de defeso até ao dia 29 de fevereiro, segundo cálculos publicados, era uma medida de defesa dos pescadores, perante as imposições da União Europeia, nomeadamente, o defeso terminava em 29 de fevereiro para que o pique das capturas do goraz coincidisse ou fosse mais concentrado no período em que o goraz tem mais valor comercial, ou seja, no último trimestre do ano. Pergunto-lhe: então hoje já não é assim? O que é que mudou, entretanto?

O que é que mudou desde o dia 31 de dezembro e a argumentação do anterior Governo e dos anteriores secretários da tutela, para agora, no dia 16 de janeiro, afinal, já é uma coisa completamente diferente. É outra explicação direta que lhe faço.

Deputado André Bradford *(PS):* Já me perdi!

A Oradora: Ah não se perdeu não, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford *(PS):* Que confusão!

A Oradora: Aí é que está, mas a confusão não foi o Bloco de Esquerda que a criou, foi o Governo Regional. É uma coisa diferente.

Portanto, Sr. Secretário Regional, uma conclusão pode tirar-se: é que se a quota do goraz se mantém, e mantém, o rendimento do pescador mensalmente vai diminuir, porque todos os pressupostos e toda a argumentação, com alguma razoabilidade que o Governo despendeu, agora deitou-a completamente por terra.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes):* Não!

A Oradora: Foi, Sr. Secretário.

Portanto, face a este cenário de avanços e recuos, de diz e desdiz, e de publica e "despublica", o que é que verdadeiramente sobra no que diz respeito ao tal título que cria alguns problemas a alguns Srs. Deputados de que o Governo Regional deve acionar um apoio financeiro a pescadores e a armadores durante

a sessação temporária de atividades de pesca, em vigor de 15 de janeiro a 29 de fevereiro de 2017?

O nosso Projeto, Sr. Secretário, tem a data de 17 de janeiro… Peço desculpa, agora sou eu que estou perdida.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* É a sétima trapalhada!

A Oradora: Não. Esta é a oitava trapalhada.

Mas eu clarifico. O que eu quero dizer é que este Projeto entrou nesta Casa antes da reunião do dia 16 de janeiro e o Bloco de Esquerda como não tem a capacidade de adivinhação e previsão, não sabia que o Sr. Secretário Regional ia fazer uma reunião com algumas associações para desdizer tudo aquilo que tinha dito.

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

A Oradora: Não, não sabia não.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

A Oradora: Portanto, volto a dizer-lhe, Sr. Secretário, aquilo que sobra é o seguinte:

Os nossos pescadores continuam exatamente na mesma. Aquilo que o Governo Regional continua a recusar-se…

Assumo: se calhar sou só eu e toda a gente nesta Casa e fora desta Casa já percebeu por que é que o Governo Regional se recusa a acionar os apoios comunitários nomeadamente o FEAMP.

O seu antecessor nunca foi capaz de nos explicar de uma forma entendível. Talvez o Sr. Secretário consiga fazê-lo.

Até a este momento eu nunca conseguiu perceber, mas devo dizer-lhe uma coisa, Sr. Secretário, não estou sozinha, porque conheço muitos pescadores e muitas pessoas nesta Região que também não conseguem perceber.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente:…

Deputado Francisco César *(PS):* Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo!

O Orador: Realmente há coisas aqui que parece que estamos num mundo virtual, Sr. Deputado.

Estamos num mundo virtual porque é uma coisa impressionante aquilo que eu tenho vindo a assistir.

Quando se fala, meus senhores, que a pesca e que este Projeto de Resolução não faz sentido, entre outras coisas; quando falam que numa reunião que tiveram com as diversas associações, primeiro não havia, mas depois quase nenhuma falou na questão da compensação, quando na comunicação social recentemente vi a associações de pescadores e vi os próprios pescadores (finalmente "despiram o colete") a dizer que há dificuldades, chego aqui e deparo-me com outra realidade.

Parece-me que os senhores conhecem um mundo rosa, um mundo perfeito, em que não há problemas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Isto realmente, meus senhores, dá que pensar, porque aquilo que me parece é que esta realidade que os senhores conhecem, que pode existir e não ponho em causa, também quero dizer-vos que existe outra, que é aquela que eu conheço, aquela que o senhor disse e muito bem, que eu era Presidente de Junta e por ser Presidente de Junta de uma comunidade onde existe mais de 1000 pescadores conheço muito bem a realidade e estou à vontade para falar dessa situação.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Aquilo que eu digo é que atirar dinheiro para o problema, é uma situação que eu fico extremamente confuso. Atirar dinheiro para sustentar.

O que se passa aqui é isso. Alguém diz assim: não trabalho, mas também não pode receber.

Deputado José San-Bento *(PS):* Pode, pode!

O Orador: É só isso. Não está mais nada em causa. Não trabalham, mas também não podem receber.

Perante essa situação, meus senhores, acho que quando se diz que estamos a atirar dinheiro para cima da Mesa fico confuso…

Deputado André Bradford *(PS):* Isso é demagogia!

O Orador: Com licença!

… porque é assim: não há dinheiro, meus senhores (ouçam esta), para atribuir aos pescadores na paragem, mas há tantos milhões de euros para a Casa da Autonomia, por exemplo.

Deputados António Marinho e João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Estas situações é que levam à dualidade de critérios aqui dentro que eu ainda não entendi. Estou cá há pouco tempo, mas vou percebendo, logicamente vou percebendo como é que as coisas funcionam.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Falou-se também aqui que o problema (falou o Sr. Deputado há algum tempo, antes das interrupção para o almoço) é de há 20 anos atrás. Há 20 anos atrás não acrescenta nada para este debate, mas posso dizer muito sinceramente que começou a eclipsar há 10 anos atrás, quando era Secretário Regional das Pescas um senhor chamado Pamplona, na altura.

Deputado José San-Bento *(PS):* Marcelo Pamplona!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: Quando não querem ouvir, fazem ruido bem. Também não estou falando para os senhores.

O problema põe-se porque nesta altura não houve regulamentação aquando da atribuição de diversas embarcações.

O problema da sobrepesca começa também nesta determinada altura.

Também temos que perceber que o problema já existe há algum tempo e o Sr. Secretário na altura já deu um toque neste sentido e ele sabe bem daquilo que estamos a falar.

Por isso, meus senhores, quando se fala também nesta Casa da compensação, a longo prazo, ninguém vive de esperanças. Não se diz que daqui a sete, oito meses, os pescadores vão viver melhor.

Eu quero o presente. O que me interessa neste momento é o presente. É isso que temos que ter em conta, é o presente. O presente é que conta e o presente é que há muitas famílias que dependem dos rendimentos e que agora estão sem eles para poderem levar o pão à mesa. É isto que têm que ter em conta.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O resto, meus senhores, "são cantigas".

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Faço um apelo, Sr. Secretário: que seja mais humano nesta altura do que político, porque as pescas precisam de si como pessoa humana.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este tem sido um debate interessante em que o Sr. Secretário apresentou de forma racional a sua posição, a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda apresentou também a sua posição, que me pareceu em alguns aspetos muito interessante, e a Sra. Deputada Graça Silveira, para não ficar com ciúmes, também teve uma intervenção. Portanto, todos tiveram intervenções bem estruturadas.

De qualquer das formas eu tenho algumas dúvidas em relação a esta matéria e digo, desde já, que só agora é que recebi a informação que foi remetida pelo Sr. Secretário. Não tive oportunidade de a ler e de analisar.

Mas devo dizer que em relação a esta questão eu parto dos números que me foram dados pelo próprio Governo Regional no final da legislatura passada em relação às descargas de goraz e também de outro pescado. O que foi possível analisar de informação que me foi remetida há cerca de seis meses é que há uma descida muito significativa nos últimos anos em relação às descargas efetuadas do goraz, mas também em relação ao congro, ao boca-negra, ao alfonsim ou imperador, exatamente o contrário, ou seja, há aqui um crescimento destas duas espécies, e depois em relação ao pargo uma descida muito significativa.

Portanto, esta é a última informação que eu tinha em relação à evolução neste setor. Fiz a pergunta e foi esta a informação que me foi remetida por parte do Governo.

Deputado André Bradford *(PS):* E o encharéu?

O Orador: Diga, diga.

Deputado André Bradford *(PS):* E o encharéu?

O Orador: Esta foi a informação que me foi remetida por parte do Governo. Qual é o seu problema?

Deputado André Bradford *(PS):* Achei estranho não falar no encharéu!

O Orador: Ouviu o que eu lhe disse? Foi uma informação remetida pelo Governo Regional.

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

Sr. Deputado faça o favor de continuar.

O Orador: O próprio Governo, no Programa do Governo aqui aprovado, diz o seguinte:

"A diminuição dos recursos nalgumas espécies em resultado de uma sobrepesca está obviamente no centro destes desafios, o qual tem contribuído para a quebra de rendimentos na fileira da pesca." Portanto, atribui à diminuição de recursos nalgumas espécies, espécies estas que estão aqui identificadas.

Depois, o Programa do Governo em relação a esta matéria define (e penso que é importante fazer três referências):

Primeira – "Para os Açores é prioritário continuar a tomar medidas que garantam a preservação dos diversos níveis e componentes naturais da biodiversidade, como vetor de uma política de desenvolvimento sustentável", primeira referência, página n.º 51 do Programa do Governo.

"Assim, a estratégia de gestão racional e responsável dos recursos naturais nos Açores baseia-se não só na salvaguarda da biodiversidade marinha existente dentro da sua zona marítima envolvente, como também na manutenção da exploração dos recursos em níveis [quero sublinhar isto: em níveis] que permitam a sua perpetuação temporal."

E uma terceira referência, para terminar: "A sobrepesca, com grande impacto nas economias costeiras, é um fenómeno que deve ser evitado e as unidades populacionais de peixes devem ser repostas a níveis que garantam o seu rendimento máximo sustentável [o seu rendimento máximo sustentável]. Para algumas dessas unidades populacionais, tal implica uma recuperação em relação aos atuais níveis."

Temos uma caracterização da situação, temos uma resposta, uma planificação por parte do Programa do Governo, com a qual eu concordo neste setor, com as políticas que aqui estão definidas, e temos decisões recentes por parte da Secretaria que, à primeira vista e até prova em contrário, não correspondem à estratégia que está definida e delineada por parte do Governo Regional.

Ou seja, há a construção de um corpo teórico que está aqui presente no Programa do Governo e há decisões que não correspondem, por exemplo, ao fim do período de defeso. Eu estava absolutamente convencido que o período de defeso era essencial, estava definido e estava devidamente contextualizado do ponto de vista das políticas que seriam seguidas por parte deste Governo e a Secretaria terminou com o período de defeso.

O Sr. Secretário disse que isso se deve à recuperação do goraz e que o goraz neste momento se encontra num ponto muito mais elevado. Portanto, que há uma recuperação.

O que eu pergunto é: essa recuperação é sustentável? Essa recuperação está no seu nível mais elevado? O número de capturas que venham a ser efetuadas permite que não se venha a ter novamente um problema do ponto de vista biológico da quebra abrupta? A questão é essa.

Eu tenho um conjunto de dúvidas em relação à estratégia que está delineada.

Concordo com aquilo que está definido no Programa do Governo, tendo em conta o cenário que me foi fornecido pelo próprio Governo Regional.

Têm que concordar que neste momento as políticas que estão a ser seguidas não correspondem àquilo que estava previamente delineado, a menos que já exista um conjunto de dados científicos que permitam dizer com grande objetividade que o problema está ultrapassado.

Portanto, nesse sentido esta é uma matéria em que é preciso tomar decisões políticas e essas posições políticas têm que estar devidamente fundamentadas do ponto de vista científico.

Eu, sinceramente, digo isto com enorme sinceridade, não me sinto neste momento capacitado, não me sinto suficientemente informado, para ter uma opinião definitiva sobre esta questão.

Não tenho o conjunto de dados, neste momento, que permitam verificar se a estratégia, se a inflexão da estratégia por parte do Governo está solidamente estruturada. Não tenho essa informação, não tenho essa certeza, neste momento.

Portanto, vamos continuar com o debate, mas as minhas dúvidas são essas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem agora a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, devo dizer-lhe, com toda a consideração que tenho por si, que vir aqui dizer que não é justo se estar a penalizar, com este tipo de medidas, apenas este setor, isso é que é demagogia.

Deputado José Ávila *(PS):* Eu não disse isso!

A Oradora: Disse! Disse que com este tipo de medidas está-se apenas a penalizar este setor.

Eu devo lembrar, e é uma questão que todos nós aqui não nos podemos esquecer, que a pesca é uma atividade claramente extrativa, ou seja, ao contrário da agricultura, que os agricultores colhem o que plantam, os lavradores abatem o que fazem crescer, a pesca é uma atividade extrativa. Portanto, todas as medidas de precaução e de controlo de *stocks*, sendo essas medidas também políticas, são especialmente importantes e é isso que estamos hoje aqui a discutir.

Deputado Francisco César *(PS):* Não é não!

Deputado José San-Bento *(PS):* Nunca tínhamos pensado nisso!

A Oradora: É!

Em relação ao Sr. Secretário, disse e afirmou, e inclusivamente isso é que ocasionou o pedido de intervalo, que na reunião que teve com todas as associações do setor ninguém tinha exigido o pagamento de uma remuneração durante o período de defeso.

Eu devo dizer, Sr. Secretário, se vai a uma reunião dessas em que a única novidade é que afinal vamos acabar com o defeso, obviamente que ninguém lhe foi exigir um pagamento ou uma compensação salarial por uma coisa que ia deixar de existir.

Devo dizer-lhe, para o CDS nós lamentamos imenso que uma medida desta natureza que levou anos a haver coragem política para se implementar, o senhor, quando assume funções, a primeira coisa que faz é acabar com o defeso.

E mais. Protege-se atrás de dados científicos que mostram que afinal as nossas populações de goraz estão a ter uma recuperação fantástica.

Eu pergunto-lhe, primeiro:

Esses dados dessa recuperação fantástica foram aqueles que levaram o senhor a fazer com que haja defeso neste momento? Devo dizer que defeso e paragem biológica são rigorosamente a mesma coisa.

Neste momento, os pescadores da Região estão em paragem biológica.

Então se há dados científicos que demonstram que afinal não é preciso defeso, por que é que neste momento os pescadores açorianos estão sujeitos a defeso?

Segundo: pergunto-lhe se esses dados científicos de que fala que mostram que as nossas populações afinal estão em grande recuperação, são os mesmos dados científicos que o Conselho Internacional da Exploração dos Mares sistematicamente não reconhece como válidos à Região?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo;

Sra. Deputada Graça Silveira, o que eu disse aqui, e vou repetir, tem a ver com a chamada de atenção que o Sr. Deputado Jaime Vieira fez há bocadinho, relativamente aos problemas sociais. Eu disse que era muito mau reduzir a questão dos problemas sociais à comunidade piscatória. Foi só isso que eu disse.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Então peço desculpa! Se foi isso, peço desculpa!

O Orador: Portanto, peço que tenha isso em conta, porque é completamente diferente daquilo que a senhora tentou fazer crer.

Relativamente a esta proposta, só queria dizer que aparentemente ela até pode dar a ideia que é boa para o presente, mas não é disso que estamos a tratar.

O que estamos a tratar é do presente e do futuro e por alguma razão os pescadores desta Região não estão de acordo com esta proposta, por que será?

Qual será o problema, afinal, desta proposta?

É porque, felizmente, os pescadores já conseguem diferenciar o que é bom e o que é mau para eles e não se entusiasmam com uma proposta que até aparentemente poderia ser boa no presente.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Claro! Já disseram que iam acabar com o defeso!

O Orador: Eles também querem saber do seu futuro, ao contrário do que parece que pensa o Sr. Deputado Jaime Vieira que disse que o que lhe interessa é o presente, não quer saber como é que estão os pescadores daqui a 8 ou 9 meses.

Eu estou interessado em saber como é que eles estão daqui a 8 ou 9 meses.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Aliás, até quero saber como é que eles vão estar daqui a 50 anos (está a perceber?) ao contrário do que o senhor disse.

Queria dizer também ao Sr. Deputado Jaime Vieira que há aqui uma questão muito importante. Se o senhor chegar a uma comunidade, seja ela qual for (médicos, engenheiros, enfermeiros), e disser "vamos aumentar o vosso rendimento", vamos ter uma festa. Toda a gente quer aumentar o seu rendimento.

Claro que se V. Exa. for a um porto de pesca e prometer mais rendimento, é evidente que toda a gente quer. Não se admire com isso. Eu sei que ainda é muito novo, mas não se admire com isso.

Queria dizer-lhe, Sr. Deputado Jaime Vieira, que o senhor ficou muito ofendido porque eu falei na questão da Junta de Freguesia.

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Eu não fiquei ofendido!

O Orador: Eu não falei na sua Junta de Freguesia.

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Não fiquei nada ofendido!

O Orador: Eu falei em todas as Juntas de Freguesia e na minha bancada há muitos Presidentes de Junta que também fazem esse trabalho…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: … e são bons Presidentes de Junta, fazem no seu dia-a-dia também apoio social. É isso que o senhor também deve fazer, acredito eu. Sinceramente acredito que o senhor também faça esse trabalho.

Também queria dizer, Sr. Deputado, que há aqui uma questão que é essencial. Os senhores passam a ideia de que o Partido Socialista não reconhece que existe problemas na pesca. Isso não é verdade. Nós reconhecemos e sempre dissemos, aqui e fora daqui, de que existem problemas no setor das pescas. Que fique bem claro.

Agora nós queremos resolver de frente para os pescadores. Não queremos resolver nada de costas para os pescadores. Os pescadores têm que ser parceiros do Governo.

O que os senhores querem fazer é política porto a porto, é terra queimada e não é assim que se resolve o problema dos pescadores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não é assim que se resolve o problema dos pescadores!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado José San-Bento *(PS):* Não é de costas, é de frente!

O Orador: A prova de que o Governo tem estado atento sobre esta matéria e sobre outras, como é evidente, mas sobre esta matéria tem estado especialmente atento, porque estamos a passar de facto uma dificuldade, com baixas capturas em várias espécies, nomeadamente os grandes migradores, como já foi dito aqui, mas esses problemas resolvem-se com outro tipo de atuação mais cuidado e menos populista e é isso que este Governo está a fazer e enquanto ele fizer o trabalho que está a fazer, vai contar sempre com o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia** *(PSD):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Participo neste debate para…

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do CDS-PP)

O Orador: Espero que a minha intervenção não perturbe os vossos apartes.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados… Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: Participo neste debate, dizia eu, para contrariar três ideias que aqui foram afirmadas pelo Partido Socialista e pelo Sr. Secretário com as quais não podemos de forma nenhuma estar de acordo.

A primeira delas, e que foi de forma muito direta transmitida pelo Sr. Deputado José Ávila, é que estávamos aqui, fora da realidade provavelmente,…

Deputado José Ávila *(PS):* Eu não disse isso!

O Orador: … a discutir um assunto que não existe.

Sr. Deputado, discutir a falta de rendimentos de muitas comunidades piscatórias, discutir a aflição de muitas famílias que não têm rendimentos para colocar pão na mesa aos seus filhos, como há imensos relatos, isso não é um problema que este órgão, o primeiro órgão da Autonomia, se deva preocupar, refletir e procurar soluções? Pois no nosso entendimento, Sr. Deputado, este é um problema e nós devemos aqui abordá-lo com coragem e procurar dar o nosso contributo para resolvê-lo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, isto não é demagogia barata, defender as pessoas, defender os seus rendimentos e defender a sua dignidade, de forma nenhuma.

Dizia o senhor que "não contem connosco para demagogia barata".

Sr. Deputado, quero dizer-lhe que o Partido Socialista e o Governo não contem connosco é para uma outra coisa, é para continuar a "enfiar a cabeça na areia",…

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: … para continuar a fingir que os problemas não existem, porque o problema deste e de outros setores, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, não é acionar o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca. Esse não é o vosso problema!

O vosso problema é outro. É que acionar esse Fundo é o reconhecimento de que houve uma falha na gestão dos recursos ao longo destes anos.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Maurício *(PSD):* Muito bem!

O Orador: É esse reconhecimento que os senhores não querem admitir.

Deputado André Bradford *(PS):* Isso não é verdade!

Deputado Miguel Costa *(PS):* E as consequências?

O Orador: É esse reconhecimento que os senhores não querem admitir e enquanto os senhores não admitirem esse problema nós não vamos conseguir resolvê-lo.

Sras. e Srs. Deputados, a segunda mensagem que aqui foi transmitida pelo Sr. Secretário, uma mensagem absolutamente errada, foi de que, com estas medidas que estamos a adotar, estamos a aumentar o rendimento dos pescadores.

Sr. Secretário, nada mais errado. Nada mais errado! É bom que isto fique muito claro, que os rendimentos deste setor têm vindo a cair a pique.

Deputado André Bradford *(PS):* Falta o preço do goraz!

O Orador: Aqui está o gráfico, a linhazinha vermelha…

Deputado André Bradford *(PS):* Isso é demagogia!

O Orador: … que exemplifica, que reconhece os vossos resultados na gestão deste setor.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Em 2010 tínhamos cerca de 40 milhões de euros neste setor. Em 2016 temos 25,8. São quase menos 15 milhões de euros e os senhores vêm-me dizer que isto não é um problema?

Deputado Francisco César *(PS):* O Sr. Deputado José Ávila acabou de dizer isso!

O Orador: Que isto é demagogia barata?

Não! Isto é um problema seríssimo que temos que encontrar soluções…

Deputado André Bradford *(PS):* Não é preciso plano de salvaguarda nenhum!

O Orador: … e temos que compensar os pescadores, temos que compensar os profissionais da pesca por esta perda abrupta de rendimentos.

Portanto, aquela que tem sido a posição do PSD nesta matéria é muito clara, objetiva e já foi aqui também hoje transmitida pelo meu colega Jaime Vieira. É que se estas medidas de defeso, se estas medidas de paragem são necessárias para gerir a quota, se são necessárias para garantir a sustentabilidade das espécies, ao mesmo tempo tem que se garantir o rendimento dos pescadores.

Esta tem sido a posição do PSD e já foi aqui expressa.

Inclusivamente já houve aqui uma proposta.

Há bocadinho o Sr. Secretário dizia: "bem, nós temos estado a negociar em Bruxelas a manutenção da quota e agora vamos dizer-lhes que temos um problema de sustentabilidade e temos um problema com as espécies".

Sr. Secretário, este problema já foi reconhecido por esta Casa (este problema já foi reconhecido por esta Casa!).

Eu recordo que em março de 2016 esta Casa aprovou por unanimidade um Projeto de Resolução apresentado por todos os partidos da oposição que recomenda ao Governo (e é isso também que é bom que este executivo responda perante esta Casa, o que é que vai fazer com esta Resolução que foi aprovada por esta Assembleia, e aqui está, Sr. Deputado José Ávila, que o futuro cuida-se em parceria com o setor, nós aqui defendíamos exatamente isso):

"1 - Defina e implemente, em articulação com a Universidade dos Açores e com o setor, um plano de salvaguarda para as principais espécies demersais

costeiras dos Açores, que procure a sua sustentabilidade, a adequação da frota de pescas aos recursos marinhos disponíveis e, simultaneamente, assegure os rendimentos da pesca."

Portanto, se é preciso um plano de salvaguarda, é porque nós temos um problema.

Deputado André Bradford *(PS):* Estamos a falar de goraz. Não é preciso plano de salvaguarda nenhum!

O Orador: Não é preciso?

Sr. Deputado André Bradford, o senhor aprovou este Projeto de Resolução e agora vem dizer-me que não é preciso um plano de salvaguarda.

O que é preciso é que o Governo Regional nos diga o que é que vai fazer com esta Resolução da Assembleia, que trabalho é que o Sr. Secretário encontrou na Secretaria feito a este nível, desde de março de 2016, quando esta Resolução foi aprovada.

O que é que foi feito?

Dizer-vos que esta Assembleia já reconheceu que temos um problema nas principais espécies de demersais, incluindo no goraz.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar o seguinte. Na opinião legítima de alguns Deputados desta Casa, os pescadores não estão de acordo com este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda e com os seus objetivos.

Os pescadores que os Srs. Deputados, eventualmente alguns dos Srs. Deputados ou Deputadas conhecem, poderão não estar, mas o certo é que eu tenho aqui na

mão o exemplar de uma Petição a ser dirigida à Assembleia Regional dos Açores, com data de 3 de janeiro de 2017, que diz assim.

"Petição à Assembleia Regional dos Açores:

1- Financiar a paragem da pesca para garantir a sustentabilidade das pescarias e dos pescadores;"

Deputado André Bradford *(PS):* Quem é o primeiro subscritor?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quem é o último?

A Oradora: "2 – Simplificar o exercício da atividade para assegurar a transparência e o cumprimento das boas práticas".

E nos diversos considerandos eu vou apenas realçar três.

"1- Considerando a gravidade da situação económica e social que afetam a pesca e as comunidades delas dependentes;

2- Considerando a necessidade de adoção de medidas cautelares visando garantir a sustentabilidade da pescaria do goraz e de outras espécies demersais costeiras açorianas;

E considerando ainda que relativamente à pesca profissional constitui um direito dos pescadores e dos armadores beneficiarem de medidas de apoio financeiro equivalentes às aplicadas aos pescadores nacionais e da União Europeia sujeitos a paragens das pescarias por razões de proteção de recursos, os signatários pedem a esta Assembleia para seja financiada a paragem da pesca para garantir a sustentabilidade das pescarias e dos pescadores e para que seja simplificado o exercício da atividade para assegurar a transparência e o cumprimento das boas práticas".

Isto não é do Bloco de Esquerda, Sras. e Srs. Deputados,…

Deputado Manuel Pereira *(PS):* Mas parece!

A Oradora: … é das comunidades piscatórias.

Eu gostava de saber afinal quem é que conhece as comunidades piscatórias, já que na opinião de alguns Srs. Deputados os pescadores estão tão, tão, tão

contentes que nem precisam sequer de mudar, já não é de região, é de ilha, porque dentro da sua já não pescam coisa nenhuma. É por isso que eles estão contentes e não fazem petições à Assembleia Legislativa.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria dizer ao Sr. Deputado Luís Garcia que eu não disse que esta dificuldade que os pescadores atravessam agora que era um não problema. O senhor entendeu mal.

O que eu disse foi precisamente o contrário. O que eu disse foi que esta proposta foi construída para resolver um não problema, mas isso é uma coisa diferente.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* O senhor disse que estávamos a discutir um problema que não existia!

O Orador: Eu percebo que o senhor gosta… Aliás, até os seus gráficos são sempre engraçados. Eu já sei que gráficos é que o senhor apresenta. Eu olho para os meus e vejo "olha, este está a descer é para o Sr. Deputado Luís Garcia".

Deputado Bruno Belo *(PSD):* O senhor por acaso nunca traz esse!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Traga lá um com os rendimentos a subir!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É por isso que eles nunca trazem gráficos!

O Orador: Portanto, já me habituou, em jeito de brincadeira.

Relativamente a questões importantes, que é o que está em causa, temos o cuidado de, sempre que discutimos este tipo de propostas, tentar perceber se elas passaram pelas associações do setor, porque isso demonstra a preocupação

ou reflete (pelo menos devia refletir) a preocupação das associações relativamente a este assunto.

O que é certo é que relativamente a esta proposta, a Federação de Pescas não tinha conhecimento, a Associação do Corvo não tinha conhecimento, a Associação das Flores não tinha conhecimento,…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Agora temos que dar conhecimento?

O Orador: … a Associação do Pico não tinha conhecimento, a Associação da Graciosa não tinha conhecimento, a Associação de São Jorge não tinha conhecimento e até a da Terceira não tinha conhecimento sobre esta proposta.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Se calhar agora vamos ter que pedir autorização!

O Orador: Aliás, não tinham conhecimento e a maioria delas demonstrou que não concordavam com esta proposta.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Ah! Não tinham conhecimento, mas não concordaram! Se não tinham conhecimento como é que não concordaram?

O Orador: Depois de a verem.

Nós tivemos o cuidado – Sr. Deputado Luís Garcia, eu gosto muito de o ouvir e também acho que é recíproco, portanto, gostava que tivesse atenção ao que vou dizer – de reunir com a Federação de Pescas dos Açores, precisamente para tentar perceber também qual é a sensibilidade deles para esta proposta.

É evidente que ouvimos o retorno "não". Não concordam com esta proposta, declararam que não concordam com esta proposta.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Falámos com as outras Associações e também refletiram a sua oposição a esta proposta.

Eu não sei como é que ela foi feita, com quem foi feita e que apoios é que tem. Eu até gostava que a Sra. Deputada me explicasse quem consultou,…

Deputado Manuel Pereira *(PS):* Consultou o além!

O Orador: … porque normalmente os partidos políticos trazem aqui alguns… Imagino quem seja!

Eu venho só aqui reafirmar, e esta talvez será a minha última intervenção,…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não diga isso! Não diga coisas que não pode cumprir!

O Orador: … que os pescadores açorianos podem ter a certeza que podem contar connosco para ajudar a resolver os problemas que o setor enfrenta, hoje e sempre. Não é hoje, esquecendo daqui a oito ou nove anos.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Foi unânime, só dois ou três é que não concordaram!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar pela Sra. Deputada Zuraida Soares. Sabe que eu não gosto muito de discursos em que se tenta arranjar campeões para defender os pescadores.

Deputado José Ávila *(PS):* Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O nosso trabalho na Secretaria é todos os dias a defender os pescadores.

Não lhe fica bem isso, senão eu não estava aqui a fazer nada. Se o meu objetivo de trabalho é defender a pesca e arranjar políticas para o setor, se eu não estivesse a defender os pescadores, não sei o que é que estaria a fazer aqui naturalmente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O objeto desta Resolução e deste pedido de debate não foi sobre ginecologia, foi sobre o período de defeso do goraz. Se ficou ofendida com as explicações técnicas que eu lhe dei…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não!

O Orador: Primeira trapalhada! E falando de trapalhadas acho que a Sra. Deputada também cometeu aqui algumas trapalhadas. Vamos lá então a elas.

Eu não sei como é que hei de explicar mais isto.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Esse é que é o problema!

O Orador: A senhora faz uma leitura do Regulamento do FEAMP que nós não fazemos. Uma das causas para aplicar essas medidas de apoio, são sempre medidas excecionais, que têm que ser aprovadas e reconhecidas pela Comissão Europeia.

Não está aqui em causa, e nunca esteve em causa, neste período de defeso, as questões biológicas do recurso, porque o recurso do ponto de vista científico, pelas informações que temos, está a recuperar.

Eu não estou a dizer-lhe que o recurso já está no auge na sua abundância, mas está a recuperar e a tendência é para isso.

Portanto, o princípio desta gestão, foi sempre uma gestão económica para que não acontecesse o que aconteceu em março de 2006, em que os pescadores capturaram grande parte das quotas.

Por exemplo, a Ilha de São Jorge esgotou a sua quota em junho. O que é que iam fazer o resto do ano?

Nós, e é esse o nosso objetivo, juntamente com as associações, fazermos um plano de capturas desta quota. É isto. Está certo?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Isso é outra coisa, Sr. Secretário! Podemos falar é de outras medidas extras, Sr. Secretário!

O Orador: *Ok!*

Estas medidas de apoio não se podem, por exemplo, aplicar na sequência de medidas de aplicação de quotas, por exemplo. Se ler bem, é um dos itens que está no Regulamento.

A terceira trapalhada tem a ver com a questão dos 20 milhões de euros. Eu julgo que foi uma má interpretação do jornalista e não do Diretor Regional das Pescas, porque já há uns anos a Cooperativa Porto de Abrigo e a APEDA, propuseram um estudo. Fizeram uma proposta deste defeso ser apoiado e estimavam o montante de 20 milhões de euros.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Que englobava…

O Orador: Que englobava todas as espécies.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Ah!

O Orador: Ou seja, implicava uma paragem completa da frota.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Durante quatro anos!

O Orador: Não sei se estamos a ver bem o que é que isto implica.

Uma paragem completa da frota é um desastre,…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Quem disse isso é que não estava a ver bem!

O Orador: … ainda por cima porque 20 milhões de euros provavelmente não dariam para isso, a não ser que todo o dinheiro que a secretaria tem fosse para isso. É impossível, como compreende.

Quarta trapalhada: a Sra. Deputada diz que o Governo Regional não ouviu as Associações. Eu peço imensa desculpa, mas as Associações que foram ouvidas foi por sugestão da Federação das Pescas e foram aquelas que têm interesse no goraz.

Nós não íamos ouvir a APASA que pesca atum. Portanto, foram estas que foram ouvidas.

Pelos vistos a Sra. Deputada é que só ouviu uma associação.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: A Sra. Deputada talvez devia ouvir mais Associações.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Muito bem!

O Orador: Eu sei que a Sra. Deputada ouviu uma Associação…

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Muito bem!

O Orador: … e essa Associação também esteve na reunião e também concordou com as medidas que foram propostas de gestão da quota para este ano.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não é esse o objetivo da nossa proposta! Continuamos a falar de coisas diferentes! O Projeto de Resolução não fala em quota!

O Orador: Pois! Mas eu não sei como é que lhe hei de explicar mais.

Sra. Deputada, desliga uma coisa da outra? Como é que é possível desligar uma coisa da outra?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Ah não! O que é possível é juntá-las para dar essa trapalhada!

Presidente: Srs. Deputados…

O Orador: Vamos continuar.

A questão da publicação da Portaria, que a Sra. Deputada também diz que é uma trapalhada, deixe-me dizer-lhe uma coisa:

No dia 1 de janeiro começa um novo período de quota, de execução de uma quota.

A Sra. Deputada sabe que na sequência dos acordos em Bruxelas havia que alterar o tamanho mínimo. A Portaria anterior tinha o tamanho de 32 cm. Portanto, tínhamos que publicar antes de entrar o novo ano o tamanho mínimo de 33 cm.

Como em simultâneo havia a questão do período de defeso que tinha sido uma medida até acordada anteriormente também pelas Associações e pela Federação, a aplicação do período de defeso, decidimos, e ouvimos as Associações para isso e elas concordaram com a publicação da Portaria, que é uma coisa que eu acho que é relevante, que continuávamos com o período de defeso, mas já tínhamos comentado que na reunião estaria tudo em aberto para discutirmos, porque era preciso fazer a avaliação do ano 2006 para corrigir os erros e foi isso que se fez. Eu acho que é perfeitamente razoável.

Não houve condições de reunir anos, porque o ano não tinha terminado e era necessária avaliar o que é que tinha acontecido e corrigir o que tinha sido mal feito.

Aliás, esse documento que eu vos distribuí penso que é elucidativo, e as associações até ficaram muito agradadas com esse documento, porque elas viram a realização da quota em cada uma das ilhas e aperceberam-se que há ilhas que têm uma belíssima realização, porque geriram muito bem a quota, e outras que não tiveram essa atitude, digamos assim.

Portanto, nesse aspeto acho que tentei esclarecer uma das trapalhadas que a Sra. Deputada indicou.

A Sra. Deputada também disse que os números por trimestre não resolvem o problema do defeso, pelo menos foi essa a nota que eu tirei, e peço desculpa se…

Sabe que é curioso, porque há muitos anos, a Cooperativa Porto de Abrigo, por exemplo, (não é por ser a Porto de Abrigo, mas ela até fazia isto), geriu durante muitos anos as capturas de chicharro com um sistema semelhante.

Ela impunha às embarcações que pescavam chicharro quotas diárias. Para quê? Qual era o objetivo disso?

O objetivo era que o preço não caísse para aumentar o rendimento, para garantir o rendimento dos pescadores.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* E muito bem!

O Orador: Portanto, a própria Cooperativa Porto de Abrigo também teve em tempos medidas deste género, que é a medida que a gente está a tentar…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Ninguém está contra as quotas. Não é isso!

O Orador: É isto, é. É isto, porque isto é gestão pesqueira.

Numa altura em que nos reduziram a quota para 507 toneladas, num ano em que a quota foi reduzida de 700 e poucas para 507 toneladas, uma redução de cerca de 175 ou quase 200 toneladas (é curioso!), mesmo não se tendo gerido bem a quota de 2016 na sua totalidade, o rendimento foi muito próximo.

Há aqui um caminho que é preciso percorrer e que é um caminho virtuoso no aumento dos rendimentos dos pescadores. É isto que nós queremos fazer.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Já ouvi dizer isso o ano passado!

O Orador: Bem, mas os números comprovam isso.

Sr. Deputado Jaime Vieira, mais uma vez o nosso interesse também é o seu, o nosso humanismo também é igual ao seu e os pescadores estão na primeira das nossas prioridades, nomeadamente de zonas ribeirinhas e de comunidades piscatórias com mais dificuldades.

Portanto, a nossa preocupação é a mesma e mais uma vez não vamos aqui criar campeões da defesa dos rendimentos dos pescadores.

Já agora gostaria de lhe lembrar que no caso de São Miguel, por exemplo, a dependência da pesca do goraz em São Miguel é cerca de 12% dos rendimentos. Portanto, se calhar até nem é a ilha… Por exemplo, na Graciosa eu julgo que vai aos 70%.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Oitenta!

O Orador: Ou 80%!

Portanto, nem é em São Miguel, de facto, que há essa dependência. Eu não estou a dizer que não há problemas.

Sr. Deputado Luís Garcia, todos reconhecemos e já foi aqui dito que existem problemas, mas para os resolver tem que ser uma coisa com algum gradualismo.

Eu não acredito, e penso que ninguém acredita, que um período de defeso possa resolver o problema de uma população.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Mas uma compensação ajuda, não ajuda, Sr. Secretário?

O Orador: Neste caso tecnicamente nem é assim. Nem faz isso.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* E a compensação que os pescadores perdem!

O Orador: O que ajuda é a redução do esforço de pesca na sua globalidade. Para isso também o Governo Regional tem um plano, e está a fazer um plano, de avaliação do setor, pescaria a pescaria. Como foi afirmado pelo Sr. Presidente do Governo, provavelmente vai ter que haver abates de embarcações, nalgumas pescarias, mas antes de falarmos em abates vamos fazer uma avaliação.

Temos o compromisso de no primeiro trimestre fazer essa avaliação e caminharemos depois para um plano mais aprofundado de gestão destas pescarias.

Um *stock* não se recupera de um dia para o outro, como já foi dito aqui. Leva tempo e não são os períodos de defeso que o fariam dar um salto gigantesco na abundância destas espécies.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o que o Sr. Deputado mostrou não foi capturas, foi um índice de abundância das campanhas demersais que existem nos Açores.

É verdade que há tendências decrescentes nalgumas espécies, há outras que têm flutuações e há outras que aumentam.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Descargas!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Descargas e capturas são a mesma coisa!

O Orador: Não, isso não são descargas.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Mas o Sr. Secretária está a dizer que é um índice a ter em conta! O que ficou no mar não veio para a lota.

O Orador: Isso não são descargas, são da campanha de investigação, que obtém um índice, mas naturalmente há espécies que descem, há espécies que sobem de abundância e no caso particular do goraz (que é aquilo que nos interessa e é a espécie mais importante, isto é uma pesca multiespecífica), o que é cientificamente correto, é que há uma tendência de aumento da abundância e isso verificou-se em todas as áreas.

Necessariamente esta tendência tem que ser continuada para que se possa um dia eventualmente aumentar a quota do goraz, mas para já é muito positivo que esta espécie tenha reagido e é natural que reaja, porque foram muitos anos de queda de capturas devido às quotas que foram impostas e elas próprias são medidas de gestão. Portanto, quando se retira capturas é natural que o recurso reaja aumentando a sua abundância.

No caso particular do goraz é das espécies mais resilientes e naturalmente que essa resposta que a população dá é mais rápida, digamos assim.

A Sra. Deputada Graça Silveira falou das questões dos ICES e dos dados que foram utilizados para a manutenção da quota, por exemplo.

O goraz, como sabe, está classificado no ICES como categoria 3, ou seja, é o índice de campanha que serve para o aconselhamento de gestão.

Portanto, os dados que levámos a Bruxelas são esses e são os mesmos que o ICES trabalha.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Mas que não corre nos modelos deles!

O Orador: Sra. Deputada, a questão dos modelos é uma questão mais complicada que não vou trazer para aqui, que não tem nada a ver nem com a

qualidade dos dados, nem com a quantidade de dados. Não tem nada a ver com isso.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Então continuamos igual!

O Orador: Não continuamos igual, continuamos com um índice de abundância que neste momento é suficiente para isso. Os investigadores açorianos e continentais continuam a ir aos grupos de trabalho, vão levar os dados outra vez e as avaliações vão ser feitas em conjunto para vários cientistas, não só pelos cientistas açorianos.

Sr. Deputado Luís Garcia, eu já lhe disse que ninguém aqui veio esconder que não existem problemas. Infelizmente as maiores quedas que o senhor apresenta aí são em grande parte devido à queda do atum, o desaparecimento do atum.

Deputado André Bradford *(PS):* Mas foi isso que ele não quis separar!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* São os dados que eu tenho! São o rendimento dos pescadores! É rendimento ou não é?

Deputado Bruno Belo *(PSD):* O melhor é comprar um almanaque para os pescadores!

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo já terminou. Agradeço que termine.

O Orador: É necessário separar. É porque no caso do goraz, que é a espécie que estamos aqui a discutir, o rendimento subiu. O rendimento por quilo subiu, o que é um bom indicador.

Presidente: Sr. Secretário, tem que terminar. O seu tempo já terminou.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Posso afirmar que o Governo Regional está muito empenhado em continuar aquilo que tinha sido acordado nesta Assembleia em março de 2016.

Já falei que estamos a avaliar a situação, vamos fazer uma avaliação da situação e vamos na realidade fazer um plano que tente equilibrar os recursos disponíveis e a frota. É esse o nosso objetivo e naturalmente com a preocupação de manter o rendimento dos pescadores.

Por fim, só dizer muito rapidamente que a Petição que a Sra. Deputada Zuraida Soares trouxe aqui também parece que é uma Petição que se repete todos os anos e com esta estratégia, como nós pretendemos aumentar o rendimento dos pescadores, penso que ela deixa de fazer sentido, porque o objetivo final para o ano de 2017 é ver que a pesca do goraz vai render mais do que rendeu em 2016 e em 2018 esperamos que continue assim.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Informo que o Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou fazer nenhuma pergunta nem invetivar o Governo Regional, porque o Sr. Secretário Regional esgotou o seu tempo (não o vou fazer), mas vou tecer duas ou três considerações sobre outros comentários, legítimos, que aqui foram feitos por outros deputados.

Há só uma coisa que quero dizer ao Sr. Secretário Regional: isto não é um campeonato, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes):* Parece!

A Oradora: O Bloco de Esquerda nunca o entendeu como tal.

Isto é um Parlamento onde o Governo governa…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Apoiado! Apoiado!

A Oradora: … e os outros partidos fiscalizam. Para tal, têm a legitimidade de ter as iniciativas que muito bem entendem e fazer as perguntas que muito bem entendem.

Portanto, não é um campeonato, Sr. Secretário Regional. Nunca será!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: É uma relação leal, mas frontal também.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes):* Com certeza!

A Oradora: Depois, dizer aos Deputados e Deputadas desta Casa que temos que nos entender, porque ontem para fazermos uma proposta ou para fazermos uma invetiva tínhamos que ter um livro de reclamações na mão e assinado.

Hoje, temos que fazer prova no Parlamento de todas as entidades e associações que ouvimos ou não ouvimos com uma iniciativa legislativa.

Eu faço uma interpelação direta à Mesa e pergunto à Sra. Presidente qual é o artigo do Regimento que diz que as iniciativas legislativas dos diferentes grupos parlamentares têm que vir acompanhadas das diligências que cada partido faz?

É porque se houver algum artigo que o diga e o obrigue, eu tenho que me virar diretamente para o Partido Socialista e dizer às Sras. e aos Srs. Deputados, estão tanto em falta, tanto em falta com este artigo, que os senhores e as senhoras nem fazem ideia.

O problema é que não há nenhum artigo que o obrigue. Portanto, o Bloco de Esquerda não tem nenhuma satisfação a dar sobre quem ouviu ou quem não ouviu.

Mas há duas coisas que pode dizer:…

Deputado André Bradford *(PS):* Não é preciso dizer que a gente sabe!

A Oradora: O Bloco de Esquerda no exercício do seu trabalho parlamentar já ouviu associações e federações que tinham consultado uma ou duas associadas. A última vez nem foi há muito tempo, em plena Comissão Parlamentar desta Casa. Talvez seja melhor não adiantar, mas que isto fique claro.

Portanto, se vamos começar a perguntar quem é que foi ouvido, muito temos para adiantar.

Finalmente, se as Sras. e os Srs. Deputados do Partido Socialista tivessem assim realmente tão preocupados em auscultar todas as associações do setor tinham

chumbado a urgência e tinham deixado que a proposta fosse à Comissão Parlamentar.

Deputado André Bradford *(PS):* Então a senhora propõe a urgência e quer que a gente chumbe a urgência?!

Deputado José Ávila *(PS):* Eis a única trapalhada!

A Oradora: Chumbavam esta, como já chumbaram tantas outras.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

A Oradora: Se tivessem preocupados com isso tinham-no feito e então em sede de Comissão tínhamos ouvido todas as associações.

O Bloco de Esquerda ouve as que entende, ouve quem entende e não tem nenhum tipo de satisfação a prestar, nem ao Partido Socialista, nem a qualquer outro partido.

Deputado Manuel Pereira *(PS):* Mas aos pescadores tem!

A Oradora: Já agora, há duas questões (não vou entrar nas trapalhadas, o Sr. Secretário não tem tempo) que o Partido Socialista com certeza pode responder, porque ela foi feita no princípio…

Deputado Manuel Pereira *(PS):* Não percebeu?

A Oradora: … e vai ser feita no fim novamente: qual é o problema do Governo Regional em acionar na Região Autónoma dos Açores o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas?

Esta pergunta não foi respondida.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* E não vai ser!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* O Sr. Secretário respondeu!

A Oradora: Finalmente, todos os governos pretendem aumentar o rendimento dos pescadores.

Sras. e Srs. Deputados, eu estou aqui há duas legislaturas e sempre ouvi isto. Todos nós e o Governo, este e os anteriores, querem aumentar o rendimento dos

pescadores, querem até fazer um resgate para aumentar o rendimento dos pescadores. Eu lamento imenso informar a câmara de que o rendimento de uma grande parte dos nossos pescadores não está a aumentar, pelo contrário está a diminuir.

Portanto, alguma coisa nós estamos – e o Governo está! – a fazer mal.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, informo que está na galeria um antigo Deputado desta Casa, José Manuel Nunes, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Informo que o Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeira questão, em relação ao gráfico. Eu não estou a perceber qual é o seu equívoco, Sr. Secretário.

Isto é um gráfico com duas variáveis, duas linhas de evolução. Uma diz respeito às descargas, toneladas. A outra diz respeito ao índice de abundância em peso. São duas variáveis, dois gráficos.

Se estava a dizer-me, o senhor não está a falar na descarga está a falar no índice de abundância. Tem duas variáveis, tem duas linhas. Uma diz respeito a uma variável, a outra diz respeito a outra variável.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Mas o senhor só falou numa variável!

O Orador: Não vejo qual é a sua confusão, Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Não! A confusão é sua!

O Orador: Sabe, há uma coisa que eu lhe digo: eu quando faço a análise de qualquer coisa tenho o cuidado de verificar aquilo que estou a dizer.

Portanto, neste tipo de erros vai apanhar-me muitas poucas vezes.

Segunda questão: a questão aqui fundamental é a seguinte:

Vejam bem, volto ao vosso programa. Eu tenho que recordar-vos o Programa do Partido Socialista, porque o Programa do Governo é quase idêntico. Diz assim, na página 54:

"Criar um programa de sensibilização da população para os períodos de defeso, tamanhos mínimos e áreas com restrição à atividade da pesca, utilizando a rede escolar regional, as festas tradicionais e os órgãos de comunicação regional."

Eu leio isto, até concordo, e os senhores agora vêm-me dizer: não, o defeso não funciona.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Mas há defeso!

O Orador: Não, mas para o ano já não há!

Então afinal eu não acredito no defeso.

Mas os senhores têm uma estratégia. Até querem ensinar esta estratégia nos órgãos de comunicação social, nas escolas, em todos os sítios.

Acham que esta estratégia... Eu acredito nisto. Do ponto vista político estou disposto a pagar o preço político, o que significa dizer que tem que existir períodos de defeso, porque obviamente as pessoas gostam de pescar e de aumentar os seus rendimentos, tendo em conta o seguinte, uma coisa que eu aprendi logo no pré-escolar, que foi aquela história da galinha dos ovos de ouro: não matar a galinha dos ovos de ouro.

Eu acho que é uma lição muito importante que eu nunca esqueci.

Por isso eu estou disponível para pagar o preço político de defender uma política de defesa dos recursos do mar dos Açores, uma defesa racional, mesmo

que possa provocar algum descontentamento, mas estou pronto a pagar esse preço político.

Era essa a estratégia que o Partido Socialista tinha definido e o Governo no seu Programa de Governo. Já aqui referenciei amplamente o Programa do Governo.

Por isso eu não estou nada convencido que se esteja no momento de infletir esta estratégia.

Evidentemente o Bloco de Esquerda, em relação a esta matéria, se há períodos de defeso, os pescadores têm que ser compensados. É evidente que uma coisa implica a outra.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, meus senhores, os senhores estão desorientados, os senhores não têm uma estratégia fixa em relação a esta matéria, os senhores não têm uma estratégia.

Há dois meses diziam uma coisa, passados dois meses estão a fazer exatamente o contrário.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Tome calma!

O Orador: Meus senhores, não têm estratégia para o setor.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Não conseguem suportar qualquer tipo de pressão, os senhores não conseguem manter uma linha de rumo.

Assim não vão lá, não vão lá!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Afinal vou ter que intervir mais uma vez.

Eu tenho que dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que às vezes temos que mudar.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Dois meses?

O Orador: Não são dois meses.

O Sr. Secretário acabou de explicar, e o senhor só não entendeu porque não quis.

Eu até desconfio que o senhor entendeu bem e veio fazer agora este número para acabar esta discussão.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não fiz nenhum número! Isto não é nenhum circo!

O Orador: Sr. Deputado, eu retiro o número. Esta sua intervenção final foi mesmo…

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Apoteose!

O Orador: … para querer sair por cima nesta discussão.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Vou pedir a palavra para um protesto. Aqui não se fazem números!

O Orador: Lamento dizer ao Sr. Deputado que o Sr. Secretário explicou bem. Era obrigatório, tinha que fazer aquela Portaria para dar tempo, para os pescadores poderem recomeçar o ano…

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Srs. Deputados, por favor…

O Orador: Eu sinto-me um bocado incomodado. Estava a falar diretamente com o Sr. Deputado Paulo Estêvão e ele não estava a prestar atenção. Ao contrário do que normalmente faço, também gosto muito de o ouvir, como sabe.

Eu retiro de facto aquilo que disse relativamente ao número. Não foi número. O senhor quis fazer uma intervenção final em apoteose para realmente sair por cima.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Exatamente!

O Orador: O que se passa aqui, e o Sr. Secretário explicou muito bem, que aquela Portaria tinha que ser feita naquela data, porque os pescadores no dia 1 de janeiro precisavam começar a pescar e depois para dar tempo para resolver as outras situações.

Eu acho que o Sr. Secretário fez muito bem. Isso não tem mal nenhum, Sr. Deputado.

Relativamente à questão do defeso, o que foi encontrado aqui (o que me parece, porque eu também estou a falar de fora, mas claro que esta é a opinião da leitura que fiz de todo este processo), a gestão que é feita desta maneria dispensa o período de defeso, porque há uma gestão mais apertada.

Qual é o mal, se for para melhorar o rendimento dos trabalhadores, por que é que não havemos de mudar, Sr. Deputado?

Aliás, nós como responsáveis políticos devemos é incentivar precisamente para fazer isso. Quanto as coisas estão mal, melhorá-las.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: É isso que o Governo neste momento quer fazer.

Não é que o que se passou o ano passado tenha sido malfeito. Não! Antes pelo contrário, resultou.

Aliás, eu trouxe aqui uns números, porque houve um aumento de 88% no peixão de março até dezembro, e houve também um aumento do goraz para 164%.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Não diz isso aí!

O Orador: Se houve este aumento, quer dizer que as medidas resultaram.

Não resultaram tão bem como poderão resultar no futuro.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu apoio esta decisão, como é evidente.

Parece-me que esta vigilância mais apertada que vai ser feita da gestão da quota vai ser mais eficaz e a previsão do Governo é que poderemos ganhar mais 700 mil euros no final do ano.

Quando se trata de aumentar o rendimento dos pescadores, nós não estamos interessados em mais nada. É isso que nós queremos.

O Sr. Deputado também devia associar-se a esta medida, porque se quer aumentar o rendimento dos pescadores não sei como o poderá fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, para um protesto.

Presidente: Um protesto a…

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Vou explicar.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado, na medida em que utilizou a expressão número, e o número é um conceito associado ao espetáculo, à arte do espetáculo, à arte circense, portanto, tem uma conotação claramente pejorativa e eu considero desadequada no contexto parlamentar em que estamos.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não vou dar-lhe a palavra para um protesto.

Não entendo que a expressão utilizada e que até depois foi justificada pelo Sr. Deputado…

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … seja ofensiva, nem motivadora de um protesto, até porque é uma expressão largamente utilizada por todos no debate parlamentar…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Por mim?

A Oradora: … e como tal não vou permitir que o senhor, por não ter tempo, através dessa figura regimental, alargue o debate que está até a terminar.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado Jaime Vieira pediu a palavra. Alerto que dispõe apenas de dois minutos.

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Eu termino a minha intervenção dizendo o seguinte:

Realmente é com agrado que vejo esta Casa debater o tema das pescas e a dificuldade ou não de alguns grupos de pescadores.

Aquilo que eu queria ressalvar desde o início é que temos nos Açores contextos diferentes a nível de pescas e neste sentido também temos que conhecer a outra parte, temos que conhecer a realidade.

Seria extremamente importante convidar alguns senhores e algumas senhoras para visitarem algumas comunidades de pescas.

Não se cingirem apenas àqueles contextos que conhecem para perceber…

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: Com licença! Eu apenas estou a fazer um convite.

Não percebo porquê este barulho.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Estou a fazer um convite para visitarem…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não se pode fazer convites!

O Orador: Ah!... Não se pode fazer convites! Peço desculpa. Então retiro o convite.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não! O nosso Regimento não deixa!

O Orador: Estava a ser politicamente correto neste sentido. Não querem que eu seja delicado, pronto.

(Risos da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós não estamos na rua.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

(*) **Presidente:** Este diploma está a terminar. Eu sei que o argumentos já foram todos esgrimidos, mas apelava a um pouco de serenidade, de respeito e de calma, porque efetivamente os trabalhos ainda não terminaram e como tal precisamos de manter o mínimo, ou pelo menos o mínimo de barulho para podermos ter o máximo de condições para continuarmos os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Jaime Vieira, está a terminar o seu tempo.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Como estava a dizer, visitem essas comunidades, porque é importante também sentirem as dificuldades que se fazem sentir.

Também queria dizer, para terminar a minha intervenção, que ninguém acordou ontem, anteontem ou antes de anteontem a pensar "eu vou para o Parlamento falar da crise das pescas, que não existe". Se nós falamos é porque conhecemos…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … e temos que ser respeitados nesse sentido.

Como também já foi dito pelo Sr. Secretário Regional, acredito que vai ter um lado humano e vai perceber realmente a real dimensão de algumas classes ou de algumas comunidades piscatórias.

Obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, só para registar que não respondeu claramente a uma questão que coloquei.

Se há dados científicos que demonstram que afinal o defeso não faz qualquer sentido, por que é que neste momento existe uma paragem biológica e neste momento os pescadores açorianos estão impossibilitados de pescar?

Deputado André Bradford *(PS):* Não tem tempo!

A Oradora: Se o Governo está sem tempo, eu respondo exatamente aquilo que se costuma dizer aos deputados: tivesse gerido melhor o seu tempo, Sr. Deputado.

Portanto, eu não tenho rigorosamente culpa nenhuma do Sr. Secretário estar sem tempo. Quando lhe coloquei a questão tinha tempo para responder.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Usou para responder a questões de outros Srs. Deputados!

A Oradora: Escolheu não o fazer, portanto continuo a afirmar que o Sr. Secretário não deu resposta nem à Deputado do CDS, nem aos açorianos que nos ouvem: por que é que neste momento os pescadores açorianos estão em paragem biológica quando afinal há dados científicos que demonstram que o defeso não é necessário?

Mais. Também não deu qualquer resposta em relação aos pescadores que neste momento já estão sem poder exercer a atividade de pesca e que vão ficar 45 dias sem poder exercer a sua atividade.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Não são 45 dias!

A Oradora: Qual é que vai ser a compensação salarial para este período onde não têm rendimentos?

Foram estas as questões claras que foram trazidas aqui, em relação às quais o Governo não tem resposta.

Muito obrigada.

Deputado Alonso Miguel *(CDS-PP):* Muito bem!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes):* Não há paragem biológica!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Mande os dados científicos!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Não preciso mandar os dados! Estão disponíveis!

Presidente: Srs. Deputados…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Srs. Deputados e Membro do Governo!

Presidente: O Sr. Deputado João Bruto da Costa está atento.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17H00.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente…

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Para uma declaração de voto.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não vi que tinha o braço no ar. Vou dar-lhe a palavra, mas quero alertar que houve aqui um pequeno compasso de espera, como compreendeu, precisamente para perceber se havia inscrições ou não.

Eu apelo então, quando for assim, que se inscrevam imediatamente à votação para poderem fazer a sua declaração.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Levantei a mão logo que terminou a descrição da votação, logo a seguir. Como a Sra. Presidente não viu, eu chamei-lhe a atenção para evitar episódios da anterior legislatura.

Portanto, a questão aqui é a seguinte:

Vou utilizar uma palavra que passou a ser permitida no léxico parlamentar. Nós tivemos aqui um número por parte do Governo Regional.

Deputado André Bradford *(PS):* Mas isto é uma declaração de voto? O senhor tem que dizer por que é que votou de uma determinada forma!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Foi por causa do número! Ele votou assim por causa do número!

Deputado Luís Maurício *(PSD):* O senhor devia candidatar-se a Presidente da Assembleia!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão está a fazer a declaração de voto. Tem que se cingir, naturalmente, à declaração de voto.

O Orador: Portanto, continuando a falar do número que aqui foi feito por parte do Governo Regional, eu quero dizer o seguinte:

A abstenção do PPM tem a ver com o facto de não ter ficado aqui demonstrada de forma racional, de forma bem estruturada, de forma objetiva, que esta mudança de estratégia por parte do Governo Regional neste setor, apenas dois meses depois da aprovação do Programa do Governo,…

Deputado André Bradford *(PS):* O PPM absteve-se!

O Orador: … que diz coisas completamente diferentes do que aquelas que foram ditas agora por parte do Governo Regional, esteja minimamente fundamentada.

Eu não compreendi. Eu penso que os açorianos não percebem uma governação feita com este ziguezague.

É que não estamos a falar de um ano, de dois anos, de três anos, de quatro anos, em que se definem.

Temos novos dados e há uma nova definição política.

Estamos a falar, meus senhores, de dois meses. Há um período de dois meses.

O Programa do Governo define uma estratégia. Dois meses depois o Governo faz exatamente o contrário do que estabeleceu no Programa do Governo.

Deputado André Bradford *(PS):* Então devia ter votado contra!

O Orador: Meus senhores, que não se diga que se vem para aqui fazer números e que se vem aqui à procura do populismo fácil, porque aquilo que eu estou a dizer não me dá muitos votos,…

Deputado André Bradford *(PS):* Que ideia!

O Orador: … muito pelo contrário, junto do setor há muita gente que vai ficar descontente, com certeza, em relação a esta tomada de posição.

Eu faço é de acordo com a minha consciência, de acordo com aquilo que são os interesses da Região Autónoma dos Açores, pensando exclusivamente nos interesses da Região Autónoma dos Açores e pensando no interesse do setor a médio e a longo prazo, pensando neste setor, eu considero que nada prova de

forma objetiva e de forma que não possa ser rebatida por outro estudo, por outras análises, que esta mudança na política do Governo esteja fundamentada.

Deputado André Bradford *(PS):* Isto é que é uma declaração de voto!

O Orador: Portanto, não estando convencido de que esta é a estratégia correta, considero que para o PPM é fundamental que existam outros momentos de debate, de análise mais aprofundada e depois vamos verificar se o novo caminho está fundamentado ou não está fundamentado. Cá estaremos para o fazer de uma forma afirmativa.

Depois o sentido de voto terá uma forma mais objetiva, dando razão ao Governo, se for caso disso, ou considerando que afinal a proposta da Sra. Deputada do Bloco de Esquerda fazia todo o sentido, mas neste momento não tenho de facto os meios e recordo que estamos a debater uma urgência.

Portanto, é uma questão que foi colocada nos últimos dias. Estamos a debater uma urgência, e considero que neste momento não tenho os dados suficientes para ter uma posição fundamentada sobre esta matéria.

Eu não ando aqui aos ziguezagues: agora estou de acordo, dois meses depois já não estou de acordo; agora o defeso é muito bom, sim senhor, agora já não é.

Isto não é nada!...

E é por isto que este setor está neste estado, porque andamos aqui aos ziguezagues. Portanto, tem que existir uma política fundamentada e, de facto, quando é definida que seja seguida.

Depois, passado um período que possa ser comprovado, que se vejam os resultados, que se analise de forma estruturada, de forma objetiva os resultados que foram alcançados com a estratégia que está definida.

Portanto, é isto que explica e é isto que fundamenta a abstenção do PPM nesta matéria.

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, para uma declaração de voto.

Deputado José Ávila *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já disse nas minhas intervenções anteriores – e números aparte –, aprovar esta iniciativa seria o equivalente a reconhecer um problema biológico grave e implicaria restrições mais duras por parte da União Europeia relativamente às possibilidades de pesca do goraz.

Segundo o seu regulamento, uma paragem com concessão de apoio do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas implicaria a interrupção total da atividade dos beneficiários.

Os barcos açorianos que se dedicam à pesca do goraz, não o fazem em exclusividade.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Este tipo de pesca, quer com linha de mão ou com palangre de fundo, captura também outras espécies demersais, o que quer dizer, em última análise, que uma paragem apoiada teria de ser total e implicaria rotura no abastecimento de peixe no mercado, pondo em causa toda a fileira, onde se incluem as empresas que comercializam e transformam o pescado.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Este problema da escassez de pescado, nomeadamente de tunídeos e lulas, que poderiam muito bem compensar a redução da quota do goraz, não se resolve apenas com compensações financeiras, mas antes com políticas de valorização do produto, diversificação das pescarias e criação de outro tipo de rendimento através de mecanismos já existentes, acompanhado de medidas de redução de embarcações e, consequentemente, de pescadores.

O Governo, desde há muito, criou apoios à fileira para reduzir custos de contexto. Esses apoios continuam a fazer sentido nesta fase em que a perda de rendimentos é uma realidade.

Perante este problema o Governo agiu e juntou os parceiros sociais para encontrar soluções.

A solução encontrada para a gestão da quota do goraz, consensualizada entre as partes, fez esta proposta do Bloco de Esquerda, ficar sem qualquer utilidade.

Foi por isso que votámos contra.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Jaime Vieira tem a palavra.

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Deputados, Excelentíssimos Membros do Governo:

O PSD vota a favor desta proposta porque acima de tudo entende que parar sem ser compensado financeiramente não é digno e neste sentido entende que aquilo que está em causa é a sustentabilidade das famílias e que assim desta forma os pescadores saem mais uma vez prejudicados. Daí a nossa inclinação de voto positivo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

(Pausa)

Julgo não haver. Sendo assim vamos então fazer…

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para pedir um intervalo de 15 minutos.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* A Sra. Presidente acabou de anunciar! Ó Paulo Estêvão…

Presidente: Sr. Deputado…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, peço desculpa.

Presidente: O senhor sabe que eu ia fazer um intervalo e vou fazê-lo agora, por isso não precisa gastar o seu intervalo.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Peço desculpa, Sra. Presidente. Não reparei e reserve então os 15 minutos da Representação Parlamentar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Regressamos às 17H15.

Eram 16 horas e 51 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 23 minutos.

Entramos agora no ponto 19 da nossa Agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 9/XI – "Definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas"**.

Este pedido de urgência foi requerido pelo CDS-PP. Para o justificar tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É fundamental que as questões referentes aos recursos localizados no território marítimo da Região Autónoma dos Açores, em especial os situados para além do mar territorial, sejam devidamente salvaguardados.

No entanto, existe um vazio legal ao nível da Constituição sobre os mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre os seus recursos marinhos.

A urgência desta iniciativa prende-se com o facto de que a qualquer momento seremos confrontados com a expectável decisão das Nações Unidas quanto ao alargamento da plataforma continental portuguesa, passando os Açores a ser o epicentro duma riquíssima fonte de recursos.

E neste sentido, há exatamente um ano atrás, o CDS trouxe esta iniciativa a plenário, que visa a definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre os seus recursos, a qual foi chumbada pela maioria parlamentar que suporta o governo.

No entanto, e atendendo a que o Primeiro-Ministro assumiu entretanto um compromisso no sentido de e cito "assegurar que a Região tenha poder de propor, de decidir e de beneficiar da gestão do seu Mar", compromisso este, aliás, reiterado pelo Presidente do Governo Regional, perante os açorianos durante a sua campanha;

O CDS considera que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não pode ficar fora deste processo, antes pelo contrário, deve ser parte ativa na definição do que pode e deve ser partilhado, assim como os termos concretos em que se deve processar essa partilha.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, dou novamente então a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O elevado potencial económico da exploração dos fundos oceânicos, considerando os depósitos minerais conhecidos que se encontram nos fundos marinhos contíguos ao arquipélago, permite antever investimentos estruturantes ou de valor estratégico para a economia açoriana. É, pois, fundamental que as questões referentes aos recursos geológicos localizados no território marítimo da Região Autónoma dos Açores, em especial os situados para além do mar territorial, sejam devidamente salvaguardados.

No que respeita ao mar e, em particular, ao domínio público marítimo, no qual se incluem os recursos minerais marinhos situados no mar e na plataforma continental contíguos ao arquipélago dos Açores, o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores no seu artigo 8.º estabelece um modelo de repartição das atribuições e competências que, no âmbito da função administrativa, pertencem ao Estado e/ou à Região Autónoma dos Açores, delimitando três domínios distintos em termos de competências:

- uma reserva absoluta do Governo da República;
- uma competência tendencialmente reservada à Região de licenciamento (e atuações afins) nas áreas da extração de inertes, das pescas e da produção de energias renováveis;
- uma ampla zona de competências concorrenciais entre o Estado e a Região, a qual deve subordinar-se a um princípio de gestão partilhada.

Não pode haver uma verdadeira gestão partilhada sem uma intervenção legislativa que determine os termos dessa mesma partilha, uma vez que o artigo 8.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores não densifica o princípio da gestão partilhada.

Na verdade, em cada utilização concreta do domínio público marítimo não se sabe, nem é possível saber, por falta de regulamentação, como é que os diversos órgãos competentes podem partilhar a gestão dessa utilização. Surge assim, como imperiosa a definição daquilo que pode ou não ser partilhado, assim como dos termos concretos em que se processa essa partilha.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31.º, n.º 1, alínea d), e 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e nos artigos 43.º e 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

É constituída uma Comissão Eventual para o estudo e elaboração dos projetos de iniciativas legislativas que se mostrem necessárias para a definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas expressos no artigo 8.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Esta comissão tem por objeto:

a) A inventariação da legislação que deva ser alterada, bem como a identificação das novas iniciativas que se mostrem adequadas, tendo em vista a definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas, no âmbito do artigo 8.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores;

b) A elaboração de propostas relativamente às iniciativas legislativas que se mostrem necessárias para a definição do princípio da gestão partilhada dos recursos minerais marinhos sob o domínio público marítimo.

A Comissão desenvolverá todas as diligências necessárias ao adequado cumprimento das suas tarefas, podendo designadamente:

a) Promover a auscultação de personalidades ou entidades, públicas ou privadas, cujo contributo se mostre relevante para a concretização dos seus objetivos;

b) Deliberar sobre o pedido de contributos técnicos a personalidades ou entidades de reconhecida competência e idoneidade;

c) Aceitar e apreciar outros contributos provenientes de quaisquer pessoas ou entidades.

A Comissão:

• É composta por treze deputados, sendo sete do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, um do Partido Popular, um do Bloco de Esquerda, um do Partido Comunista e um do Partido Popular Monárquico;

• Fica investida dos poderes previstos no n.º 2 do artigo 123.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativamente às iniciativas legislativas que integram o respetivo objeto;

• E apresentará ao Plenário da Assembleia Legislativa o respetivo relatório final, incluindo as propostas de diploma, no prazo de 90 dias, a contar da sua constituição.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira vez que eu ouvi falar da importância destas questões dos fundos submarinos, em 1978 (já lá vão alguns anos), o que não mudou foi naturalmente a importância destas questões, e já naquela altura para quem se debruçava sobre o estudo da nossa plataforma oceânica, e não continental como muita gente teima em referir só por uma questão de constituição rochosa, uma vez que

estamos a falar de basaltos ou de granitos no Continente, mas essa terminologia centralista perdura, mas dizia eu que efetivamente esta questão, que é fundamental para o futuro dos Açores, e sempre o foi, continua a ter oportunidade nos tempos que correm, mas agora infelizmente com outros desenvolvimentos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tal como já fez em janeiro de 2016, não vai aprovar esta proposta, porque se mantém algumas das questões que na altura vigoravam e há outras situações de bons desenvolvimentos, que têm a ver com a nova postura deste novo Governo da República,…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: … que sugerem também a nossa confiança no desenvolvimento e no respeito, ao contrário do que aconteceu anteriormente, pelas questões do mar e das situações associadas aos recursos naturais.

Não é tempo de fazer grande história desta questão, mas todos estamos lembrados que há pelo menos três situações que me parecem que não abonam muito para os proponentes, no sentido de nos recordarmos que há vária legislação muito importante que foi desrespeitadora da Autonomia açoriana,…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é falso!

O Orador: … nomeadamente quando o Governo da República, em 2014, ao estabelecer a Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, a Lei 17/2014, não considerou nenhuma das alterações solicitadas pelo Governo dos Açores junto do Governo da República.

Mas há mais.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é demagogia pura!

O Orador: Não! São factos, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Demagogia pura!

O Orador: No dia 12 de março de 2015…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A demagogia não se corrige!

O Orador: Tenha calma que eu já vou dizer o resto.

… foi novamente publicado o Decreto-Lei 38/2015, que aprovou uma legislação complementar a esta que eu já falei e mais uma vez o Governo da República não entendeu que a consulta que era fundamental ser feita à Região Autónoma dos Açores tivesse alguma validade para a nossa voz e para o nosso discurso.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Parece que este agora entende a mesma coisa!

O Orador: Depois, isso suscitou mesmo a intervenção do Governo dos Açores junto do Tribunal Constitucional para a fiscalização sucessiva da legalidade e da constitucional deste Decreto-Lei.

Em terceiro lugar, é preciso dizer também que uma outra lei, a Lei 54/2015, que estabelecia o regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo o espaço marítimo nacional, que é objeto desta proposta de comissão eventual, foi mais uma vez uma questão que foi desrespeitada pelo Governo da República, nomeadamente quer em matéria constitucional, quer no próprio artigo 2.º…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é falso!

O Orador: … do Estatuto Político-Administrativo da Região. Porquê? Porque a versão de 54/2015 voltou a não contemplar a proposta da Região.

Portanto, isto é por vontade, ou por falta dela,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Qual era a proposta da Região?

O Orador: … do Governo da República.

Por outro lado, é preciso também ter em causa que o regime de áreas marítimas protegidas e oceânicas transfronteiriças, que felizmente não entrou em vigor, violava outra vez as competências da Região Autónoma dos Açores, ou seja, estamos perante uma proposta que enferma desses vícios históricos…

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Quando é para defender o Governo querem falar do presente e do futuro, quando é para atacar a oposição é sempre do passado!

O Orador: … (e não entendemos mesmo como é que o CDS voltou a insistir nesta questão), por uma outra razão mais específica:

Hoje, iremos aprovar, e penso que por unanimidade, uma Comissão Eventual para a reforma da Autonomia e, aí sim, entendemos que este assunto, com muita mais força, deve ficar consignado…

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O senhor sabe que não pode fazer nenhuma alteração se não for mudada a Constituição!

O Orador: … para ter força de entrar na eventualidade de uma reforma da Constituição da República, dando força definitiva que uma comissão eventual nunca daria.

Isso para nós seria efetivamente o caminho correto para que esta questão ficasse plasmada e bem-intencionada, como eu penso que o CDS e os partidos proponentes de algum modo têm essa boa intenção das questões marítimas,…

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O Sr. Deputado Francisco Coelho pode dar-lhe esclarecimentos sobre essa matéria!

O Orador: … mas não nos parece que é com esta comissão eventual que esta questão teria algum avanço ou desenvolvimento.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Mas dá à Região uma palavra!

O Orador: Parece-nos, sim, que essa outra comissão eventual, que vai ser aprovada hoje aqui por unanimidade, devia ter essa preocupação.

Por outro lado, aduzindo aos argumentos que já foram aduzidos antes, a própria Comissão, que é a CAPAT,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Vamos ser corretos!

O Orador: … que tem também competências várias, pode ela própria, como já fez para a televisão e outras situações, criar uma subcomissão interna…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é demagogia pura! Prestam-se a cada figura!

O Orador: … para resolver isso. Portanto, não é a criação de mais uma comissão eventual que vai resolver qualquer outra coisa. Isso parece-nos que é profundamente inoportuno…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: … e para além disso, como dizem os açorianos, seria mais uma vez "levar água para o mar", o que não resolve nada.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O Sr. Deputado agora está destinado a esse papel!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo** *(PCP):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis da Deputada Graça Silveira e dos Deputados Artur Lima e José Contente)

Presidente: Srs. Deputados… Sra. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado João Corvelo possa fazer a sua intervenção.

O Orador: Uma palavra breve apenas para declarar o apoio do PCP a esta iniciativa que considera útil e oportuna.

Para o PCP, o respeito pelos direitos dos Açores sobre as suas zonas marítimas é uma das componentes essenciais da nossa Autonomia e não pode estar sujeito à arbitrariedade volúvel dos Governos da República.

Existem questões legislativas concretas que precisam de ser clarificadas e problemas para os quais teremos de encontrar soluções e consensos.

Esta comissão será o local adequado e correto para o fazermos.

O PCP irá empenhar-se nesse esforço e não deixaremos de dar o nosso contributo para estes objetivos.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Garcia tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia** *(PSD):* Obrigado, Sra. Presidente.

(Diálogo entre os Srs. Deputados José Contente e Artur Lima)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Luís Garcia possa fazer a sua intervenção.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendeu o Grupo Parlamentar do CDS-PP reapresentar nesta Assembleia este Projeto de Resolução que visa a criação de uma comissão eventual para…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não se ouve nada!

O Orador: Eu compreendo, Sra. Deputada,…

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: … mas a intervenção está a perturbar os apartes do Sr. Deputado José Contente.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Apoiado!

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Por acaso não é!

Deputado Domingos Cunha *(PS):* Não, não! Mais à direita!

Deputado José Contente *(PS):* A sua proponência é que não lhe convence!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendeu o Grupo Parlamentar do CDS-PP reapresentar nesta Assembleia este Projeto de Resolução que visa a criação de uma comissão eventual para estudar e dar um contributo para a definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região Autónoma dos Açores sobre as nossas zonas marítimas e sobre os nossos fundos marinhos.

Este Grupo Parlamentar mantém por isso a sua posição expressa já na legislatura anterior e mantém porque entendemos que todos os mecanismos que possam contribuir para aprofundar as nossas competências e a nossa Autonomia são positivos.

E há questões neste domínio da gestão do mar que precisam efetivamente de ser clarificadas, desde logo e com destaque o conceito de gestão partilhada que está consagrado em lei, mas cuja operacionalização urge definir.

A criação dessa comissão eventual pode dar um contributo neste domínio e diria mesmo que o primeiro órgão da nossa Autonomia pode e deve dar esse contributo. E esse contributo da nossa Assembleia pode ser dado de várias formas: pode e tem exercício através da aprovação de legislação; pode e tem-no feito dando os seus pareceres sobre muitos diplomas e em muitos casos contestando, por unanimidade, alguma legislação que viola as nossas competências e direitos, mas a nossa Assembleia pode ainda nestes domínios ter um papel mais pró-ativo e até desafiador.

Sabemos, e é bom assumi-lo, que nestes domínios existem sempre muitas dúvidas e muitos diferendos com a República.

Sabemos que existem compromissos da revisão de legislação sobre o ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional e é bom recordar que essa Lei de Bases de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional foi aprovada na Assembleia da República com os votos favoráveis do Partido Social Democrata, do CDS-PP e do Partido Socialista. E é bom também

recordar que essa legislação teve parecer desfavorável desta Casa, por unanimidade.

Se este trabalho de revisão dessa legislação está efetivamente a ser feito (e ponho dúvidas se está efetivamente a ser feito, porque a promessa de revisão dessa legislação já foi feita há algum tempo e até hoje não conhecemos qualquer resultado dessa diligência e dessa promessa) a ALRAA, a Assembleia Legislativa, tem o dever de o acompanhar e tem neste processo um papel determinante e pró-ativo.

Esta comissão proposta pode dar esse contributo, pode, no fundo, preparar o nosso trabalho de casa antes de sermos confrontados com o trabalho dos outros, por isso aprovaremos esta iniciativa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS apresenta a esta Casa um Projeto de Resolução que, no fundo, pretende a constituição de uma comissão eventual para o estudo e elaboração dos projetos de iniciativas legislativas que se mostrem necessárias para a definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas expressos no artigo 8.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Do nosso ponto de vista nada mais correto. E se a história começasse a acabasse aqui o Bloco de Esquerda votaria a favor deste Projeto de Resolução, como aliás votou num anterior com o mesmo desiderato, do mesmo teor, do CDS.

Acontece, porém, que há cerca de um mês foi iniciada uma conversação entre os diferentes grupos e representações parlamentares desta Casa no sentido de ser criada uma Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (aquilo a que

se chama a CEVERA) e esta Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia tem no seu terceiro considerando o seguinte escrito:

«Considerando que é a própria Autonomia que, na sua dinâmica e interação com as novas realidades, impõe novas ambições e reclama redefinição de competências, como é manifestamente o caso da consagração do conceito de "gestão partilhada" do nosso Mar, consagrada na terceira revisão do nosso EPARAA»;

Tendo havido uma procura de consensualização entre os grupos e representações parlamentares que permite que este Projeto de Resolução, com a proposta de criação desta comissão eventual, esteja assinado por todos os partidos representados nesta Casa, sendo um deles o Bloco de Esquerda (o PCP não assinou foi o outro, este assinou), foram todos os partidos desta Casa onde se inclui o Bloco de Esquerda;

Sras. e Srs. Deputados, em nome da coerência, o Bloco de Esquerda não pode votar a favor de uma Comissão Eventual que foi consensualizada entre todos no último mês e antes disso votar a favor de uma outra comissão eventual que tem um desiderato que está implícito nesta outra que procura a reforma da nossa Autonomia.

Portanto, digamos que face à redundância de objetivos, o Bloco de Esquerda não pode votar a favor…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é demagogia!

A Oradora: … nem compreende, em boa verdade, a oportunidade da proposta. Compreende a justeza da proposta, aliás tem vindo a defendê-la há muito tempo: é necessário clarificar o conceito de gestão partilhada o mais urgentemente possível.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, se votarmos favoravelmente a anterior proposta porque não havia nenhuma comissão eventual, como é o caso desta proposta

que está assinada por todos os partidos e a cria, não vemos por que é que havemos de votar agora uma e a seguir outra.

Vai haver o quê? Duas comissões eventuais nesta Casa com o mesmo objetivo?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não é, Sra. Deputada! Isso é demagogia pura!

A Oradora: É! Porque o objetivo…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Seja séria!

A Oradora: Sr. Deputado, tenha calma. As lições de moral fique com elas e a seriedade o senhor fica com a sua e eu fico com a minha.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sim senhora!

A Oradora: Muito bem?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Então seja séria!

A Oradora: Não, não seja! Eu sou!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Leia!

A Oradora: O objetivo da comissão eventual do CDS está incluído, e é um dos itens fundamentais da Comissão Eventual para a reforma da Autonomia.

Seja sério, Sr. Deputado!

Face a isso, o Bloco de Esquerda votará contra esta proposta exatamente porque vai votar a favor da criação da Comissão Eventual…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É a geringonça!

A Oradora: … para a Reforma da Autonomia de que é partido subscritor.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que esta é uma medida da maior importância. Considero até que deve ser sinalizada no âmbito do nosso Parlamento como uma matéria de grande complexidade e de enorme importância para o futuro.

Nesse sentido, deve existir uma comissão específica para este tema. A verdade é que ainda não existe nenhuma e a proposta que irá ser votada a seguir tem uma definição diferente, muito mais alargada do ponto de vista do âmbito.

Portanto, aquela que será a decisão final de que este Parlamento tomará depende desta primeira votação, obviamente.

A questão foi aqui rebatida pelo Sr. Deputado José Contente, com aquela eterna ladainha, que sinceramente não sei se alguém tem paciência (eu não tenho!)…

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Mas também não tem base eleitoral!

O Orador: … intelectual para esta ladainha, de que a culpa é dos Governos da República, de que a culpa é dos Governos Regionais, de que a culpa é do partido de lá de fora, e tudo isso.

Ora, um bocadinho de memória, que não seja tão seletiva como a do Sr. Deputado Francisco Coelho,…

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Seletiva e parcial!

O Orador: … (que já está esquecido dos seus períodos revolucionários na UDP),…

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Não, não estou nada! Onde é que o senhor andava nessa altura?

O Orador: … a questão fundamental é esta:

Quantas vezes, Sr. Deputado José Contente, quando o senhor foi governante, o senhor discordou de Governos da República, de decisões tomadas por Governos da República, que eram apoiados pelo Partido Socialista? Quantas vezes? Eu faço-lhe essa justiça.

Discordou de decisões tomadas pelo Governo da República que era do seu partido, muitas vezes, e sabe perfeitamente isso.

Mas sabe por que é que faz isso? Porque é natural no nosso sistema político. Não existem partidos de âmbito regional, mas os partidos nacionais têm nos seus estatutos prevista uma ampla autonomia para organizações regionais.

Evidentemente que o Partido Socialista Açores pertence, integra a estrutura nacional, mas faça-me a justiça de lhe dizer que o Partido Socialista tem uma imensa autonomia dos Açores, e já demonstrou muitas vezes, em relação à estrutura nacional.

A mesma coisa com o PSD, a mesma coisa com o CDS.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A autonomia agora não serve!

O Orador: Portanto, meus senhores, esse argumento não serve.

Deputado José Contente *(PS):* Não serve para si!

O Orador: O senhor sabe que esse argumento é intelectualmente desonesto; o senhor sabe que esse argumento é intelectualmente desonesto!

Quer que eu lhe vá procurar na próxima intervenção 20 ou 30 críticas de V. Exa. a decisões tomadas por Governos da República Socialistas? Tem muitas. E nestes 40 anos, em relação a decisões tomadas pelo Partido Socialista? Tenho muitas!

Mas também tenha a integridade política (sei que tem integridade pessoal!) de dizer que se a Autonomia é verdadeira em relação ao Partido Socialista, também é verdadeira em relação aos outros partidos.

Portanto, Sr. Deputado José Contente, deixe-se disso. Deixe-se dessas coisas, dessa "eternazinha". Ninguém tem paciência para isso.

Em relação à questão da autonomia dos partidos e em relação à eterna crítica de quem está, de quem deixa de estar, sabe perfeitamente que isso é recorrente. Portanto, esse argumento não serve.

Depois, vamos lá ver outra coisa: "ah, mas nós temos uma visão diferente em relação à intromissão do Governo da República no âmbito daquelas que são as nossas competências."

E eu pergunto-lhe o seguinte: então, e agora o problema da Taxa Social Única?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não sabe!

O Orador: E a Taxa Social Única, em que o diploma prevê a sua aplicação direta nos Açores? E os nossos órgãos de governo próprio foram ouvidos conforme decreta a Constituição e o nosso Estatuto?

Deputado André Bradford *(PS):* Não misture!

O Orador: Não, não! Não é não misture. Não é não misture! Já não vos interessa a conversa, já não vos interessa o rumo da conversa.

Pergunto aqui o seguinte: para quem utiliza o argumento da defesa das competências próprias da Região Autónoma dos Açores, das nossas competências que estão definidas do ponto de vista constitucional e do ponto de vista estatutário, os senhores tiveram uma "branca" de repente? Esqueceram-se? Ah, a TSU!... Não!... Não!... Não!...

Deputado André Bradford *(PS):* E o senhor?

O Orador: Os senhores esqueceram-se?

Sr. Deputado André Bradford…

Deputado André Bradford *(PS):* O senhor fez alguma coisa? O senhor disse alguma coisa? O senhor tem capacidade seletiva? O senhor fez alguma coisa?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Incomoda!

Presidente: Srs. Deputados, calma!

O Orador: Sr. Deputado André Bradford, inscreva-se a seguir que eu vou dizer-lhe.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não incomoda é deste lado!

O Orador: Eu posso fazer, junto do tribunal, sozinho… Uma representação Parlamentar pode…

Deputado André Bradford *(PS):* Não pode. Pode juntar-se a outra!

O Orador: … agir, pode pedir a fiscalização da constitucionalidade?

O senhor sabe que essa fiscalização da constitucionalidade tem que ser pedida por um décimo dos deputados desta Casa. O seu grupo parlamentar tem um décimo dos deputados desta Casa. Eu não tenho, tenho essa limitação do ponto de vista estatutário. O senhor não tem! Portanto, não se compare.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Estude o Regimento!

Presidente: Srs. Deputados…

Deputado André Bradford *(PS):* Eu sei que ele não pode sozinho, mas pode juntar-se a outros como já aconteceu antes!

Presidente: Srs. Deputados…

Deputado Francisco César *(PS):* A geringonça da direita!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não há geringonça da direita!

Deputado Francisco César *(PS):* Mas parece!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O problema é que eu "mexi na ferida", "toquei na ferida".

Presidente: Srs. Deputado, continue a sua intervenção por favor.

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Quer mesmo falar da TSU Sr. Deputado?

O Orador: Eu percebo o porquê desta agitação toda.

Pois é, pois é! A TSU!

Então? Onde é que está aqui a defesa…

Presidente: Sr. Deputado, vamos recentrar-nos na matéria que está aqui em debate, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, onde é que está aqui a defesa da Autonomia dos Açores?

Pois é, tem momentos! Tem episódios! Tem matérias! É tudo memória muito seletiva, meus senhores.

Eu devo dizer, para terminar esta primeira intervenção, para que não seja a única, que é evidente que esta é uma matéria da maior importância.

É evidente que está aqui muito do futuro dos Açores e eu vou aproveitar a minha segunda intervenção para descrever um pouco a importância conceptual de uma medida deste tipo.

Deputado Francisco César *(PS):* Então a gente vamos preocupar-nos com a Terceira!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Sra. Deputada Zuraida Soares fez hoje aqui mais uma das suas intervenções da mais refinada demagogia. Quando ela quer fazer, faz isso com uma mestria inigualável.

O que nós propomos exatamente é aquilo que foi consagrado na Constituição, que nos aprovou lei reforçada na República, temos o nosso Estatuto aprovado. Portanto, o que queremos na nossa Resolução é exercer os direitos expressos no artigo 8.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores feito por uma comissão eventual desta Casa. É o que nós queremos.

A Sra. Deputada descobriu hoje que um preâmbulo faz força de lei e é publicado, coisa que eu não sabia, mas que fiquei a aprender, que aqui no preâmbulo da CEVERA, dessa comissão para a reforma da Autonomia, é um dos objetivos. Gostaria que a Sra. Deputada, com a sua seriedade, me explicasse…

O artigo 1.º diz que é constituída da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia.

Tem o artigo 2.º., o artigo 3.º, o 4.º e o 5.º.

Eu gostaria que a Sra. Deputada me explicasse, na parte resolutiva, que é a que é publicada e importante, onde é que está a referência…

Deputado André Bradford *(PS):* Está implícita!

O Orador: … àquilo que são os objetivos da nossa comissão eventual?

Portanto, Sra. Deputada, seriedade tenho. É a que está aqui à vista.

A sua foi a que a senhora demonstrou na sua intervenção.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* O senhor levantou-se só para dizer isso, Sr. Deputado? Que perca de tempo!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, eu pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, eu percebo o esforço. Já da outra vez veio cá…

Deputado José Contente *(PS):* Da outra vez por acaso não vim!

A Oradora: … num esforço de tentar minimizar uma iniciativa do CDS em que nas suas intervenções, sempre que é para defender o Governo, o PS só quer falar do presente e do futuro. Sempre que é para atacar as oposições, resume-se a falar do passado.

Deputado André Bradford *(PS):* Isso não é justo!

A Oradora: O CDS não quer falar do passado. O CDS já no passado apresentou exatamente esta iniciativa e reforça a pertinência dela no futuro, porque se o Primeiro-Ministro vem cá dizer que vão rever as questões da gestão partilhada, isto não pode ser uma questão entre Governos, muito menos pode ficar à mercê da melhor ou pior vontade dos Governos de lá e de cá.

Aquilo que a Região tem que fazer é o seu trabalho de casa, e é isso que o CDS se propõe aqui, que a Região faça o seu trabalho de casa, porque isto é um assunto que faz parte das Assembleias.

As alterações que vão ser feitas lá fora, vão ser feitas na Assembleia da República. E nós aqui temos uma palavra a dizer,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isto é que é Autonomia!

A Oradora: … na Assembleia Legislativa Regional.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Estes assuntos não são para ser resolvidos entre Governos. Estes assuntos são para ser resolvidos entre a República e a Região e quem representa a Região aqui é a Assembleia Regional.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Estamos a dar a oportunidade de se criar uma comissão onde podemos dizer o que é que queremos partilhar, como é que queremos partilhar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ao abrigo do nosso Estatuto!

A Oradora: Ao abrigo do nosso Estatuto!

Densificar um conceito que está mais do que publicado em vários acórdãos do Tribunal Constitucional, que isso exige uma alteração da nossa Constituição.

Mais. Se o argumento é que vamos aprovar uma outra comissão eventual,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É patético!

A Oradora: … eu devo lembrar, como já disse o Deputado Artur Lima, que existe menção uma única vez a gestão partilhada na parte resolutiva da comissão.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Onde é que está?

A Oradora: Uma única vez.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Portanto, o CDS não fica nada incomodado do senhor vir dizer que teve uma ministra que foi contra a Região. Sempre que se votaram coisas nesta

Casa em que o interesse da Região estava acima de tudo, o CDS esteve do lado dos açorianos e não votou nas posições do seu partido na República…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: … muito ao contrário dos senhores.

Mais. Dá oportunidade, com propositura, de trazer aqui a oportunidade de os açorianos poderem definir aquilo que querem para os seus recursos marinhos e para as suas riquezas.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Comecei por dizer na minha primeira intervenção que sem prejuízo da bondade desta proposta, que aliás é assunto que supostamente, e conceptualmente como gosta de dizer o Sr. Deputado Paulo Estêvão, é transversal a todas as bancadas (mal seria se não o fosse!), perante a importância futura, que já se conhece há muito tempo e que se tem vindo a aprofundar, nomeadamente até com a ideia de que pode haver novos corsários na Região Autónoma dos Açores, que até podem ser politicamente representados por forças que não estão nos Açores e estão fora dos Açores. Tudo isso é consensual.

O que estamos aqui a discordar, e já discordámos anteriormente, é na ideia de que é esta comissão eventual que vai resolver todos esses problemas quando já há instrumentos que fazem o mesmo desta comissão eventual, nomeadamente a CAPAT, que é uma comissão que está perfeitamente vocacionada para fazer tudo o que é objeto desta comissão eventual.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Isto é transversal à Economia, à Política Geral, ao Ambiente e Trabalho. Não é apenas à CAPAT!

O Orador: Aliás, há outra coisa que também deve ser dita aqui:

Sra. Deputada Zuraida Soares, independentemente das questões de formulação, nada impede, antes pelo contrário, que a próxima comissão eventual, a tal dita CEVERA,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Onde é que está na parte resolutiva, oh Francisco?

O Orador: … se possa debruçar sobre esses assuntos e se deva debruçar sobre esses assuntos, porque a Autonomia, o entendimento mais lato que pode haver numa comissão dessa natureza, tem valimento numa futura revisão constitucional.

Este assunto, é um assunto que acho que deve ser tido, em primeiro lugar, na próxima revisão constitucional, porque se há coisas que têm atrapalhado os Açores ao longo da sua Autonomia é qualquer legislação que aqui vem, e às vezes não passa no Representante da República, volta a esbarrar no Tribunal Constitucional e, aí sim, parece-nos que isso seria um aporte para que se ultrapasse essa situação.

Ou seja, em termos operativos, temos instrumentos para poder acompanhar todas estas questões. Em termos substantivos e conceptuais temos naturalmente a revisão constitucional e essa revisão da autonomia para podermos ter uma visão sustentada, fundamentada e forte com todas as forças da Assembleia e não com uma comissão eventual, que pelos vistos não colhe o consenso desta Assembleia,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Quem é que operacionaliza o nosso estatuto?

O Orador: … como se acabou de ver, e que naturalmente daria menos força também a este assunto.

Por isso, a nossa discordância tem a ver, não com o assunto, não com a bondade da ideia, mas com o *modus faciendi* como os partidos proponentes entenderam fazer esta questão, que nos parece que não vai, antes pelo contrário, ter nenhum

tipo de eficácia perante não só as negociações que estão em curso, como já foi dito pela Sra. Deputada e nós também subscrevemos essa posição como dissemos inicialmente, com uma comissão eventual que tem uma abrangência grande, que pode ter um impacto muito maior em futuras revisões constitucionais e que congrega toda a Região e todos os partidos políticos.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas o senhor acha que vai haver alguma revisão constitucional?

O Orador: Portanto, estaríamos a caminhar para uma situação que nos parece perfeitamente manca…

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Qual é a "perna" que lhe falta?

O Orador: … e que é inviabilizadora da importância dos assuntos que estão em causa, como são os assuntos do mar.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, devo lembrar-lhe que se leu com atenção esta iniciativa, esta questão é transversal à Política Geral, à Economia e Ambiente e Trabalho, como o Sr. Deputado sugere.

Mas coloco-lhe a questão: se não fosse uma comissão eventual e fosse a CAPAT a ficar com os poderes para exercer, no fundo, a parte resolutiva da nossa iniciativa, se aprovaria?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. Dispõe de cerca de três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero dizer o seguinte:

Existem quatro milhões de boas razões – quatro milhões de boas razões! – para aprovar este projeto.

O país terá uma dimensão marítima de quatro milhões de quilómetros quadrados de jurisdição. Desses quatro milhões de quilómetros quadrados, que a ONU estará a ponto de decidir, cerca de dois milhões e seiscentos mil estão na nossa área de jurisdição.

Portanto, o espaço marítimo do país é em grande parte o espaço marítimo dos Açores.

Não há matéria mais importante, como dizia o senhor ex-Presidente Carlos César, para o futuro dos Açores do que esta e a menorização que o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda estão a fazer desta proposta é…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Lamentável!

O Orador: … (deixem-me repetir uma expressão de ontem) mesquinha. É mesquinha!... Porque é preciso ter a perceção da grandeza, da importância transcendental do assunto que estamos a tratar.

Vejo que a Sra. Presidente está a indicar-me que o meu tempo está a terminar… Não?

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Mas só nesta iniciativa, Sr. Deputado!

O Orador: Mas eu sei que estou praticamente a concluir esta intervenção.

Pergunto ao Sr. Deputado José Contente: quem falou em corsários, sabe quem foi?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não interessa!

O Orador: Foi o Presidente do Governo. O Presidente do Governo é que disse há um ano e tal "olhe que vem aí uns corsários". Quem é que falou em corsários? Foi o Presidente do Governo Regional dos Açores.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E vieram!

Deputado José Contente *(PS):* A Assunção!

O Orador: O Sr. Deputado José Contente dizia "olhe que não vem aí uns corsários". Está a contradizer o anúncio mais espalhafatoso do Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O único que falou em corsários nos Açores foi precisamente o Presidente do Governo Regional dos Açores.

Termino, Sra. Presidente, dizendo o seguinte:

Em relação à defesa da Autonomia dos Açores digo-vos já que a minha assinatura está aqui, em último lugar. São necessários dez. Estou à espera da vossa consciência, estou à espera da vossa iniciativa política.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente fica bem claro aqui – é para deixar bem claro! – que este Projeto de Resolução do CDS pretende apenas operacionalizar aquilo que já foi aprovado no nosso Estatuto e que ainda não foi, infelizmente, operacionalizado.

É uma das nossas missões enquanto Deputados e desta Casa.

Nunca um preâmbulo teve força de lei. Nunca um preâmbulo é explícito.

Portanto, na CEVERA…

O Sr. Deputado José Contente, que é um homem versado, enfim, ex-governante, por quem eu tenho o maior respeito intelectual e pessoal, admira-me que se sujeite a este papel.

O senhor sabe tão bem como eu que na parte resolutiva dessa Comissão chamada CEVERA não está lá, Sr. Deputado José Contente.

Portanto, o que o senhor está a dizer, está a enganar as pessoas, está a induzir em erro.

Quanto aqui ao "frete" do Bloco do Esquerda, eu já não me manifesto, é da geringonça nacional, mas realço aqui a coragem do Partido Comunista Português em pôr em primeiro lugar a defesa dos Açores e da Autonomia. Realço isto.

Mesmo apoiando o Governo da República, nos Açores defende os Açores, a Autonomia dos Açores e os interesses dos Açores, ao contrário do Bloco de Esquerda que capitulou perante os interesses nacionais e do Partido Socialista.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Deputado José Contente *(PS):* Não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado José Contente.

Deputado André Bradford *(PS):* Enquanto estiveram no Governo não resolveram nada!

(*) **Deputado José Contente** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado André Bradford *(PS):* Agora temos que resolver aquilo que não resolveram!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ó senhor, os senhores já estão aí há 20 anos!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sr. Deputado, eu fui eleita pelos Açores e estou aqui para representar os açorianos!

O Orador: Esta minha última intervenção é também para reiterar três coisas.

Em primeiro lugar, o Governo do Partido Socialista, como se vê e se tem visto ao longo do tempo, e aliás o Sr. Deputado Paulo Estêvão teve a sinceridade e a justiça de dizê-lo, quando estão em causa os interesses dos Açores, está do lado

do interesse dos Açores. Portanto, essa matéria nem está em discussão nesta altura.

Depois também aquilo que dissemos aqui foi que este assunto era consensual, mas há diferenças.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, na sua vontade também de referir a nossa importância para o futuro perante aquilo que é previsível que venha a ser aprovado, disse que de facto íamos ficar com uma parte da área, mais de 50% dessa área. Mas, por exemplo, há uma coisa que não se sabe. Não se sabe se há aquilo que tecnicamente se diz, o exomorfismo das riquezas em todo esse espaço, se elas estão concentradas mais nos 30% da Madeira ou do Continente.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):*Mais uma razão para a gente estudar!

O Orador: Não! Mas os técnicos é que estudam isso, não é a Assembleia. A Assembleia não é que estuda essa parte.

A Assembleia pode acompanhar e deve acompanhar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas quem é que estuda?

O Orador: São os técnicos, naturalmente, que estão a tratar da cartografia dos fundos dos oceanos…

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Mas os técnicos têm que saber que estamos disponíveis para os ajudar!

O Orador: … para determinarem efetivamente se esses sulfuretos polimetálicos existem nas nossas zonas ou mais ligados a outras, mas essa questão é uma questão de futuro e isso não implica que não haja importância nesta situação.

Agora o que fica claro também é que o Partido Socialista está disponível, como disse, numa comissão própria, e para nós é a CAPAT, para poder resolver esta questão.

Tragam a vossa proposta dentro da Comissão, porque já houve várias outras subcomissões para trazer outras situações.

E mais. Eu queria fazer uma última referência.

A vossa proposta fala nos recursos minerais marinhos, quando a gestão partilhada tem até outras componentes mais extensas, por exemplo, do ordenamento do espaço marítimo.

Por isso, até nesse aspeto, não nos parece que esta comissão eventual começasse bem, não só por esta falha que nos parece que tem importância na questão das competências partilhadas, como também já se viu que ela não é consensual na Assembleia Legislativa Regional e convinha que ela o fosse.

Por isso, a abertura do Partido Socialista existe, mas isto não é uma questão de quem é que chegou primeiro, é uma questão de chegar bem e toda a gente chegar bem.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir neste debate, mas faço-o naturalmente sempre com gosto, porque se levantaram aqui algumas questões que modestamente creio que posso dar algum contributo para o seu esclarecimento.

Em primeiro lugar, e tendo em conta aquilo que é essencial, é bom que fique claro que é importante, é positivo e é benéfico que o Partido Popular Açores se preocupe consabidamente, aliás com esta insistência, com as questões do aprofundamento e da melhor interpretação acerca das nossas competências autonómicas sobre o mar. Nisto estamos de acordo e creio bem, felizmente, que haverá nessa matéria um largo consenso nesta Assembleia.

Também nem sequer vou (porque cada vez mais vamos ter que nos habituar a isto, às diferenças que há, e há demasiadas vezes e que há quase sempre, entre aquilo que nós sinceramente defendemos nos Açores e que por vezes não somos devidamente ou bastamente acompanhados pelos nossos partidos nacionais)

recordar ao PP, não vou fazer essa pequena maldade, sobre a lei que saiu, a forma como saiu, quem era o responsável, o máximo, os responsáveis adjuvantes, sobre a Lei de Bases do Ordenamento do Território.

Eu confio sinceramente na boa vontade e na genuína preocupação do CDS-PP sobre estas questões. Aliás, para sermos justos, e embora isto não seja um campeonato, mas sinto-me muito à vontade para o dizer, porque também não foi o meu partido, tanto quanto me lembro, o primeiro partido que manifestou, pelo menos nesta Casa, preocupações com a regulamentação do conceito de gestão partilhada do mar, para ser absolutamente sincero e honesto, foi o Bloco de Esquerda.

Ótimo! Ainda bem que o Bloco de Esquerda está preocupado, ainda bem que o CDS-PP está preocupado, ainda bem que dessa preocupação todos estamos sensibilizados e também tomámos consciência dessa preocupação e dessa necessidade, ela no fundo resulta de algo de positivo que fizemos e que nunca é um trabalho completo e acabado.

Quer dizer, nós introduzimos a inovação do conceito de gestão partilhada do mar aquando da terceira revisão. Ele fez o seu caminho. Já deu algumas garantias mínimas, inclusive reconhecidas por acórdãos do Tribunal Constitucional. Pelos vistos não chegou e estamos numa nova etapa, felizmente, de desenvolvermos esse conceito. Ela começa a chegar.

Podemos fazê-lo de várias maneiras. Teoricamente a proposta do CDS seria uma hipótese, mas o que tem que ficar claro aqui é que também me parece que o essencial não é apenas uma questão orgânica ou uma questão de constituição de uma Comissão.

Acho que a preocupação genuína é o mais importante e esta está reconhecida e salvaguardada a quem a tem. Hoje seremos todos nós, começou por ser o BE. O PP tem seguramente um historial também comprovado nesta matéria.

Relativamente à questão da CEVERA, é certo, Sr. Deputado Artur Lima que o valor normativo dos preâmbulos é muito duvidoso e eu gostei de o ouvir dizer isso, desculpe que lhe diga, com alguma maldade, porque quando se fala na nossa Constituição e nas suas revisões essa é a maldade…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não pode comparar!

O Orador: … que eu acho que alguma direita merece quando se escandaliza com o socialismo na nossa Constituição, porque afinal chegámos à Constituição com a palavra socialismo. Hoje só está no preâmbulo.

Deputado João Bruto Costa *(PSD):* Não me diga que o senhor hoje se escandaliza quando caminha para o socialismo!

O Orador: E o PS farta-se de dizer isso e eu gosto muito de o ouvir falar no valor relativo do preâmbulo quando penso nesta questão.

De qualquer modo e apesar de tudo, o preâmbulo tem algum valor interpretativo.

A verdade é que, se só por estar no preâmbulo isto não tem um conteúdo vinculativo, o artigo 2.º tem uma suficiente abertura quando devidamente interpretado com a referência explícita, aliás a única, não por acaso, a respeito do adquirido autonómico.

E a respeito também do que diz esta Resolução posso dizer algumas coisinhas sobre o que ela pretende dizer. Eu diria que, sem dúvida, e gostava de garantir pelo menos da parte do Partido Socialista ao Sr. Deputado Artur Lima, ao CDS-PP e à câmara, porque naturalmente a Sra. Deputada Zuraida Soares e o BE têm a mesma preocupação, há toda a abertura, ao nível da consensualização e da priorização que teremos necessariamente que fazer ao nível e na sequência da aprovação da comissão eventual, para esta questão também ser considerada.

Da parte do PS este compromisso fica tomado. A questão do mar e do conceito de gestão partilhada, no nosso entendimento, cabe no âmbito da CEVERA…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não cabe nada!

O Orador: … e assim será considerado se for esse o nosso entendimento conjunto.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Coelho:

Se bem me lembro (para citar o nosso querido conterrâneo Vitorino Nemésio, e V. Exa. também dar-me-á razão e reconhecer o que lhe vou dizer), já várias vezes tentámos alterar o preâmbulo da Constituição. Não tivemos foi sorte, não tivemos maioria, não tivemos peso.

Deputado Francisco Coelho *(PS):* E eu também sei porquê!

O Orador: Continuamos, Sr. Deputado Francisco Coelho, a discordar do preâmbulo da Constituição.

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Não, não. Antes pelo contrário, acho que o seu valor histórico e simbólico justifica!

O Orador: Estou a dizer a minha, a do CDS. A minha e a do CDS! Continuamos a discordar do preâmbulo da Constituição da República Portuguesa.

V. Exa. como jurista que é, enfim, vem aqui *lato sensu* fazer uma comparação entre o preâmbulo da Constituição e o preâmbulo de uma mera Comissão que não é… Quer dizer, só mesmo numa perspetiva muito cristã é que é comparável, ou nem sequer numa perspetiva cristã é admissível a comparação. Mas eu percebo a intenção do Sr. Deputado em vir aqui tentar justificar o injustificável, com a sua habilidade jurídica que lhe reconheço. Também me lembro, Sr. Deputado, das voltas que demos, e demos durante noites e noites, para escrevermos o preâmbulo do nosso Estatuto Político-Administrativo, que V. Exa. depois acabou por escrever num rasgo de inspiração em poucas horas

enquanto fomos comer um cachorro. Também me lembro dessa parte. E muito bem escrito! Eu assinei por baixo.

V. Exa. comparar isto para tentar justificar aqui o negociozinho da geringoncinha não vamos lá, porque explicitamente a CEVERA não prevê…

Deputado Francisco Coelho *(PS):* V. Exa. comprou o centralismo democrático e deu cabo da geringonça!

O Orador: … que a geringozinha possa incluir isso.

Agora, se há uma comissão dedicada a isso, como tivemos outras, que pediram pareceres a outras entidades, as mais diversas comissões desta Casa, eventuais, criadas para os mais diversos fins, a da reforma eleitoral (enfim, nós também fizemos parte) e pedimos pareceres externos, a do Estatuto onde pedimos ajuda externa a vários constitucionalistas, esta também pode ser a mesma coisa e recorrer a entidades externas. Não tem nenhum problema.

Agora se essa tem um fim específico dedicado… Ao contrário do que disse o Sr. Deputado José Contente, não é só por causa dos minerais, portanto eu acho que ele não leu a parte resolutiva do nosso Projeto de Resolução, mas eu recomendo-lhe que leia os quatros pontos do projeto resolutivo (quatro pontos do projeto resolutivo, o senhor não os leu). Não tem nada a ver com os minerais, apenas e só, Sr. Deputado José Contente.

Portanto, os senhores querem votar contra porque têm uma CEVERA, querem ser severos connosco, isso é outra conversa. Agora, os senhores não querem operacionalizar os nossos estatutos, os senhores estão a ser anti-autonómicos,…

Deputado André Bradford *(PS):* Não, não! Não apoiado! Não somos anti-autonomia!

O Orador: … os senhores não querem fazer uso daquilo que custou a aprovar na Assembleia da República e que algumas delas foram "tiradas a ferros", nomeadamente esta parte, Sr. Deputado Francisco Coelho, como bem se

lembra, e outras partes como na saúde, "tiradas a ferros" algumas conquistas do nosso Estatuto Político-Administrativo.

Nós temos o dever e a obrigação moral, enquanto açorianos, de respeitar o nosso povo e de operacionalizar a nossa Constituição que é o nosso Estatuto Político-Administrativo.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Aí é que estamos a ser verdadeiramente autonómicos e a dar valor, Sr. Deputado Francisco Coelho, ao adquirido autonómico. Era isso que nós faríamos.

Agora, eu não nego que numa Comissão que tem um âmbito lato, muito lato, como é a CEVERA, que numa manifestação de boa vontade, possamos incluir eventualmente a gestão das zonas marinhas, mas V. Exa. fica diluído naqueles objetos todos que temos que fazer, e não são poucos, trabalhosos e delicados.

Portanto, não me venham dizer que é mesma coisa…

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: … estarmos focados num assunto e termos que ver todos os assuntos que a CEVERA prevê. Não é a mesma coisa.

Portanto, para abordar pela rama, não vale a pena.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Ou fazemos um trabalho como deve ser, ou não.

E já agora eu reitero a pergunta: o Partido Socialista está disponível, se for a CAPAT a fazer o que nós propomos no nosso Projeto de Resolução, a aprovar a iniciativa?

A pergunta fica. Aguardamos a resposta.

Deputado André Bradford *(PS):* Isso será decidido na CAPAT!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não, não! Vai ser decidido aqui!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Vamos lá à resposta!

Deputado André Bradford *(PS):* Vamos com calma!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados… Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, não é vamos com calma.

Estamos aqui com toda a frontalidade a fazer uma pergunta ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como já se fez muitas vezes e como já muitas vezes chegámos a entendimentos para alterar projetos de resolução de maneira a conseguir consensos.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Exatamente!

O Orador: É o que eu estou aqui a propor-lhe, muito simplesmente, Sr. Deputado André Bradford.

Não há aqui jogo escondido. Os senhores estão disponíveis para, não sendo uma comissão eventual, ser a CAPAT, até noutro prazo mais alargado, que podemos também repensar isso, a fazer esse trabalho ou não está disponível para isso?

Ou então o que andaram aqui a fazer?

Depois pronunciar-me-ei sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Em primeiro lugar, a questão formal e de enquadramento da pergunta que o Sr. Deputado resolveu fazer. Nós estamos a debater um projeto concreto apresentado pelo CDS-PP que tem um conteúdo específico e uma parte resolutiva que não tem absolutamente nada a ver com a pergunta que o Sr. Deputado fez.

A meio do debate, pela forma como o debate foi decorrendo, o Sr. Deputado entendeu que havia de fazer uma outra proposta, que não tem sustentação formal, não tem iniciativa subjacente, mas que é uma pergunta política feita em plenário.

Eu achei, aliás de forma brilhante, que o Sr. Deputado Francisco Coelho já tinha respondido à sua pergunta, tal como antes o Sr. Deputado José Contente também já tinha respondido, dizendo que essa matéria está no leque potencial subsumida no leque de matérias que poderão ser tratadas e deverão ser tratadas…

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* "Está subentendida num leque de matérias"!

O Orador: Os senhores querem ouvir a resposta ou não querem ouvir?

Se essa matéria, no nosso entender, está incluída no leque de potenciais matérias a tratar pela dita CEVERA, pela Comissão Eventual que nós vamos apreciar daqui a pouco e que tem como objeto a reforma da Autonomia, se é assim, pois não é preciso criar outra.

Portanto, se não é preciso criar outra, temos esse fórum para poder discutir esta matéria.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* As Comissões Parlamentares não são um fórum!

O Orador: Mas mais disse o Sr. Deputado Francisco Coelho, que foi, nós até já dizemos de antemão que essa matéria será parte do debate e que não será nunca o Partido Socialista a ser um óbice, a fazer objeção à discussão dessa matéria.

Portanto, está tudo dito, Sr. Deputado.

Qual é a resposta que o Sr. Deputado quer mais?

A matéria pode caber na ação, no leque de competências da CEVERA e nós já dizemos de antemão que ela cabe lá dentro e nunca será por nós que isso não será debatido.

Portanto, não há mais resposta nenhuma a dar, Sr. Deputado.

Agora, do ponto de vista político, eventualmente se o debate tivesse mais um "picante" seria mais interessante, mas não será por nós.

A resposta está dada. Essa é a resposta e no âmbito da CEVERA poderemos com certeza discutir esta matéria como muitas outras.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado André Bradford, os açorianos que nos estão a ouvir agora em casa ficaram a perceber que as Comissões Parlamentares são um fórum de discussão de ideias.

Sr. Deputado André Bradford, quantas e quantas vezes esta Casa encarregou as Comissões Especializadas Permanentes de fazerem o trabalho dedicado a A, B ou C?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: Quantas?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Mas isto não é uma proposta!

O Orador: Mas vai ser, Sra. Deputada.

Há uma proposta feita que encarrega a Comissão Permanente de Economia de estudar os transportes aéreos na Região Autónoma dos Açores.

Há um Projeto de Resolução (estou a lembrar-me de um) que encomendou a projeção do impacto das *low cost* na Região Autónoma dos Açores.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Das quotas leiteiras!

O Orador: Das quotas leiteiras, do serviço prestado pela TAP, do serviço prestado pela SATA… Quer que lhe dê mais exemplos?

Mas isso era ou não era já do âmbito dessas Comissões?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Claro!

O Orador: Era! Então por que é que foi necessário fazer projetos de resolução a recomendar a essas comissões que fizessem isso, Sr. Deputado? Então não era necessário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Estão a dar razão ao PS!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não era o argumento do Partido Socialista!

O Orador: Como está no âmbito da CAPAT não é necessário fazer um projeto de resolução, não é Sr. Deputado Bradford?

Como está no âmbito da CAPAT então não é preciso fazer um projeto de resolução.

Então, o que se fez para traz foi tudo errado.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Desnecessário!

O Orador: Foi tudo desnecessário, porque estava no âmbito da Comissão de Economia,…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem! Muito bem visto!

O Orador: … porque estava no âmbito da CAPAT, porque estava no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, Sr. Deputado André Bradford.

Então para que é que existem as Comissões Especializadas Permanentes desta Casa? Não é para estudar os assuntos?

Deputado André Bradford *(PS):* Então por que é que o senhor propõe uma eventual?

O Orador: Como o senhor já propôs várias. Como o senhor propôs para as *low cost.* O senhor propôs e já propôs várias vezes que a CAPAT se dedique a fazer, durante aquele período, aquele estudo.

Não é dizer que na CAPAT temos um fórum aberto para discutir o assunto.

Deputado André Bradford *(PS):* Eu não disse isso!

O Orador: Sr. Deputado, acabou de o dizer.

Deputado André Bradford *(PS):* Não disse que era na CAPAT!

O Orador: Na CAPAT, sim senhor, ou na CEVERA.

Portanto, o senhor disse que a CAPAT estava no fórum para discutir isso.

Portanto, Sr. Deputado, não pode ser assim. Ou tratamos as coisas com seriedade ou não tratamos.

Se os senhores querem chumbar isto chumbem, agora arranjem um argumento válido.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Digam: "nós somos maioria; nós queremos chumbar isso".

Deputado André Bradford *(PS):* Esse argumento não é válido!

O Orador: "Somos maioria! Estamos a caminho do imperialismo socialista nos Açores, portanto, vamos chumbar isto".

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)* e **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sei que estou a prolongar o debate e que esse é o objetivo do Sr. Deputado Artur Lima. Portanto, é conscientemente que eu faço esta intervenção e entro mais uma vez no debate.

Mas há aqui uma coisa que tem que ficar absolutamente clara:

A última coisa que podia acontecer neste debate era ficar alguma ideia no ar de que o PS estava a exercer o seu poder maioritário para que não se discutisse esta matéria. Isto é absolutamente errado.

A única coisa que o PS não está a fazer é a dizer que não se discuta a matéria. Estamos a dizer exatamente o contrário.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não, não!

O Orador: Aliás, já nos comprometemos politicamente perante este Parlamento, perante a comunicação social e por essa via perante os açorianos, a discutir a matéria.

Portanto, não estou a perceber, Sr. Deputado.

A última acusação que o senhor pode fazer ao Partido Socialista é que exerceu neste debate o poder da sua maioria para que não se discutisse o assunto. Nós queremos discutir o assunto. Nós sempre quisemos discutir o assunto.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Então por que é que não meteram na parte resolutiva da CEVERA? Foi para não se comprometerem!

O Orador: Nós queremos ajudar a resolver o assunto, desde o tempo em que para os senhores isto não era um assunto. Foi o tempo em que tiveram a Ministra responsável pela tutela destes assuntos.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* O senhor sabe qual o problema? Essa cadeira está enferrujada! Quem se senta aí faz discursos redondos!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado André Bradford está no uso da palavra.

O Orador: Nós tanto queremos discutir este assunto como sempre quisemos, mesmo no tempo em que o CDS-PP não queria, porque a Sra. Ministra da tutela…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Qual foi o tempo?

O Orador: Foi o tempo em que a Ministra da tutela era a vossa líder partidária.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é mentira!

O Orador: Quantas iniciativas de criação de uma comissão eventual para discutir esse assunto é que os senhores fizeram durante o Governo da República anterior?

Portanto, para resumir e para terminar, garantindo que não voltarei a debate, o Partido Socialista quer discutir esta matéria, comprometeu-se a discutir esta matéria e disse inclusivamente que o faria no âmbito da Comissão Eventual que a seguir será criada.

Dizer que o Partido Socialista está a usar o seu poder para evitar que se discuta este assunto, é obviamente errado, incorreto e desonesto do ponto de vista político.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Está enfadada, Sra. Deputada?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado André Bradford, desonesto politicamente foi o que o senhor acabou de fazer.

Eu desafio, sobre pena de passar por faltar à verdade e de mentir nesta Casa,…

Deputado André Bradford *(PS):* Isso é mais grave!

O Orador: … a dizer quando é que o CDS se opôs, quando é que o CDS nos Açores se opôs…

Deputado André Bradford *(PS):* Eu disse que os senhores não tomaram iniciativa nenhuma!

O Orador: O senhor já não sabe o que é que diz.

Sr. Deputado, se o senhor já não sabe o que é que diz então eu já não tenho "remédio" para lhe fazer. Isso então já é consigo, já é outro problema que eu já não o posso ajudar.

Agora, politicamente desonesta foi a sua intervenção.

Nós queremos discutir uma coisa. O senhor não quer discutir está no seu direito, politicamente no seu direito. Não quer!

Quer chumbar? Chumbe!

Agora não vem com argumentos, nem nos vem acusar de que nós no passado nunca quisemos, porque o argumento então é válido à potência 10 para os senhores que estão aqui há mais de 20 anos e nunca o quiseram fazer, nunca o fizeram.

Deputado André Bradford *(PS):* Não fizemos, porque apareceu legislação que o enquadrou!

O Orador: Há mais de 20 anos! Há mais de 20 anos que os senhores nunca o quiseram fazer. Só o fizeram por reação ao Governo da República.

Mesmo assim, o Tribunal Constitucional, a vossa pretensão socialista era tão estratosférica ou tão oceânica, que o Tribunal Constitucional não vos deu razão. As pretensões levaram um chumbo do Tribunal Constitucional.

Deputado André Bradford *(PS):* Todos nós! Os Açores!

O Orador: Levaram o chumbo do Tribunal Constitucional, Sr. Deputado André Bradford.

Portanto, para ser politicamente sério tinha que ter dito tudo isso e não disse.

Agora, que quer chumbar isto, chumbe.

Agora não quer discutir com profundidade este assunto, porque com profundidade discutir este assunto é operacionalizar o que está referido no nosso Estatuto e no artigo 8.º.

Se quer englobar numa coisa que vai discutir o sistema eleitoral, etc., etc., numa Comissão com um objeto muito amplo, é uma opção, mas não é a opção correta, Sr. André Bradford.

A prova… Podia chamar-lhe até André Bradford, com a toda a estima e com toda a confiança.

Deputado André Bradford *(PS):* Obrigado! É mútua!

O Orador: Eu sei que é mútua.

O senhor não quer discutir, Sr. Deputado André Bradford e Sr. Presidente do Grupo Parlamentar. Está no seu direito. Os açorianos vão reconhecer que afinal o mar para os senhores só serviu para fazer política e guerrilha política contra o ex-Governo da República.

Mas eu sempre direi, para terminar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que afinal vieram corsários por aí abaixo e fizeram promessas, mas já se foram embora.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados Artur Lima e Francisco César)

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 14 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Peço a palavra para um protesto.

Presidente: Mas um protesto a?

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* É um protesto. Os apartes, Sra. Presidente, são declarações de deputados e são responsáveis por elas.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares…

A Oradora: O Sr. Deputado Artur Lima acabou de dizer que o Partido Socialista já me pagava para votar juntamente com ele.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Eu não disse isso!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares…

A Oradora: E o Sr. Deputado Artur Lima vai explicar…

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, eu não lhe posso dar a palavra.

A Oradora: … nesta Casa o que é que quer dizer.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Eu não disse isso!

A Oradora: Disse, disse, disse!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares…

A Oradora: Eu desafio! Levante-se e diga.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, eu peço-lhe que tenha calma.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* O senhor vai dobrar a língua! Não vale tudo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 10 minutos.

Eram 18 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 57 minutos.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em política, tal como na democracia, tal como na liberdade de expressão, há limites para tudo. Não vale tudo em nenhuma destas dimensões.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Eu considero que a dureza de um argumento político e do confronto político é uma coisa. A baixeza de outros argumentos é outra coisa. E considero que o Sr. Deputado Artur Lima se excedeu e aguardo um pedido de desculpas, nesta Casa, relativamente às duas invetivas que me dirigiu e que eu não posso admitir.

Muito obrigada.

(*) **Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares, só para a Mesa se justificar, uma vez que está a fazer uma interpelação à Mesa, há pouco não lhe concedi a palavra para o protesto, porque efetivamente tendo sido um aparte, eu nem sequer o ouvi, e como também é natural não há protestos a apartes, independentemente do seu teor, porque efetivamente eles são apartes. E foi por esse motivo que não lhe dei a palavra.

Fica registada a sua interpelação.

Para outra interpelação, Sra. Deputada?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Então, Sra. Presidente, e a mim não me dá a palavra?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não há aqui privilegiados!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Há igualdade de direitos regimentais para todos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

A Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Para uma interpelação à Mesa.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Se há um problema para resolver, resolvam fora desta Casa!

(*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, a Mesa está aqui para orientar os trabalhos. O Sr. Deputado Paulo Estêvão está inscrito para uma declaração de voto.

A Sra. Deputada Zuraida Soares fez uma interpelação à Mesa no seguimento de eu não lhe ter concedido a palavra para o protesto que ela pediu e que eu já lhe expliquei por que é que não lhe foi concedido.

A Sra. Deputada Zuraida Soares voltou a pedir a palavra para uma interpelação e tenho que ouvir o que a Sra. Deputada tem para dizer para saber se é uma interpelação ou não.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu solicito uma Conferência de Líderes de imediato.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um breve intervalo de 10 minutos. Eu chamo os líderes e o Sr. Secretário Regional à Mesa de reuniões para fazermos uma reunião.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sra. Presidente, uma interpelação.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu vou conceder a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, segundo eu percebi (eu não posso obviamente responder à Sra. Deputada Zuraida Soares numa interpelação), a Sra. Deputada Zuraida Soares estará muito indignada porque não lhe foi dada a palavra para ela fazer um protesto, segundo um aparte que eu tinha feito, quanto estava a trocar uns apartes com o Deputado Francisco César.

Eu não sei do que é que a Sra. Deputada Zuraida Soares se ofendeu, porque eu não pretendi ofendê-la. Agora, eu não vou justificar aqui um aparte, porque eu cumpro o Regimento, mas também não vejo, Sra. Presidente, ao abrigo de que norma, de que artigo… Eu acho que não ofendi a honra da Sra. Deputada Zuraida em nada.

O aparte que eu mandei ao Sr. Deputado Francisco César foi claro. Era uma conversa que estávamos a ter entre nós os dois. Quanto muito era para o Grupo Parlamentar do PS, não era uma coisa para a Deputada Zuraida Soares. Portanto, não sei do que é que ela se sente.

Agora se ela tem alguma coisa no subconsciente o problema não é meu.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, registo também a sua interpelação, mas também me parece que a bem do funcionamento normal do nosso Parlamento, foi pedida a reunião pela Sra. Deputada Zuraida.

Podemos fazer aqui uma breve interrupção. Conversamos todos porque efetivamente, a ser assim, vamos ter aqui um problema.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não vamos ter problema nenhum!

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Se a Sra. Presidente entende que a Conferência de Líderes que se vai fazer é para haver eventualmente uma conversa entre mim e a Deputada Zuraida Soares, eu não vou, porque não é para isso que existem as Conferências de Líderes.

Portanto, a Sra. Deputada abandonou o plenário, foi-se embora…

Se a Sra. Presidente está a convocar por outro motivo de condução dos trabalhos…

Deputado José San-Bento *(PS):* É sua obrigação ir! Convoque!

O Orador: … com certeza que lá estarei. Agora eu não vou discutir esse assunto.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma Casa de enorme prestígio, representativa de todos os açorianos.

Sra. Presidente, isto tem regras e as regras estão aqui, é o Regimento.

Nada contempla que qualquer deputado desta Casa tenha o poder de solicitar, através de uma interpelação à Mesa, a interrupção dos trabalhos do plenário e uma Conferência de Líderes. Isto é inusitado!

A Sra. Presidente pode achar, mais uma vez, que é uma questão de bondade dos trabalhos. É a sua opinião. Mas isto é a Casa da democracia em que tem que existir regras absolutamente claras para todos.

Não estamos aqui para este grau de subjetividade na condução dos trabalhos.

Lamento ter que lhe dizer isto, até porque tendo em conta o que aconteceu em relação ao recurso que apresentei da última vez, agora o que tenho que lhe dizer é o seguinte:

Não se trata de nenhum revanchismo em relação à Sra. Presidente e à forma como conduz os trabalhos, mas o que tenho que lhe dizer é que estou em absoluto desacordo, considero absolutamente irregular, a forma como estão a ser conduzidos os trabalhos neste momento.

É inusitado, é um precedente gravíssimo, alguém levantar-se e pedir uma Conferência de Líderes e a Sra. Presidente diz: "concedida, vamos reunir".

Isto é inacreditável!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão,…

O Orador: A Sra. Presidente fez uma interrupção. Já tinha feito uma, agora faz outra interrupção completamente despropositada e isto é destruir o prestigio desta Casa, Sra. Presidente.

Deixe-me que lhe diga: é destruir o prestígio desta Casa!

Há regras. As reuniões realizam-se noutras circunstâncias.

Estão aqui 57 deputados. Uma questão pessoal não pode sobrepor-se ao interesse coletivo da condução dos trabalhos.

Desculpe, Sra. Presidente, discordo em absoluto da forma como está a conduzir.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, registo a sua interpelação, mas vamos lá ver uma coisa:

Para já não há precedentes, porque não é a primeira vez que interrompemos os trabalhos para fazer Conferências de Líderes.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não, não!... Por sua iniciativa!

A Oradora: Aliás, essa situação, infelizmente, é mais frequente do que todos gostaríamos.

Outra questão: a interrupção que eu fiz há pouco, e farei todas as que forem necessárias, foi para que efetivamente os trabalhos decorram dentro da normalidade e com a dignidade que este Parlamento merece.

Eu peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, depois desta Conferência de Líderes, vamos continuar os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão está inscrito para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante este chumbo do Partido Socialista à iniciativa do CDS que propõe a criação duma comissão eventual dando oportunidade à Região de ter uma palavra sobre o que pode e deve ser partilhado, assim como os termos concretos em que se processa essa partilha dos nossos recursos marinhos, só se pode concluir das duas uma:

Ou afinal não há qualquer intenção de fazer alguma alteração à gestão partilhada dos nossos recursos e vamos continuar num limbo, navegando em águas turvas à mercê daquilo que possa decidir o Governo da República;

Ou o Partido Socialista considerada que esta Assembleia não tem que ser tida nem achada no que toca à exploração da enorme riqueza do nosso mar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então avançar com a nossa Agenda. Entramos agora no ponto 21: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 10/XI – "Recomenda a realização de um estudo sobre a abstenção eleitoral nos Açores - Abstenção técnica e abstenção consciente: Evolução, causas e formas de combate".**

Este pedido de urgência sobre este Projeto de Resolução é subscrito pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e pela Representação Parlamentar do PPM.

Pergunto se vai haver justificação da urgência?

(Pausa)

Sendo assim vamos passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sendo assim entramos agora no ponto 22 em concreto, sobre este Projeto de Resolução.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de esclarecer a câmara que farei esta apresentação atendendo ao conteúdo do que está em causa e, por se tratar de uma iniciativa conjunta de vários partidos, não farei, nesta minha primeira intervenção, qualquer apreciação do ponto de vista político-partidário para que depois todos possamos fazê-lo em condições de igualdade.

Este Projeto de Resolução visa recomendar a realização de um estudo sobre a abstenção eleitoral nos Açores, do ponto de vista da abstenção técnica, mas também do ponto de vista da abstenção por razões políticas – portanto, numa dupla perspetiva – porque na sequência dos resultados e dos valores que a abstenção atingiu no último ato eleitoral para esta Casa, em outubro do ano passado, e tendo também em atenção que isso é o culminar de um histórico consecutivo de subida da abstenção, os partidos subscritores entenderam que esta seria uma boa base de partida para se desenhar um conjunto de medidas que o sistema político deseja implementar na procura de um maior

envolvimento dos açorianos com o seu sistema autonómico e nomeadamente ao nível ao participação eleitoral.

Esta Resolução visa em concreto a realização desse estudo que tem alguns itens que devem ser contemplados:

Analisar a abstenção no Estado de Direito Democrático do ponto vista geral. Impactos e consequências;

Analisar a abstenção em concreto nos Açores de 1976 a 2016, portanto, no âmbito do sistema autonómico;

O peso da abstenção técnica e a respetiva evolução;

As razões para que aconteçam esses níveis de abstenção, tanto do ponto vista técnico como do ponto de vista político, tendo por base a consciência que os partidos subscritores têm de que o fenómeno que se regista nos Açores tem particularidades, é mais acentuado do que se passa no plano nacional, e essas particularidades, sobretudo do ponto de vista técnico, justificam em boa parte o facto de ser mais elevado do que a nível nacional.

É o estudo que o vai definir, quantificar de forma correta, exata e rigorosa, mas todos partimos da presunção de que o sistema de recenseamento automático existente e o facto de termos uma comunidade emigrante muito numerosa que recorre ao Cartão de Cidadão e que automaticamente fica por isso recenseada, tem influência e peso nestes níveis de abstenção.

Portanto, trata-se de, para podermos futuramente desenhar um programa de medidas, quer na componente técnica, quer na componente política, que possam atalhar e melhorar estes resultados, temos de partir de uma base sólida de análise do problema e essa base sólida, científica e rigorosa, deve ser conferida através da realização de um estudo desta natureza que terá, segundo a Resolução, uma duração máxima de um ano, a partir da publicação da Resolução.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Pela exposição que acabámos de ouvir do Sr. Deputado André Bradford, facilmente toda a gente percebe que a Comissão vai tratar de todos os assuntos menos daquele…

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Este é sobre a abstenção!

O Orador: Ah, este é sobre a abstenção. Então peço desculpa!

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima prescinde?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Tem então agora a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu lembro um evento que ocorreu talvez a um mês ou dois meses antes das eleições do passado dia 16 de outubro, onde creio que estavam todos aqueles, à exceção do PCP, que na altura eram líderes parlamentares, um evento da responsabilidade de uma associação cívica, a Associação Séniores de São Miguel, justamente sobre o fenómeno da abstenção, antes ainda da ocorrência do ato eleitoral, em que havia uma coincidência, eu diria quase unânime, quer na avaliação deste fenómeno por parte de todas as forças políticas que aqui estão representadas e a manifestação também de uma preocupação relativamente ao recrudescimento do fenómeno da abstenção, à evolução extremamente acentuada que vinha sendo conhecida e que, passado o tal mês ou dois meses, não sei agora precisar exatamente quando é que foi, creio que foi no mês de setembro, julgo eu, acabou por no dia das próprias eleições, provavelmente no seio (não consigo confirmar isto por completo) das declarações do próprio dia eleitoral feitas por todos os partidos, assinalar, no

fundo, que a preocupação que existia há um mês tinha efetivamente dado lugar ao nível de abstenção perfeitamente desusado e perfeitamente indesejado.

As reações foram também aí muito semelhantes, a preocupação de todos os partidos foi semelhante, ou seja, este é um fenómeno que a todos preocupa, deve preocupar todos os políticos e deve preocupar também esta primeira Casa da Autonomia onde estão os representantes do povo açoriano.

É um fenómeno que nos preocupa a todos e por isso consideramos extremamente importante que seja também dado um primeiro passo por esta primeira Casa da Autonomia para que se faça uma análise profunda deste fenómeno e que se comece a partir para eventuais soluções que levem à redução do nível de abstenção que realmente está a atingir níveis muito indesejáveis.

Este é um fenómeno que é perfeitamente indesejável e cabe-nos a nós dar esse primeiro passo em prol da democracia nos Açores. Entendemos por isso que é perfeitamente oportuno e pertinente e realização deste estudo.

Falando já do próprio Projeto de Resolução em si, o facto de ser apontada a Universidade dos Açores como liderando, digamos assim, este estudo, ainda que recorrendo a outras entidades com peso relativamente a esta matéria, pensamos estar aqui também a valorizar uma instituição que é aquela que nos pode conduzir a um trabalho mais profundo, fazendo uma análise e estabelecendo depois conclusões criteriosas que se pretendem relativamente a esta matéria.

Portanto, consideramos que é pertinente a realização deste estudo, é fundamental darmos passos para aumentar a participação democrática dos açorianos, aumentarmos a participação dos açorianos nas decisões sobre a sua terra e nas decisões sobre o seu futuro.

Por isso, o facto do PSD se ter prontamente associado à subscrição deste Projeto de Resolução. Fê-lo convictamente e fê-lo de forma pronta, não

necessitando de uma análise muito substancial para se associar no fundo a este Projeto.

Portanto, a partir do momento em que subscrevemos esta iniciativa, naturalmente iremos votá-la favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante estes dias tenho saudado sempre o público e é pelo público que começo a minha intervenção.

Quando falamos de abstenção falamos necessariamente do voto. E é o público que assiste aos trabalhos da nossa Assembleia, quer em plenário, quer também os trabalhos que são desempenhados fora do plenário através da comunicação social, competindo ao público também conhecer aqueles que são os trabalhos desenvolvidos nas várias comissões. Portanto, é o público que nos coloca aqui com o seu voto e é também o público com o seu voto que nos pode muito bem retirar de cá, em vez de outro.

Nunca é demais, por isso, recordar que o voto suporta a democracia representativa.

Nesse sentido, as Assembleias são fruto do poder popular expresso pela delegação desse mesmo poder em representantes eleitos, sem excluir, é claro, as mais diversas formas de democracia direta, garantidas quer pela Constituição da República Portuguesa, quer pelo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A abstenção consciente é um sinal de distanciamento dos cidadãos e das cidadãs face a quem os representa e são os governantes que, infelizmente, não raras vezes, ocasionam sempre momentos de desprezo por parte dos eleitores

pela forma como se tem em conta as suas expetativas e anseios no exercício da atividade política, colocando em risco a democracia.

O estudo proposto será inédito na Região e resulta de um consenso de que é necessário contrariar o aumento que se tem verificado de ato eleitoral em ato eleitoral da abstenção, e que no caso específico das eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores constitui-se como uma ameaça à própria Autonomia.

Infelizmente vulgarizou-se a distinção artificial e perigosa entre aquilo que se convencionou como classe política e sociedade civil, uma perspetiva indiciadora já de si de um distanciamento entre representantes e representados.

Interessa, pois, conhecer as mais diversas razões para que os representados dispensem o seu direito de escolher quem os representa, de acordo com as suas convicções político-ideológicas.

As estimativas publicadas sobre a abstenção técnica na Região, devido ao recenseamento automático pela generalização do Cartão de Cidadão, revelam que têm um peso significativo na totalidade da abstenção.

Este estudo permitirá clarificar as diversas origens desta forma de abstenção.

Também importará identificar e conhecer os fatores associados à abstenção e o perfil de quem se abstém.

O conhecimento proveniente da conjugação dos resultados e das conclusões da abstenção técnica e da abstenção consciente, acompanhado da devida vontade política, serão o primeiro grande passo em direção ao aprofundamento da democracia na Região.

Estudos internacionais dão-nos algumas pistas importantes, mas que apesar de ajudarem a vislumbrar possíveis fatores para o alinhamento político que leva à abstenção, poderão não explicar de todo, ou só explicar em parte, o porquê das elevadas taxas de abstenção registadas na Região.

O alinhamento político poder-se-á dever genericamente à perceção da eficácia e confiança política. A perceção da eficácia política traduz-se no reconhecimento de que o voto individual influencia o modo como um país, uma região, um concelho ou até mesmo uma freguesia é governada, na ideia individual de que os representantes têm em conta as opiniões e expectativas dos representados, no nível da complexidade associada à política percebida pelos eleitores e a identificação individual relativamente à atividade política.

A abstenção consciente, por sua vez, poderá também ser resultante da falta de confiança política nos representantes e governantes.

A confiança política que se traduz na confiança, ou melhor na convicção, de que os representantes e governantes fazem aquilo que é correto, de que representantes e governantes fazem aquilo que deve ser realmente feito, na sinceridade transmitida pelos representantes e governantes e que relevo é atribuído pelos representantes e governantes aos interesses do povo.

Esperamos que com este estudo possamos ter dados concretos e precisos para conhecer as razões do desalento dos abstencionistas que permitam criar condições para que se valorize a democracia e a política.

Esta é uma iniciativa que naturalmente subscrevemos, porque não basta lamentar as elevadas taxas de abstenção.

É urgente agir!... E este é o primeiro passo para que se tomem medidas.

Obrigado.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como referiu o Sr. Deputado António Marinho há bocado, já sobre este assunto tivemos um pequeno fórum de discussão na Associação de Séniores de São Miguel, onde estávamos praticamente quase todos dos que estão aqui.

É claro que entre a abstenção técnica e aquela abstenção que é consciente, também sabemos que na nossa Região, sobretudo (não sei se o problema é comum a outras, como por exemplo à Madeira, que é outro arquipélago), se faz com aquela norma um bocadinho "abstrúncia" do Cartão de Cidadão.

Antigamente o recensear era um ato cívico. Tínhamos consciência que nos íamos recensear. Quando fazíamos 18 anos, íamos há Junta de Freguesia para nos recensearmos. Os nossos pais ensinavam-nos que tínhamos que nos recensear para podermos votar.

Ora, o que se passa hoje em dia – e eu vejo, porque também já tenho filhas nessa idade – é que os miúdos não têm consciência de que estão recenseados.

Quando antes o recensear era um ato consciente, que fazíamos com consciência, que sabíamos que tínhamos ganho mais um direito, hoje em dia parece-me que a juventude não tem essa consciência de ter ganho mais aquele direito de votar, porque automaticamente aos fazerem 18 anos estão recenseados.

Obviamente, depois com a abstenção consciente em casa, se o pai não vota, se a mãe não vota, o miúdo com certeza não vai perguntar se está recenseado e se pode votar. Haverá um caso ou outro que pergunta, mas naturalmente que não será a regra.

Portanto, daí que esta Comissão seja absolutamente muito fundamental, até para percebermos dentro da nossa idiossincrasia, que tem outra particularidade que é ser ilhas e sistemas eleitorais por ilha.

Como já vimos, essa abstenção pode afetar mais umas ilhas do que outras e já percebemos que afeta sobretudo (pode afetar sobretudo!) as mais pequenas, como foi o caso agora da Ilha de São Jorge, que devido a essa abstenção, presumo que técnica, perdeu um deputado.

Ou seja, no limite, este sistema que é um bocadinho incompreensível, pode levar a que as ilhas mais pequenas vão perdendo poder político e de representação aqui nesta Casa, ou seja, na Assembleia Legislativa, portanto poder para estarem aqui representados e defenderem os seus interesses, já que estamos organizados em círculos de ilha.

Por outro lado, é interessante perceber as dinâmicas, também por uma coisa que acho que temos que encarar de outra maneira, é que os nossos emigrantes quando vêm, para terem alguns direitos cá, fazem o Cartão de Cidadão, mas efetivamente não são residentes cá.

Temos freguesias em que o número de eleitores é superior ao número de residentes.

Deputado André Bradford *(PS):* E ilhas!

O Orador: Ainda temos. Portanto, é fundamental perceber isto.

Também é fundamental esclarecer esse assunto, e eventualmente também fazer um outro tipo de inscrição de emigrante (naturalmente não pode perder os direitos que tem), uma inscrição que não lhe confira o direito a ser recenseado.

Eu não sei como é que se faz essa alteração na lei, não sei como é que se vai propor isto.

Temos que conciliar isto para que os emigrantes não possam perder os direitos que têm quando cá estão ou quando voltam à sua terra, depois de uns anos, nomeadamente à saúde, à Segurança Social, etc., por aí fora. O que acontece é que eles fazem o Cartão de Cidadão absolutamente por isto.

Acho que a Universidade dos Açores fará o estudo, ouvirá muita gente. Nós teremos um papel ativo nisto, mas presumo que, em primeiro lugar e em nossa opinião, o ato de se recensear deverá ser um ato consciente.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* E ativo!

O Orador: E ativo!

Que as pessoas tenham consciência do que é que estão a fazer e para o que estão a fazer, para que é que serve.

Acho que se tiverem um Cartão de Eleitor próprio (eu tenho ainda o meu, conserve-o, já é uma recordação, como tantos outos aqui o têm) poderá ser um caminho para que cada um saiba – como tem a Carta de Condução, tem o Cartão de Eleitor – que este cartão é específico para um fim.

Pode ter sido uma boa intenção de quem fez e de simplificação de quem fez o Cartão de Cidadão, meter lá todos os dados e automaticamente fazer o recenseamento, mas acho que resultou num nível elevado de abstenção técnica que temos que tentar perceber.

Quanto à abstenção inconsciente, pois o que nós ouvimos e ouvimos muitas vezes, é que as pessoas desacreditam nos políticos, a começar por nós. Não vamos primeiro atirar "achas aos outros", e primeiro ao Governo, mas comecemos por nós.

As pessoas não acreditam nos deputados, enfim, dizem o que dizem, todos nós ouvimos. A classe política hoje não goza das maiores boas famas, digamos assim, mas sobretudo acho que também não percebem o poder que um deputado tem, porque não tem poder para lhe arranjar emprego ou para lhe resolver os problemas, salvo tirando um ou outro.

Mas sobretudo acho que também começam a julgar que qualquer que seja o Governo não cumpre o seu programa eleitoral, não cumpre aquilo que prometeu ou que inscreveu no programa eleitoral, independentemente da cor, de ser do Partido Socialista, ou ser do Partido Social Democrata, ou do CDS, ou de quem quer que seja.

Quer dizer, qualquer um deles, até hoje, tem feito compromissos e programas eleitorais vastíssimos, que todos nós sabemos que não cumprem.

E sobretudo há uma coisa pior, é quando fazem coisas que não estão no programa eleitoral.

As pessoas elegeram aquele Governo com um determinado programa eleitoral, deram a vitória àquele partido, ou àqueles partidos, para formarem governo. Depois, no decorrer dos trabalhos e quando há maioria absoluta, quer seja de um ou de dois partidos, resolvem exatamente tomar medidas que são contrárias àquelas que estavam inscritas no programa eleitoral, como bem recentemente, e no passado recente, aconteceu em Portugal.

Portanto, achamos que este estudo é absolutamente fundamental e muito interessante, além de percebermos os porquês da abstenção, será também um estudo para avaliarmos de algum modo sociologicamente a nossa sociedade, e talvez as nossas ilhas, os nossos estratos etários, e percebermos até que ponto é que eles se interessam pela participação cívica na sua terra.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma questão da maior importância e que interessa estudar de forma muito objetiva e aprofundada.

Nas últimas eleições legislativas, se olharmos para os cadernos eleitorais e se fizermos as contas, chegamos à conclusão que o partido governamental, o partido que sustenta o Governo dos Açores, obteve apenas 19% dos votos. Se somarmos todos aqueles que têm direito a voto e que estão nos cadernos eleitorais, representam o universo de que estamos a falar.

Portanto, 19% das pessoas que estão registadas nos cadernos eleitorais votaram no Partido Socialista, no partido que sustenta o Governo e que, por sua vez, aprovou o Programa do Governo, do qual o Governo depende do ponto de vista do apoio parlamentar.

Deputado André Bradford *(PS):* E em si quantos votaram?

O Orador: Eu não o interrompi, Sr. Deputado. Já chega de incidentes parlamentares.

Portanto, 19% do eleitorado votou no Partido Socialista.

Ora, isto representa uma diminuição muito significativa da base de legitimidade eleitoral.

É evidente que – e eu falei no Partido Socialista porque é a força política que sustenta o Governo – este é um fenómeno que afeta o Partido Socialista e todos os outros partidos aqui representados neste Parlamento.

Deputado José San-Bento *(PS):* E isso aplicado ao PPM quanto é que dá?

O Orador: É evidente que existem questões políticas e existem questões técnicas. Algumas destas questões técnicas começam, ou começaram também, na inauguração do nosso sistema político, por ser questões políticas.

Por exemplo, no sistema político das Canárias, a diáspora, há um conjunto enorme de população que vive no exterior que pode votar na Galiza ou nas comunidades autónomas espanholas. O Estado Espanhol contemplou, através da Constituição, a possibilidade de participação das respetivas diásporas dos territórios autónomos da Espanha.

Em Portugal, em 1976, a decisão foi diferente.

Nós, nos Açores, não temos direito a criar, através da nossa Lei Eleitoral, um sistema eleitoral que contemple círculos de emigração, os círculos que representem a diáspora.

Essa questão para nós é uma questão da maior importância. Todos que estamos aqui sentados neste hemiciclo sabemos porquê. É porque a diáspora dos Açores é de enorme dimensão e, além de ser de enorme dimensão, mantém uma relação forte com a comunidade açoriana, uma relação forte e muito solidária.

Nós sabemos que nos maus momentos podemos contar com eles.

É uma limitação para a Autonomia dos Açores que a diáspora não possa exercer o direito de voto, de manifestar a sua opinião no âmbito do sistema político açoriano.

Essa é uma limitação política.

É evidente que as novas regras associadas ao Cartão de Cidadão estão a incluir nos cadernos eleitorais dos Açores um conjunto muito alargado de pessoas que não residem permanentemente nos Açores.

Esse número é um número muito significativo e faz aumentar de forma significativa a abstenção nos Açores, por isso os nossos resultados também são tão grandes. Eu tive a oportunidade de dizer isso antes das eleições.

Portanto, esse é um fenómeno que será estudado. Vamos ver a amplitude realmente dos resultados que está de alguma forma a distorcer, mas seja como for é da maior importância estudar, até porque nestas últimas eleições já tivemos algumas alterações no âmbito do nosso próprio equilíbrio, em termos de representatividade das ilhas. São Jorge perdeu, por exemplo, um representante e São Miguel ganhou um.

Se pensarmos de forma lógica e racional, podemos chegar à conclusão que há uma enorme comunidade, uma diáspora com um número muito significativo, que tem evidentemente uma representatividade desigual e que significa uma percentagem diferente em cada umas das ilhas dos Açores.

Se o fenómeno se aprofundar, o que pode acontecer, e por isso é que é tão urgente mudar a Lei Eleitoral, é podermos ter uma representação distorcida da vontade dos açorianos na medida em que a representação das diversas ilhas, dos diversos círculos eleitorais, está condicionada pelo número de eleitores presentes no caderno eleitoral, e esses eleitores que estão presentes no caderno eleitoral nem sempre são residentes permanentes.

Portanto, estamos a falar de um problema de enorme complexidade.

A segunda parte da minha intervenção tem a ver com o facto de eu querer aqui reconhecer que este não é apenas um problema dos Açores.

É evidente que nos Açores temos mais um fator de cansaço da população que tem a ver com a falta de alternância no poder, ou seja, o exercício do poder, ao longo de muitos anos – no final desta Legislatura vamos somar 24 anos –,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Bem visto!

O Orador: … por parte de um partido político ao longo de muito tempo.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Bem visto! Cansa, cansa!

O Orador: Isto é verdade para o Partido Socialista atualmente, como seria para qualquer outro partido, ou como foi no passado em relação ao PSD.

Isto leva a que quando não existe alternância há algum cansaço da população e este é também um dos elementos políticos que podemos considerar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É verdade!

O Orador: Mas há um fator sobretudo que tem a ver com aquilo que está a acontecer em toda a Europa. O que está a acontecer em toda a Europa é de facto a imergência dos populismos.

Deputado André Bradford *(PS):* Disso o senhor percebe bem!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Incomoda-o!

(Pausa)

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar.

A questão fundamental, do ponto de vista europeu, tem a ver com a diminuição da legitimidade dos sistemas parlamentares.

Os partidos políticos e os Parlamentos estão a perder prestígio perante as respetivas opiniões públicas.

Não é nada de novo. Quando os sistemas parlamentares foram criados no séc. XVIII já nasceram desprestigiados perante muita opinião pública.

Na década de 30 os sistemas parlamentares foram atacados pelos regimes fascistas e nazi e também comunista. Conseguiram triunfar depois durante a II Guerra Mundial, mas este perigo dos populismos, de quem escolhe uma solução radical, é algo que está outra vez em cima da mesa, está a atingir os Açores, como está a atingir toda a Europa e também vimos recentemente os próprios Estados Unidos.

Por isso, também há um problema que tem a ver com uma conjuntura do tempo que estamos a viver e dos problemas que afetam as sociedades atuais.

Termino dizendo o seguinte:

Há uma explicação regional, há com certeza uma explicação técnica e há uma explicação que tem a ver com os tempos que estamos a viver.

Portanto, o grupo que vai realizar este trabalho tem realmente uma tarefa de enorme complexidade, porque o número de razões que explicam o desprestígio das instituições políticas, e por isso o aumento da abstenção, é muito significativo, a complexidade é enorme.

Este estudo é um estudo muito bem-vindo e é um estudo de enorme importância.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo *(PCP):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PCP, a razão de fundo para a elevada abstenção não se coloca só no plano técnico, mas também no plano político.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Para o PCP, a fraca participação eleitoral é um reflexo claro e óbvio da deceção dos eleitores com o continuado não cumprimento de compromissos por parte dos agentes políticos.

As campanhas eleitorais demagógicas em que tudo se promete para nada se cumprir não poderiam ter outro resultado.

Mas também perante a falta de alternativas afasta muitos açorianos da participação eleitoral. A ideia de que, por exemplo, as eleições regionais, se destinam apenas a eleger o Presidente do Governo Regional e não 57 Deputados, também estimula a abstenção.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem! Muito bem-dito! Esqueci-me dessa!

O Orador: A primeira e mais eficaz medida de combate à abstenção política passa pelo cumprimento dos compromissos eleitorais que se assumem com os eleitores, ou seja, com a resolução dos problemas reais e concretos das pessoas e com a concretização de políticas que contribuam para um modelo de desenvolvimento sustentável e, como tal, social e economicamente justo.

Venho da ilha que teve a segunda menor taxa de abstenção dos Açores.

Deputado José Ávila *(PS):* E a primeira qual foi?

O Orador: Um resultado que mostra que quando as pessoas reconhecem alternativas políticas sérias e credíveis não se abstêm. Pelo contrário, participam e com entusiasmo.

Deputado José Ávila *(PS):* Diga lá qual foi a primeira!

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queremos com isto dizer que não reconhecemos que existem problemas técnicos, nomeadamente os que se relacionam com o recenseamento eleitoral, e não será o PCP a bloquear a vontade de aprofundar o conhecimento destas questões.

Deputado André Bradford *(PS):* Não vai ser de certeza absoluta!

O Orador: Mas o nosso voto favorável não pode ser confundido com um branqueamento das grandes e profundas responsabilidades políticas dos partidos que têm governado a Região e o País em relação à elevada abstenção eleitoral.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** *(Berto Messias):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu não tinha previsto intervir, porque é entendimento do Governo que aquilo que são matérias de âmbito exclusivamente parlamentar, como é o caso das comissões eventuais e o caso de estudos realizados pelo Parlamento, o Governo não deve, nem tem de se pronunciar.

No entanto, tendo em conta a questão que está a ser debatida, a questão da abstenção, e tendo em conta também algumas considerações que foram aqui feitas, julgo pertinente que o Governo participe também neste debate.

Em primeiro lugar, não posso deixar de me dirigir ao Sr. Deputado do PPM, Paulo Estêvão, quando afirma que o Governo está assente e é apoiado pelo Partido Socialista que teve 19% dos votantes nas últimas eleições regionais.

Bom, eu nem me arriscaria a referir a percentagem de votos que teve o PPM nas últimas eleições e não é por isso (e não é por isso!) que a legitimidade que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem para estar ali sentado está minimamente reduzida ou está minimamente condicionada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Até porque, permitam-me dizer, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, ao longo da sua intervenção, assenta nos pressupostos em que este debate nunca deve estar, ou seja, a culpa da abstenção é dos outros,…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: … a culpa da abstenção não é problema nosso e utiliza…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Ouviu a minha intervenção?

O Orador: … as causas da abstenção como arma de arremesso político contra o Partido Socialista e contra o Governo dos Açores…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Os senhores ouviram a minha intervenção?

O Orador: … para insinuar narrativas partidárias…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia)

O Orador: … que na nossa perspetiva não são as mais corretas.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, em nome do Governo dos Açores, gostaria de saudar o consenso que foi conseguido para a realização deste estudo, a forma como foram definidos os pressupostos que estarão em estudo nesta questão, a forma como é definida também as parcerias que estudo vai desenvolver até porque me parece importante que isto não seja uma discussão ou um estudo de políticos para políticos e que possa também envolver a chamada sociedade civil e aqueles que estão supostamente lá fora a desenvolver investigação sobre estas matérias há longos anos.

E também dizer o seguinte: a questão da abstenção e as preocupações à volta da abstenção não são questões que devam ser tidas em conta nas semanas que antecedem as eleições ou muitos menos ser um ato de contrição pós-eleitoral. Devem ser uma preocupação permanente.

Deputado José San- Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: E não há melhor contributo que todos nós, o Governo desde logo por ter uma ação executiva, mas todos os partidos políticos, no âmbito das suas funções, no caso legislativas, executivas ao nível dos municípios, das Juntas de Freguesia, não há melhor forma de combater a abstenção que é todos os dias estarmos sintonizados com os problemas das pessoas, conseguirmos responder aos anseios das pessoas e conseguirmos responder positivamente às preocupações das pessoas.

E também tenho que ser justo:

Todos os partidos aqui representados já por diversas vezes manifestaram preocupações com a abstenção, manifestaram a necessidade de intensificar a sua ação para reduzir a abstenção e agora conseguem chegar a este consenso alargado para se realizar este estudo e em nome do Governo dos Açores fica também aqui o nosso comprometimento para o passo seguinte, ou seja, para operacionalizar no âmbito das nossas competências, aquilo que serão as recomendações que venham a decorrer das conclusões deste estudo.

Permitam-me no âmbito daquilo que referi há pouco, do trabalho que os partidos políticos têm vindo a desenvolver nesta matéria, de deixar de referir o trabalho que o Partido Socialista desenvolve nesta matéria há muito tempo também, relembrando até a moção sectorial que apresentou no último Congresso do Partido Socialista…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Ó senhor fica-lhe mal como Membro do Governo, dizer isso!

O Orador: … mais participação melhor democracia, que defendia também esta preocupação.

Deputado António Marinho *(PSD):* O senhor é Membro do Governo, já não faz parte do Grupo Parlamentar!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* O senhor agora faz parte do Governo!

O Orador: Também o Partido Socialista,…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* O senhor é membro do Governo dos Açores!

O Orador: … com todos os outros partidos políticos e pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e defendido por todos, julgo que este estudo será um importantíssimo contributo para que possamos perceber mais aprofundadamente os problemas que decorrem da abstenção na nossa Região, aquilo que causa essa abstenção, quer políticos, quer sociais, quer económicos, quer técnicos e daí todos nós, o Governo, os partidos e sobretudo os cidadãos açorianos possam beneficiar desse trabalho.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

É claro que se todos estamos focados no objetivo de esclarecer a abstenção, nem todos estamos no mesmo lado quando se trata de algumas justificações.

E há uma que denunciámos na campanha toda (já o tínhamos feito na outra campanha) e que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo aqui muito bem lembrou, que é "sou candidato a Presidente do Governo".

É uma forma de enganar os eleitores e de obtenção eleitoral ilegítima, porque não há candidatos a Presidente do Governo, o que pode haver é, se o partido x ganhar, indicar y para presidente do Governo. Isto é que é seriedade e que se impõe na política.

O que aconteceu foi que os dois maiores partidos, cada um dos líderes, se apresentou como candidatos a Presidente do Governo.

Deputado José San-Bento *(PS):* O que não diria se não apresentássemos um candidato a Presidente do Governo!

O Orador: O Sr. Deputado José San-Bento quer inscrever-se?

Deputado José San-Bento *(PS):* Não!

O Orador: Eu sei que V. Exa. tem opinião sobre isso.

Presidente: Srs. Deputados…

Deputado José San-Bento *(PS):* O que o senhor não dizia se o PS não apresentasse um candidato a Presidente do Governo: estávamos a esconder, estávamos a enganar!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça favor.

O Orador: Não, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento *(PS):* Já o conheço há muitos anos!

O Orador: Exatamente! Sr. Deputado José San-Bento, exatamente por isso, sabe o que é que eu penso e o que nós já discutimos sobre essa matéria. Exatamente por isso. E sabe que eu defendo, se quiser ser honesto,…

Deputado José San-Bento *(PS):* Sou sempre honesto!

O Orador: Então pronto!

… sabe que eu sempre fui contra, nas nossas conversas que foram muitas e sobre outras matérias, a que um candidato se anunciasse como candidato a Presidente do Governo, porque não existe no nosso regime autonómico. É o regime parlamentar puro!

Deputado José San-Bento *(PS):* Indiretamente é o candidato!

O Orador: Eu não vou agora perder tempo a discutir consigo uma coisa que o senhor sabe tão bem como eu.

Agora, o exemplo que se tem que aceitar, é que se quando os eleitores fazem uma escolha e os senhores ganham as eleições, os senhores estavam cobertos de razão; quando votam noutro e ganha as eleições, esse outro já não tem razão. Aí já não pode ser, Sr. Deputado André Bradford.

Ouça! Eu sei que às vezes não é agradável ouvir, mas temos que ouvir. As coisas são assim.

Eu ouvi os senhores várias vezes justificarem: "não, não, nós fazemos assim porque temos maioria absoluta, porque o povo nos deu".

Isso é o pior argumento que se usa em democracia e também leva ao aumento da abstenção, porque as pessoas também o sabem e na rua dizem que fazem isto porque têm esmagadora maioria absoluta. As pessoas também o dizem, dizem a si como dizem a mim.

Deputado André Bradford *(PS):* A mim não me dizem!

O Orador: Dizem! Dizem, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford *(PS):* Comigo na rua falam muitos menos do que com o senhor!

O Orador: Comigo falam muito, felizmente, porque eu ando na rua e falo com as pessoas.

E vou dizer-lhe mais, Sr. Deputado:

Eu fui o primeiro a dizer que nós, deputados, somos altamente escrutinados, ao contrário do Governo que devia ser mais escrutinado, e daí o nosso papel de aqui escrutinarmos o Governo, na defesa de quem nos elegeu. Poucos ou muitos, 70, 200, 500 ou 1000, Sr. Deputado, cada um foi eleito com a sua legitimidade.

Deputado José San-Bento *(PS):* Quem levantou esse assunto foi o PPM, não foi o CDS!

O Orador: Não fui eu.

Lá está o senhor. O Deputado com menos votos foi eleito legitimamente pelo povo da ilha do Corvo.

Deputado André Bradford *(PS):* Ele pôs em causa a legitimidade da eleição do PS!

O Orador: Ele foi eleito legitimamente pelo povo da Ilha do Corvo.

O senhor esclarecerá isso com ele. Eu não tenho nada a ver com esse assunto.

Agora, nestas coisas, cada um tem a sua legitimidade e cada um está aqui para representar os eleitores.

Se nessa matéria estamos de acordo, é preciso que nessas e noutras também possamos chegar a uma base entendimento para que efetivamente possamos diminuir essa abstenção. Mas o que as pessoas se queixam muito é quando o Governo…

Há um programa aí que os senhores prometeram, um programa das pessoas se inscreverem na escola e receberem 300 euros por mês para frequentarem a escola, mas ninguém lhes explicou que não têm o subsídio de alimentação durante as férias, que não recebem durante as férias e que naquele mês só vão receber 180 euros

Portanto, não há clareza na explicação das medidas.

Há numa certa altura, essa pré-eleitoral, Sr. Deputado André Bradford, mas depois a gente os ouve às nossas portas a bater, porque efetivamente (e não foi um caso, nem dois) não receberam os 300 euros prometidos e isso desacredita-nos a todos nós. Não é só ao Governo! É a todos nós! Porque eles também acham que a culpa é nossa, nossa, da oposição, e de todos os Deputados que aqui estão.

Nós é que temos que esclarecer as coisas como é que são.

Podia dar-lhe aqui imensos exemplos que não vão caber e não quero sequer perder muito mais tempo com isso, mas podia dar aqui mais exemplos em como o não cumprimento daquilo que são os mais elementares compromissos para com… Temos vários compromissos e depois é a jigajoga de um lado, jigajoga do outro!

Eu lembro-me de um célebre compromisso eleitoral, pese embora os senhores tenham ganho com uma maioria absolutíssima na Ilha Terceira, que foi o cais de cruzeiros. Mas os senhores ganharam com maioria absolutíssima, o povo decidiu, está decidido. A democracia é assim. Funcionou, os senhores ganharam.

Agora, houve uma abstenção enorme. Terá sido por isso ou por outras coisas? Não sei! É preciso perceber tudo isso e como é que se passa.

Agora que não há dúvida nenhuma que o que credibiliza a atividade de um Governo é cumprir os seus compromissos, isso também não há dúvida nenhuma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco fiz uma intervenção tentando expor de forma apartidária os objetivos da iniciativa. Agora gostava só de juntar duas notas que têm talvez um fundo mais partidário e que de decorreram um pouco também daquilo que foi o debate que, entretanto, se realizou.

Uma primeira nota: esta iniciativa vale sobretudo, vale também ou vale bastante, pelo facto de ter sido possível, num processo de articulação entre todos, gerar uma vontade comum e, com exceção do PCP, juntar, neste objetivo e neste caminho que temos agora que percorrer, todos os partidos com assento parlamentar.

Portanto, a última coisa que eu gostava era de acrescentar a este debate algum fator que pudesse perturbar esse bom entendimento que temos, mas há aqui coisas que foram ditas que não podem deixar de ser rebatidas.

Esta teoria de que o maior culpado da abstenção é o partido que ganha, porque o partido que ganha, e é governo, exerce o poder já há muitos anos, então as pessoas desinteressam-se do processo político, porque ganha aquele partido há muitos anos, e não vão votar, bom, se isso diz alguma coisa do partido que

governa, os senhores imaginem o que isso diz dos partidos que não conseguem ganhar ao partido que governa, que são os senhores.

Os senhores não conseguem subir a votação, as pessoas estão fartas do Governo, estão fartas do mesmo partido há 20 anos, e por isso não vão votar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é outro caso!

O Orador: Mas não vão votar é nos senhores!

Então se não vão votar nos senhores é porque os senhores ainda são piores do que o partido que está no Governo. Então a responsabilidade é muito mais vossa do que nossa.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso vamos discutir amanhã!

O Orador: Isso é uma leitura que não tem qualquer interesse político. Não resolve o problema, não nos ajuda em nada, não contribui em nada para o espírito que conseguimos, nesta fase, desenvolver entre nós e que queremos continuar a manter ao longo do tempo em que este assunto precisa de ser analisado, tratado por todos nós.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Posso telefonar ao Sr. Secretário para resolver o assunto!

O Orador: Depois, uma segunda nota (e vou terminar), que diz respeito àqueles para quem esta iniciativa também é uma resposta. É que esta iniciativa e a forma como conseguimos articularmo-nos entre todos é também uma resposta para um certo populismo comentarista que na noite das eleições rejubila com poucos votos, que está sempre à procura de enfraquecer o sistema e de dizer que o sistema é menos legítimo porque há menos gente a votar, aqueles populistas de comentário de voz mansa, que todas as vezes que há eleições chegam-se e dizem: "pois, lá vem os políticos, vão dizer que estão muito preocupados com a abstenção, mas não vão fazer nada, a gente sabe como é".

Isto é uma resposta. Três meses depois da noite eleitoral está aqui um primeiro passo.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas não serve!

O Orador: Não é a resposta, é uma resposta e é o princípio da resposta.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas também não serve!

O Orador: Portanto, em três meses eles já se enganaram uma vez e vão enganar-se mais vezes, porque isto é só o princípio e no que depender do Partido Socialista, que assumiu este papel, vai continuar a assumir este papel, vai continuar a fazer o que tem feito em termos de reflexão externa a este Parlamento dentro dos seus órgãos, promovendo uma ligação à sociedade civil sobre esta matéria, são esses que agora vão dizer que os políticos quando não querem resolver nada mandam fazer um estudo (é a próxima conversa!), vão continuar enganados, porque vamos fazer o que for possível, o que formos capazes de fazer, para que se diga que esta Casa ouviu, percebeu o problema, percebeu o alerta e respondeu aos açorianos e foi o sistema político, não foram os populistas que comentam nos meios de comunicação social.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Peço aos líderes e ao Sr. Secretário o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Depois desta Conferência de Líderes vamos ultrapassar o nosso horário regimental para terminarmos este ponto.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida. Eu digo-vos uma coisa: em nove anos nunca tinha observado uma proposta conjunta, em que não há qualquer tipo de polémica.

Eu não fiz nenhum ataque ao Partido Socialista, nem ao Governo, nem coloquei a legitimidade do Partido Socialista para governar. Ganhou as eleições, nem que fosse por mais um voto tem direito a governar. É absolutamente incompreensível a forma epidérmica como o Partido Socialista e o Governo Regional reagiram, uma forma incompreensível à agressividade com que me responderam quando eu falei do populismo, do antiparlamentarismo, da abstenção técnica.

Portanto, não consegui compreender.

Foram avançadas duas razões que penso que não podem justificar, foi o facto de eu ter dito que votaram no Partido Socialista apenas 19% dos eleitores registados nos cadernos eleitorais. Isto não é nenhuma ofensa, isto é um facto.

Agora, evidentemente os outros partidos também obtiveram proporcionalmente muitos menos votos e isso também não coloca a legitimidade dos outros partidos em causa.

Eu, por exemplo, tive 0,9,…

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Não, não: 0,09!

O Orador : … ou seja, o PPM teve 0,9%. Portanto, não percebo, o facto de se ter referenciado um número, que é um número real e que é um número preocupante, que não coloca em causa a legitimidade para o Partido Socialista

governar. Tem mais deputados, teve mais votos, tem toda a legitimidade para governar, mas não percebo essa irritação.

Em segundo lugar, o facto de governar há 24 anos, o facto de não existir alternância política, é um facto que provoca cansaço e evidentemente acho que esta é uma das situações que provoca cansaço junto da população, como provocou anteriormente e os senhores diziam isso até 1996.

Eu já estou na política açoriana há tanto tempo que vos ouvi dizer isso nas eleições de 96, que as pessoas estavam cansadas porque era sempre a mesma coisa, ganhava sempre o mesmo.

Deputado José San-Bento *(PS):* Não dissemos isso! É mentira!

O Orador: Portanto, isso nada tem de ofensivo (não tem nada de ofensivo!) e, portanto, para mim, dado o adiantado da hora, poderíamos discutir muita coisa, mas não compreendi sinceramente a forma como o Partido Socialista se sentiu ofendido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então concluir os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10H00 para concluirmos a Agenda.

Eram 20 horas e 08 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco